

meSalva!

PARTE I

HIS TÓ RIA



meSalva!

CURSO ENEM ONLINE

O melhor cursinho para o ENEM 2019 é o que te aprova no curso dos seus sonhos



Conte com a melhor preparação para a Prova do ENEM:



CONTEÚDO COMPLETO PARA O ENEM

+5.000 vídeos, 10.000 exercícios e aulas ao vivo todos os dias para tirar suas dúvidas



PLANO DE ESTUDOS PERSONALIZADO

Organizamos para você um cronograma de estudos de hoje até o ENEM



CORREÇÃO DE REDAÇÃO ILIMITADA

Receba notas e comentários para cada critério de avaliação do ENEM



SIMULADOS COM CORREÇÃO TRI

Simulados com correção no mesmo formato da Prova do ENEM

QUERO SER APROVADO!

PARTE I

HISTÓRIA

01

ANTIGUIDADE ORIENTAL

meSalva!

ANTIGUIDADE ORIENTAL

E aí, galera do Me Salva! beleza ?

Neste capítulo, vamos abordar sobre dois períodos essenciais no estudo do passado: 1) a Pré-História e 2) a Antiguidade Oriental.

Em primeiro lugar, que tal entender porque denominamos que um determinado período do passado é pré-histórico? Qual o critério para definir o que é histórico e o que é pré-histórico? Isso ocorre porque os historiadores do século XIX entendiam que só era possível analisar o passado a partir de documentos escritos, isto é, as fontes escritas seriam a única forma de comprovar os acontecimentos do passado. Assim, o período anterior a invenção da escrita é interpretado como integrante da Pré-História, enquanto que depois disso se inicia o período da Antiguidade.

Antes de introduzir os assuntos da apostila, é importante desconstruir a relevância dada à invenção da escrita e lembrar que é possível compreender o funcionamento de sociedades que não a dominavam por meio da cultura material. Mas o que é cultura material? São os elementos materiais (palpáveis e concretos) que são utilizados pela arqueologia para compreender as sociedades que não deixaram documentos escritos. Os sítios arqueológicos, os fósseis, as pinturas rupestres, os objetos de cerâmica, enfim, uma ampla variedade de fontes materiais constituem a matéria-prima dos(as) arqueólogos(as) – assim como dos(as) historiadores(as).

Depois de entender essa diferenciação, vamos fazer uma breve introdução sobre os conteúdos que fazem parte dessa apostila. Em relação ao período da Pré-História, vamos dar atenção ao processo de evolução da espécie humana e aos períodos da chamada Idade da Pedra e da Idade dos Metais. Especificamente, falaremos do Paleolítico, do Neolítico e da Idade dos Metais.

Em relação à História Antiga (ou Antiguidade), é importante lembrar o período está relacionado ao surgimento das primeiras civilizações da humanidade. E para entendermos melhor ainda, costumamos dividir a Antiguidade entre: Ocidental e Oriental. A antiguidade Ocidental trata das civilizações da Grécia e Roma antiga. Já a Antiguidade Oriental refere-se às civilizações agrícolas e mercantis da qual fazem parte o caldeirão de povos da Mesopotâmia, Antigo Egito e demais impérios.

Neste material, vamos abordar os temas relacionados ao período da Antiguidade Oriental. Para isso, dividimos nosso estudo em duas partes: na

primeira, vamos observar as origens e características gerais das sociedades hidráulicas, bem como as peculiaridades da Mesopotâmia e do Antigo Egito. Na segunda, vamos estudar os povos Persas e Fenícios.

Resumindo, a apostila a seguir vai tratar primeiramente sobre a Pré-História, com destaque para a evolução da espécie humana e as divisões do período (Idade da Pedra e Idade dos Metais). Em um segundo momento, falaremos sobre a Antiguidade Oriental, com destaque para os estudos sobre as sociedades hidráulicas, os povos da Mesopotâmia e do Antigo Egito e, não menos importante, os Persas e os Fenícios.

Então, vamos em frente!

PRÉ-HISTÓRIA

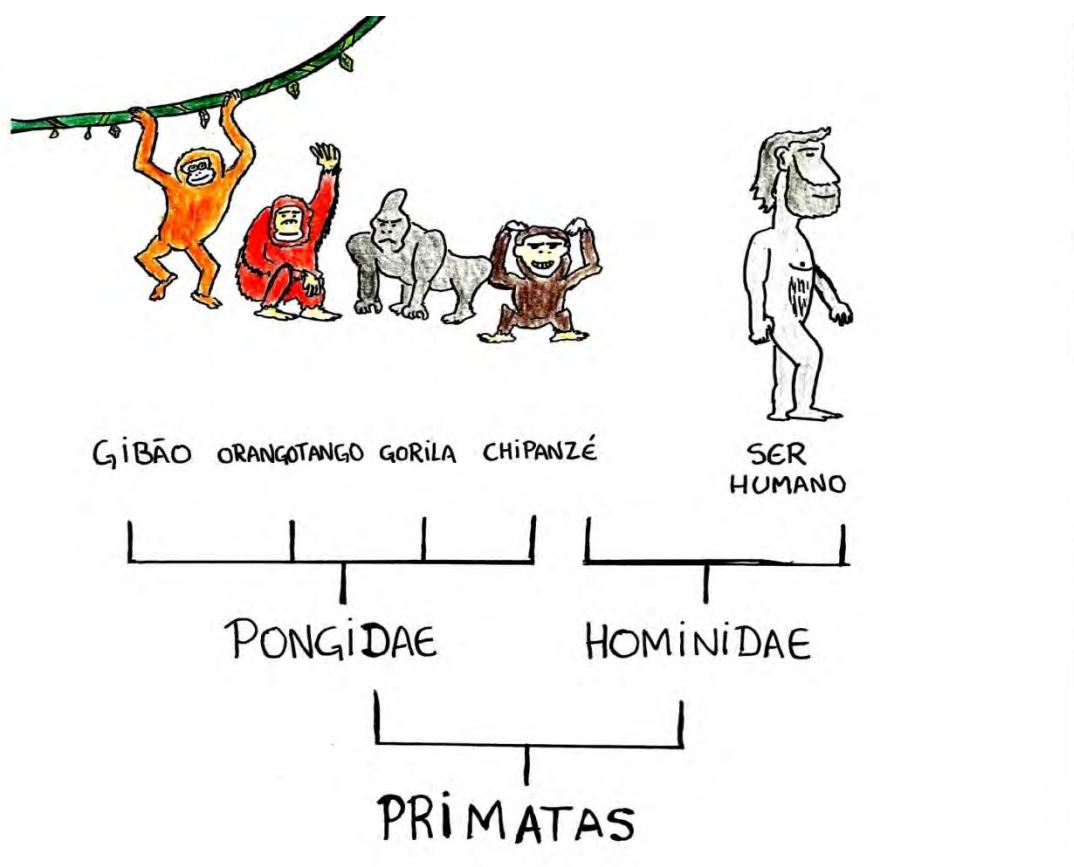
OS PRIMEIROS HUMANOS

Galera, é muito comum ouvirmos por aí que nós, **mulheres e homens**, descendemos dos macacos, mas será que foi assim mesmo?

Não, nós **não descendemos dos macacos!!** Na verdade nós e os macacos possuímos um parente em comum, algum espécime que não sabemos exatamente quem é, mas que deu origem aos dois grupos, o nosso e dos macacos. É como se tivéssemos um **pai em comum, mas que nunca conhecemos**. De acordo com as classificações mais coerentes, podemos dizer que a evolução de um tronco comum de primatas deu origem a dois grupos: os *Pongidae* e os *Hominidae*. Do primeiro grupo, os *pongidae*, originou-se os grandes macacos que tomaram a forma de gorila, gibão, chimpanzé e orangotango. O segundo grupo, os *hominidae*, evoluíram até chegar nos *Homo sapiens*.

SACOU?

Vamos conferir o desenho abaixo



Podemos observar que o ser humano originou-se a partir do grupo *hominidae*, mas antes disso ocorreu um longo caminho evolutivo, vamos conferir?

Australopithecus: Os fósseis desse gênero foram encontrados no continente africano. Estudos apontam que apresentavam crânios de 500 a 650 centímetros cúbicos e que viveram entre 7 milhões e 1,2 milhões de anos atrás. Eram nômades e recolectores, ou seja, andavam em bando e se alimentavam de frutos, folhas e raízes. Faziam parte deste grupo 5 espécies diferentes: Afarensis, Africanus, Anamensis, Garih e Sediba.

Homo habilis: Estes viveram há cerca de 2,5 milhões de anos e estudos indicam que foram contemporâneos dos australopithecus durante anos. Apresentavam características mais avançadas, como o aumento do tamanho dos crânios, entre 800 e 950 centímetros cúbicos. Este gênero criou as primeiras ferramentas. Na real, eles foram bastante criativos e desenvolveram a habilidade de lapidar uma pedra permitindo a realização de atividades mais rebuscadas para o período, como a caça. Isso fez com que além das raízes e folhas, se alimentassem de carne.

Homo erectus: Boa parte dos cientistas acredita que essa galera surgiu 700 mil anos após os habilis à mais ou menos 1,8 milhões de anos. Os seus

membros possibilitavam uma postura mais ereta entre os hominídeos e o crânio apresentava um volume de 1000 centímetros cúbicos. Eles aprimoraram os instrumentos e ferramentas e se tornaram hábeis caçadores.

Homo sapiens neanderthalensis: Tudo indica que viveram entre 120 e 35 mil antes de Cristo. O crânio apresentava o volume de 1500 centímetros cúbicos. Essa turma passou a se abrigar do frio nas cavernas e caçavam em bando. Desapareceram a partir da miscigenação com a espécie mais evoluída conhecida como homo sapiens sapiens, ou se você preferir, o ser humano atual.

Homo sapiens sapiens: Surgiram substituindo os neandertais por volta de 40 ou 35 mil anos antes de Cristo. Com a capacidade de linguagem mais avançada e cérebro altamente desenvolvido em relação aos outros gêneros, sobrou para eles ocuparem as várias regiões do mundo. Desenvolveram técnicas mais precisas para a conquista dos alimentos, organizaram uma estrutura social e desenvolveram expressões culturais mais complexas.

OS GRANDES PERÍODOS DA PRÉ-HISTÓRIA

Podemos dividir o período da Pré-história em três fases: Paleolítico, Neolítico e Idade dos Metais. A historiografia registra essa divisão em referência a evolução das ferramentas utilizadas pelas **mulheres e homens** neste período anterior ao domínio da escrita. **Deve ficar bem claro também que essas datações são fixas, mas os agrupamentos humanos apresentaram esse fenômeno em diferentes épocas, ou seja, esse foi um processo de desenvolvimento de criação de ferramentas, de produção de cultura material, que se estendeu muito além do que essas marcações poderiam contemplá-las, elas são mais uma datação da história tradicional para tentar dividir e entender melhor, mas é aquilo, sempre que fazemos essas opções, muito mais excluímos do que incluímos.**

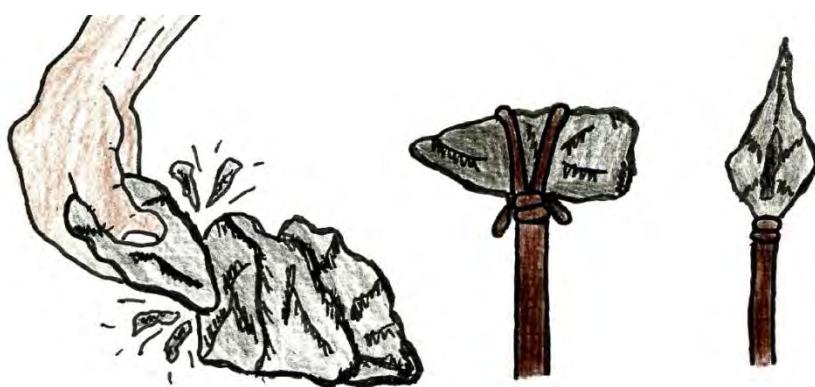
Estas constatações são possíveis a partir das análises em torno dos vestígios encontrados em escavações e pesquisas de campo em cavernas e vales. Fazem partes destes vestígios utensílios como armas, fósseis e instrumentos de trabalho. Estas pesquisas são realizadas por diversas ciências além da História, como a Geologia, Arqueologia, Paleontologia e diversas outras áreas.

PALEOLÍTICO

Este é o mais longo período da história da humanidade, tem seu início por volta de 10 milhões atrás, **até 12 mil anos antes de A.P. (Antes do Presente).** Esse período também é chamado de Idade da Pedra Lascada, pois a maior parte dos utensílios consistia em artefatos de pedra, das quais eram trabalhados a partir da raspagem de madeira, osso e a própria pedra. Esse processo resultava em

ferramentas como: lâminas, bastão de madeira, lanças e mais tarde pontas de flechas e machado de pedra.

Mas se analisarmos o que pensamos quando iniciamos os questionamentos sobre os grandes períodos da “Pré”-História, percebemos isso que divide o Paleolítico, a produção de instrumentos em pedra lascada, sem polimento, é na verdade frágil por se basear em algo que não aconteceu ao mesmo tempo em todos lugares e em todos os agrupamentos humanos, ou seja, é algo aproximado, é um consenso entre os Historiadores não uma definição na História.



Temos algo um pouco menos impreciso para pensar esse período, as mulheres e homens nesta época eram nômades, isto é, deslocavam-se com frequência em busca de abrigos e alimentos. A base da alimentação era raízes, frutos e animais pequenos, mas quando estes homens passam a desenvolver ferramentas mais complexas, como o machado, passam a capturar animais de porte maior.

Você deve estar se perguntando “Onde estes homens dormiam e se protegiam das chuvas e animais ferozes?

No início do Paleolítico a galera **se protegia em abrigos rochosos**, somente mais tarde passaram construir choupanas com galhos de árvores, peles de animais e folhas. Olha só o desenho abaixo:



Além das ferramentas, qual outro ponto muito interessante do Paleolítico?

Sem dúvida a técnica do domínio do fogo. Era comum o fogo surgir quando provocado por raios, vulcões e até mesmo por combustão espontânea. Mas, as mulheres e homens levaram muito tempo para perder o medo deste elemento estranho e perigoso. O domínio sobre ele, começa a surgir a partir da observação de faíscas geradas com o atrito das pedras na fabricação de utensílios de caça e pesca.

"ISSO FOI UMA GRANDE MUDANÇA!"

Sim, quando as mulheres e homens passaram a ter o controle sobre o fogo, se torna possível assar alimentos, iluminar os abrigos e defender-se de animais perigosos.

Sabe aquela afirmação que o simples fato de cozinhar a carne resultou em uma evolução biológica, pois os dentes grandes e mandíbulas potentes se tornaram desnecessárias e isso influenciou na transformação biológica dos seres humanos?

Então... Não existe consenso sobre isso, a única certeza é que o cozimento aumenta a gama alimentar dos humanos do período, carnes e plantas difíceis de comer agora são utilizadas na alimentação.

Fato é que o cozimento da carne diminui o risco de infecções, afinal de contas o nosso intestino não é tão longo como o dos animais carnívoros e não temos um PH tão eficiente para eliminar as bactérias presentes.

E agora? Menos espaço para os dentes e mais para o cérebro ou, com maior complexidade mental e desenvolvimento da cultura o cérebro entendeu os dentes como menos necessários?

Cozinhar a carne nos evoluiu ou evoluímos e cozinhamos a carne?

Aliás... Quem veio antes? O ovo ou a galinha?

Talvez quando e SE soubermos a resposta, finalmente travaremos o duelo final entre Vegetarianos e “Carnívoros”. Mas até lá... bora lacrar no vestiba!

NEOLÍTICO

Esse período, também chamado de Idade da Pedra Polida, teve início por volta de 16 a 12 mil anos Antes do Presente. Vale evidenciar que o presente para os “Pré”-Historiadores e Arqueólogos é datado no ano de 1950, então o que antes seria aproximadamente de hoje até 10 anos A.C. seria aproximadamente 12 mil anos A.P. Fez-se isto exatamente para o não uso de forma explícita de uma expressão vinda de um credo em particular, para evitar tomar partido religioso dentro da própria produção de ciência.

Bom, voltando... Uma série de mudanças geográficas ocorreram na transição do Paleolítico para o Neolítico, entre elas o derretimento de geleiras, aumento do nível dos mares e a formação de rios e florestas tropicais. Essas mudanças influenciaram a interação social entre os homens, bem como a interação com a natureza.

No neolítico as ferramentas de pedra foram aprimoradas a partir do polimento, tornando as lâminas mais potentes e consequentemente o corte mais preciso. A partir dessa evolução o homem deixa de depender apenas da caça, da pesca e da coleta para suprir suas necessidades.

É galera, o sistema começa ficar um pouco mais complexo.

A partir de então, parte do grupo começou a desenvolver atividades que não estavam ligadas diretamente ao sustento da comunidade. Era necessário novas ferramentas e tecnologias para estocar os alimentos, aprimorar o vestuário e as moradias. Surge os primeiros núcleos urbanos da humanidade e com eles objetos de cerâmica, a elaboração de tecidos e técnicas de construções habitacionais mais elaboradas.



IDADE DOS METAIS

Tem início por volta de 5 mil anos antes de Cristo. O próprio nome já diz, foi o período marcado pela prática da fundição de metais. Através da fundição as ferramentas de pedra passaram a ser substituídas inicialmente por objetos de cobre e estanho. Por volta de 3 mil antes de Cristo, tem-se o bronze e o ferro.

Essa evolução resultou diretamente no aumento da produção agrícola. É nesse período que as comunidades começam a produzir alimentos para além do consumo próprio, gerando os excedentes alimentícios. Surgem também novos serviços na comunidade: comércio e distribuição de alimentos, vestimentas, água e construções públicas como templos e fortificações.

Se liga só, se a sociedade já estava mais complexa com a transição do Paleolítico para o Neolítico, agora vai ficar ainda mais.

Por volta de 6 mil Antes do Presente, na Mesopotâmia, a escrita foi criada e se tornou algo cultural nas relações sociais. As necessidades de registro das transações relacionadas ao comércio nascente levaram as comunidades a elaborar de placas de argila úmida posteriormente cozidas ao forno. Aquele sistema pictográfico, uma comunicação através de desenhos não tão padronizados, aos poucos foi adquirindo forma e normativas amplamente difundidas entre aqueles que pertenciam aos grupos dominantes, surgiram letras, sílabas e fonemas.

Tradicionalmente, como já falamos, a partir do aparecimento da escrita, tem-se a transição da Pré-História, ou melhor, "Pré"-História, para a História, que tem seu início com as primeiras cidades da antiguidade.

Acabou por aí? Não não!! Nós temos toda a entrada dos humanos na América, o desenvolvimento dos grandes povos Incas, Maias e Astecas, extremamente ricos em sua cultura, diferentes e complexos. Temos também toda a História dos povos indígenas na América... Ih, tem muita coisa. Uma coisa que é importante de pensarmos é que nós sempre vemos a História dos povos da América a partir de um modelo EUROCÊNTRICO de ver o passado.

Por que teríamos que ver os povos que habitavam a América e como chegaram aqui somente quando vemos de fato a Conquista da América pelos Europeus? A América também teve "Pré"-História, é por essa análise da "Pré"-História da América que podemos entender vários problemas sociais que se estendem até hoje.

ANTIGUIDADE ORIENTAL

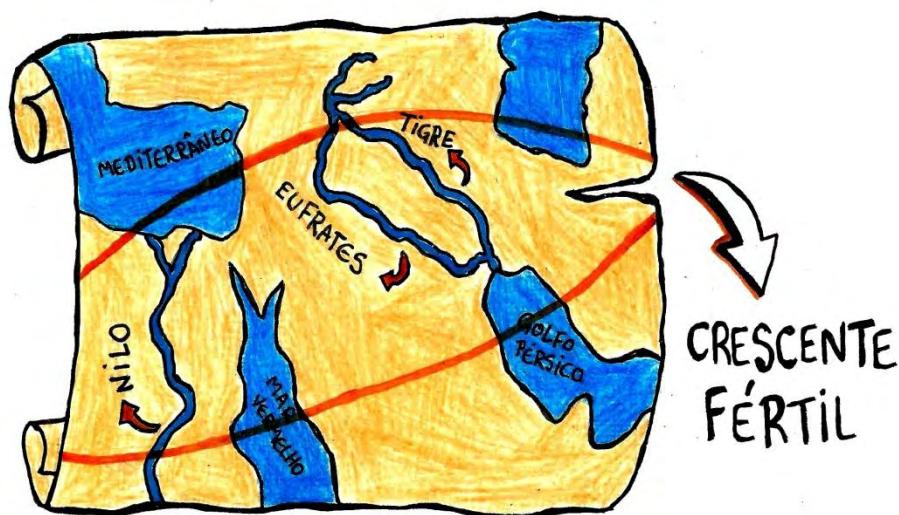
CIVILIZAÇÕES HIDRÁULICAS

Já imaginou você em 4000 a.C. vivendo na região do Oriente Médio ou no Nordeste da África? Como você faria para se adaptar ao sol forte, areia, desertos? Os povos que habitavam por lá se ligaram que era questão de sobrevivência se estabelecer nas margens dos grandes rios e aproveitar a fertilidade do solo após os períodos de cheias e inundações.

Você deve ter ficado com um pé atrás com essa informação, né? Afinal, qual o sentido de edificar uma sociedade em uma região onde ocorrem inundações, enchentes e cheias? Se liga nessa: a necessidade obrigou estes povos a desenvolver técnicas de controle dos rios para aprimorar os benefícios que eles ofereciam. Essa galera passou a construir diques, represas e tanques para segurar as enchentes, aliando essas construções ao desenvolvimento de técnicas agrícolas, como a irrigação. Essas construções serviam apenas para amenizar a invasão violenta das águas, mas, com o passar do tempo, essas populações já sabiam quando as cheias iriam ocorrer. Dessa forma, eles estruturaram a economia da seguinte maneira: enquanto os rios estavam baixos, plantavam e

colhiam tranquilamente; quando ocorriam as cheias, os trabalhadores recuavam e dedicavam o tempo para construir casas, monumentos, palácios, pirâmides, templos... Quando a água baixava, novamente os trabalhadores eram deslocados para as margens dos rios para cultivar as terras fertilizadas pelas enchentes.

Esses povos foram os construtores das primeiras civilizações da história da humanidade e, por terem essa relação íntima com os rios, também são chamadas de sociedades hidráulicas. Você sabe que civilizações são essas? Podemos citar a Mesopotâmia, que se estruturou na região da crescente fértil dos rios Tigre e Eufrates, e o famoso antigo Egito, que se desenvolveu na margem do rio Nilo.



MESOPOTÂMIA

Como vimos, essa civilização se localizava entre os rios Tigre e Eufrates e o significado da denominação "Mesopotâmia" significa isso mesmo, "terra entre rios". Nela se estabeleceram inúmeros povos que migraram do alto das montanhas e passaram a ocupar o território da crescente fértil. Esse processo de ocupação culminou no encontro, mistura e disputa entre diversos povos.

Mas se já estamos falando em civilizações, como elas se estruturaram e se consolidaram? Veja bem: com o domínio da agricultura e de técnicas de controle das cheias, essas sociedades passaram a ser organizar de forma mais complexa. As primeiras cidades já começaram a aparecer e cada uma delas tinha suas próprias formas de organização política, econômica e religiosa, e por isso podem ser chamadas de cidades-estados. A sociedade dividia-se em castas nestas cidades-estados, ou seja, a casta privilegiada era composta de sacerdotes,

aristocratas, comerciantes e militares; já a maioria da população era formada por artesãos, camponeses e escravos de guerra.

Outro elemento foi fundamental para a edificação da Mesopotâmia: a relação entre a religião e o poder político. Sem grandes explicações científicas para os fenômenos naturais, esses povos acreditavam na força e no poder dos vários deuses. Todas as edificações das cidades eram destinadas a um deus e quem representava este deus na terra era o chefe político, podendo ser um rei ou um imperador.



Entre os diversos povos que formaram a Mesopotâmia, podemos citar: os sumérios, os babilônicos, os assírios e os caldeus. Vamos ver as particularidades de cada um?

Sumérios (2800-2000 a.C.): É considerada a primeira civilização da Mesopotâmia. No início, em cada cidade-estado existia um sacerdote que governava com a ajuda de um grupo de anciões. Com o tempo, o sacerdote passa a ter maior autonomia sobre as decisões políticas e assume o status de monarca, chamado de Patesi, e o poder passa a ser hereditário. É, com isso se formou uma dinastia com base no poder despótico. Despótico? Sim, esse nome é usado para definir o poder que é exercido sem limites.

E o que os sumérios fizeram de bom? Esta civilização trabalhava com a lapidação de pedras e, principalmente, com a modelagem de argila. Passaram a marcar em quadros de argila mole traços, na forma de cunha, para registrar as trocas comerciais. Está aí o surgimento da chamada escrita cuneiforme.

Babilônicos (1900-1200 a.C.): Esse povo ocupou a parte mais ao norte da região onde estavam os sumérios e fundaram a grande capital, Babilônia, que já por volta de 1750 a.C. se tornou o maior centro urbano e comercial da Antiguidade. Isso só foi possível devido às políticas expansionistas do rei Hamurábi, que transformou essa civilização em um grande império, que conseguiu

dominar todo o território da Mesopotâmia; foi preciso criar algumas leis para conseguir controlar os inúmeros povos que ocupavam a região. Já ouviu falar no código de Hamurabi? Foi um conjunto de leis e retaliações elaboradas por ele para administrar o Império Babilônico.

Por que mais os babilônicos são interessantes? Eles beberam nas criações dos sumérios e aprimoraram a escrita. Podemos dizer que foram mais longe ao criarem o calendário e um relógio que se alinhava aos raios do sol e com base na sombra projetada sobre linhas que definiam as horas do dia. Você não pensou que existiam relógios digitais nessa época, né?

Assírios (1200-612 a.C.): Esses povos eram exímios guerreiros e não brincavam em serviço. Isso mesmo: invadiam, saqueavam, torturavam e matavam os vencidos. Eles começaram buscando uma passagem para o Mar Mediterrâneo e, aos poucos, foram invadindo as regiões próximas à Babilônia. Conseguiram se tornar um Império, porém, devido ao tratamento cruel que destinavam aos dominados, sofreram inúmeras revoltas internas nas regiões da Babilônia e Assur (onde era a capital do império). O fim do Império Assírio ocorreu a partir da tomada de Assur pela aliança dos povos Medo e Caldeu, datada de 612 a.C.

Caldeus (612-539 a.C.): O período em que os Caldeus derrotaram o Império Assírio é conhecido como o estágio final da civilização mesopotâmica, Segundo Império Babilônico ou período Neobabilônico. A conquista de Jerusalém pela dinastia de Nabucodonosor marca esse período. As conquistas militares foram marcadas por grandiosas construções como templos, torres e os famosos Jardins Suspensos. Esse período chega ao fim com a invasão dos persas, mas essa é uma outra história...

EGITO

Você já está ligado que o Egito também é considerado uma sociedade hidráulica, mas ele se localizava nas margens do rio Nilo, no nordeste do continente africano. Tem até historiadores que chamam essa sociedade de “dádiva do Nilo”, tamanha a importância do rio para este povo.

O Estado como organizador da sociedade surge no Egito, da mesma necessidade que deu origem às cidades-estados na Mesopotâmia, ou seja, para organizar e construir as grandes obras públicas para o domínio dos rios. A hierarquização social caracteriza a sociedade egípcia, então se liga: os considerados privilegiados eram os nobres, sacerdotes e funcionários do Estado, e o restante da população era destinada ao trabalho braçal; eram os artesãos, camponeses e escravos.

É também característica da sociedade egípcia o papel que a religião exercia sobre a vida dos indivíduos. Ao contrário da mesopotâmia, os chefes de estado não eram representantes dos deuses na terra, mas eram os próprios deuses. Sim, o Faraó era considerado, por toda a população, um deus vivo na terra, por isso o surgimento de rituais religiosos, oferendas e festas destinadas a ele. Essa mistura entre o poder político e o poder de um deus vivo deu origem ao teocentrismo, o poder de deus, ou melhor, “o deus está no centro de tudo”.

A crença na vida após a morte embasou a construção das grandes pirâmides, que funcionavam como túmulo dos faraós. Nelas, além do corpo do faraó mumificado, eram guardados inúmeros objetos preciosos, móveis e demais riquezas. Parece bizarro, mas eles acreditavam que isso garantiria o conforto na próxima vida.

No campo das ciências, os egípcios buscaram resolver os problemas vividos pela população no dia a dia. Para realizar grandes obras, por exemplo, desenvolveu-se os campos da Matemática, Aritmética e Arquitetura; já para combater doenças, pestes e ferimentos causados de animais selvagens que se aproximavam com as cheias do Nilo, desenvolveu-se a Medicina.



Estamos falando de uma civilização que data de 3200 a.C até 670 a.C e, por esse motivo, os historiadores costumam dividir este período nas seguintes fases: Antigo Império, Médio Império e Novo Império. Vamos ver as características de cada um deles?

Antigo Império (3200-2000 a.C.): É nesta primeira fase que se dá a hierarquização da sociedade, a partir da consolidação de uma monarquia poderosa e do endeusamento do faraó. São construídas as grandes pirâmides do Egito. Também é neste período que ocorre a construção das grandes obras de barragens, drenagem e irrigação que permitiram o domínio da agricultura.

Mas nem tudo são flores: o poder total dos faraós passou a ser questionado pelos grandes proprietários de terras e pelos nomos no final do Antigo Império. Nomos? Eram clãs independentes que existiam antes da unificação do Egito, mas que até então cooperavam com o poder central. Essa desconfiança gerou uma crise que marca a passagem para o Médio Império.

Médio Império (2000-1580 a.C.): Nesta segunda fase, a nobreza reconquistou a unidade política ao permitir que membros das camadas sociais inferiores fossem aceitos no exército. O domínio sobre os metais permitiu o desenvolvimento de armas mais potentes e, consequentemente, novas conquistas militares. Essas conquistas trouxeram um período de prosperidade econômica que durou até 1700 a.C. O que marca o final do Médio Império é a invasão dos Hicsos, povos nômades originários da Ásia que permaneceram no Egito até 1580 a.C.

Novo Império (1580-1085 a.C.): A terceira e última fase é marcada pela expulsão dos Hicsos e de uma nova fase de desenvolvimento de novos armamentos e conquistas militares e territoriais. A decadência desse período e do Antigo Egito se dá com a invasão dos Persas (525 a.C.), dos Gregos (332 a.C.) e dos Romanos (30 a.C.).

CIVILIZAÇÃO PERSA

Essa civilização se edificou na região situada ao leste da Mesopotâmia, onde hoje se encontra o atual Irã, entre o mar Cáspio e o Golfo Pérsico. Tinha como característica uma vasta quantidade de terras, mas o solo era muito seco. Essa realidade fez com que os persas se tornassem ótimos artesãos e exímios comerciantes. Já ouviu falar nos famosos tapetes persas? A produção de tecidos de luxo e tapetes tem início aqui. Além disso, os persas produziam objetos de vidro e ferro para comercializar com outros povos.

Mas tudo isso não caiu do céu; só foi possível edificar essa economia devido à consolidação do Império Persa. Foi por volta de 550 a.C. que Ciro, o rei dos persas, conquistou as tribos dos povos Medos, dando início ao grande Império Persa. Esse império se estendeu durante as conquistas militares de Ciro e seus sucessores Cambises II, Dario I e Xerxes chegando a ocupar a Ásia Menor, a Mesopotâmia e o Egito.

Você deve estar se perguntando: como esse império cresceu tanto? É que os persas usavam uma tática muito interessante para conquistar novos territórios. Ao invés de dominarem os outros povos impondo a sua cultura e religião, optavam por respeitar o modo de vida dos povos dominados e permitiam que as elites permanecessem sendo elites. Tá, é claro que eles cobravam um tributo, mas não reprimiam como nas demais ocupações da época. Na medida em que eram anexados novos territórios, eram construídas longas estradas e, junto delas, um

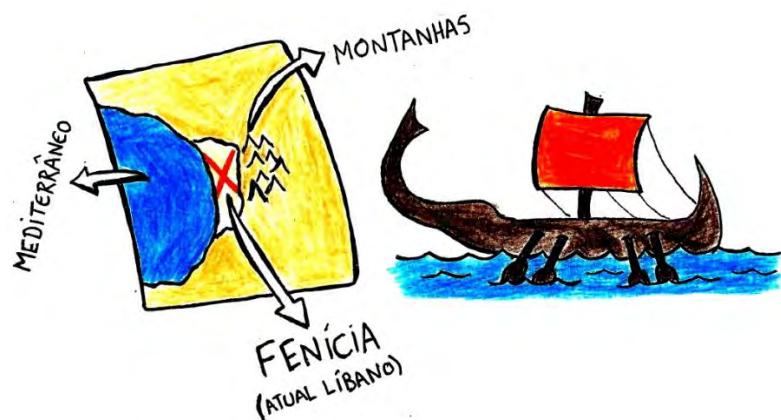
sistema de correio. No auge do império, o território foi dividido em 20 Sápatras. Mas o que é isso? É como se fossem estados para facilitar o controle do território; cada Sápatra tinha um governante aliado do Imperador.

Os duzentos anos de Império Persa tiveram fim em 331 a.C., quando Alexandre Magno, da Macedônia, o invadiu e conquistou.

FENÍCIOS

Ao contrário da região onde se estabeleceram as sociedades hidráulicas, o território dos fenícios não tinha um solo fértil, drenado e propício para a agricultura. A geografia do lugar era formada por um solo estreito cercado por mar e montanhas. O que produzir nessa situação? Saca essa: existia madeira em abundância nesse território, então os fenícios se tornaram grandes construtores da indústria naval. Isso mesmo: barcos, jangadas, pesqueiros e pequenos navios mercantes. Como eles não tinham um solo extenso e muito produtivo, produziam artesanatos, ferramentas e objetos do dia a dia para comercializar com outros povos.

Os fenícios criaram o que alguns historiadores chamam de Talassocracia. Respira fundo e mantenha a calma: Talassocracia é o poder político e econômico adquirido a partir do domínio das rotas comerciais marítimas. Podemos dizer que, por questões de sobrevivência, os fenícios buscaram manter boas relações com outros povos. Além disso, cada cidade fenícia tinha um governo independente (cidades-estados, lembra?) que buscava parcerias comerciais com outros Estados mais poderosos, como o Egito. Essas cidades eram governadas por um rei e um conselho de anciões e magistrados, dos quais grandes proprietários e comerciantes faziam parte. Dessa forma, não encontramos um Estado forte e centralizador entre os fenícios.



PARA SABER MAIS!

Sites:

Arqueologia e
<https://arqueologiaeprehistoria.com/category/artigos/>

Pré-História:

Esse site reúne uma série de reportagens sobre pesquisas arqueológicas e artigos com o foco na Pré-História.

Livros:

História da Antiguidade Oriental. Mario Curtis Giordano. 1963

Tá, o livro é antigo, mas é completo. Aborda todos os aspectos das civilizações orientais: política, economia, religião, cultura...

Filmes e documentários:

A Guerra do Fogo. Jean Jacques Annaud, 1981.

Cleópatra. Ceill. B. DeMille. 2006

Mesopotâmia: Retorno ao Éden. Discovery Civilization. 2005

O filme *A Guerra do Fogo* gira em torno o cotidiano dos homens durante o Paleolítico. Na trama são abordadas as primeiras formas de socialização entre os hominídeos e as disputas pela sobrevivência com animais pré-históricos. A descoberta do fogo é tratada através de duas tribos: a que cultua o fogo como um elemento sobrenatural e a que domina a técnica de fazer o fogo. Na disputa pelo domínio e a preservação do fogo o filme aponta a evolução da comunicação e da interação entre os homens da Pré-História.

O filme *Cleópatra* retrata a vida da grande rainha egípcia Cleópatra, que, para manter a unidade territorial do Egito, acaba tendo relações com imperadores romanos. Vale lembrar que esta prática de “estreitar” relações em troca de interesses era muito comum entre os grandes líderes.

O documentário - *Mesopotâmia: Retorno ao Éden* - é recheado de informações arqueológicas que vão ao encontro das crenças dos povos da Mesopotâmia. Você pode achá-lo no youtube!

There is a TRAP! Cuidado!

O filme *A Guerra do Fogo* pode ser usado para ilustrar, mas cuidado, ainda é um filme... E como tal é feito para vender e divertir. Nele, por exemplo, os humanos descem das árvores, como se alguma vez nós tivéssemos habitado os topões das florestas, como macacos. Muito cuidado!

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda a História**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2004.

EDITAL N° 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf>. Acesso em 08/10/2016.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **História e vida: Da pré-história à Idade Média**, vol. 3, Ed. Ática, 1995.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HISTÓRIA DO MUNDO. Suméria. Disponível em: <<http://historiadomundo.uol.com.br/sumeria/>> Acesso em 03 de dezembro de 2016

HISTÓRIA IFPR. Sociedades Hidráulicas (Egito e Mesopotâmia). Disponível em: <<https://historiaifpr.wordpress.com/2015/05/25/sociedades-hidraulicas-egito-e-mesopotamia/>> Acesso em 02 de dezembro de 2016

PARTE I

HISTÓRIA

02

ANTIGUIDADE OCIDENTAL ROMA E GRÉCIA ANTIGA

meSalva!

ANTIGUIDADE OCIDENTAL - ROMA E GRÉCIA ANTIGA

E aí, galera do Me Salva!. Tudo bem por aí? Chegamos a mais um momento de estudos e reflexão na área da História. E dessa vez nós vamos nos debruçar sobre a história do que alguns chamam de “berço da civilização ocidental”: Grécia e Roma na Antiguidade. E para fazer isso vamos tomar algumas precauções.

Em primeiro lugar, uma precaução que devemos tomar é a seguinte: a Grécia de que falaremos aqui não é o mesmo país que hoje fica situado ao sul do continente Europeu, mas um conjunto de diferentes Pólis (veremos isso com mais cuidado nas próximas páginas). Da mesma forma, a cidade de Roma atual não reflete a mesma Roma da Antiguidade. Isso é muito importante para que não cometamos anacronismos, ou seja, para que não tiremos as coisas do seu tempo!

A segunda precaução que devemos tomar é que devemos levar em consideração a noção de indivíduos e sociedades de um jeito completamente diferente do que estamos acostumados a pensar. Já explico: se hoje todos nós temos ambições pessoais em relação a conquistas materiais, se somos identificados como indivíduos únicos e indivisíveis, se sabemos o que queremos apenas para nós, com uma lógica de pensamento privado, distante do pensamento público, isso não pode ser confundido com a forma como a sociedade era vista na Antiguidade. Não havia uma lógica de espaço “privado”, não havia uma forma de encarar os sujeitos “individuais” e “indivisíveis” sociologicamente. É claro que todos os homens e todas as mulheres sabiam que eram pessoas e que eram individuais, mas o que eles não comprehendiam era a noção de indivíduo, de pessoas independentes e únicas.

Sabendo dessas questões importantes, podemos começar a transitar por esta apostila. Assim, vamos dividir nossa lógica de estudos em duas partes: primeiro estudaremos o mundo grego e suas divisões temporais, para posteriormente estudarmos o mundo romano e suas peculiaridades.

Na primeira parte, ao estudarmos o mundo grego, a ideia central é compreender como a civilização grega surgiu, como se organizou em cidades autônomas (também chamadas de cidades-estado), os problemas entre diferentes cidades que geraram guerras e mitos, entre outras questões.

Na segunda parte veremos como Roma nasceu, cresceu, amadureceu e caiu em uma desastrosa crise que levou ao fim o Império que um dia foi República. Vamos lá?

O BERÇO DO BERÇO: POR ONDE COMEÇAR?

Diz-se da Grécia Antiga: "Foi o berço da civilização ocidental". A frase é velha e seu significado tão velho quanto. Mas será que ela é verdadeira? Temos muitas coisas a dever aos gregos antigos – nossa democracia, nosso apreço aos jogos olímpicos, a herança filosófica, etc – mas também temos muitas coisas a dever a outros povos, ocidentais e orientais. Enfim, de qualquer forma boa parte de nossa cultura foi moldada no mundo grego antigo. E como surgiu esse mundo antigo grego?

Podemos dividir o mundo grego em:



De acordo com o esquema, o período mais antigo é o Homérico. Seu nome foi dado por conta do poeta Homero devido às obras Ilíada e Odisseia, poemas épicos que contavam o surgimento da civilização grega. Normalmente estudamos com maior profundidade os períodos Clássico e Helenístico.

É importante compreender que a formação grega surgiu da união de diferentes elementos sociais e culturais. Isso porque na sua formação, conforme temos conhecimento, quatro povos distintos ocupavam a região que hoje conhecemos como Grécia Antiga: Jônios, Aqueus, Eólios e Dórios. Um povo que surgiu de uma miscigenação de várias etnias: parece familiar?

Muita gente considera que a formação grega pode ser relacionada em uma aproximação mais ou menos verdadeira com a formação de nosso país, Brasil. Em certa medida faz sentido. Tanto o Brasil quanto a Grécia Antiga são espaços geográficos em que povos diferentes tiveram uma unidade cultural que os unia. A grande diferença está na palavra “Estado”.

O Brasil atual é considerado uma nação, ou seja, um Estado organizado nos moldes modernos, com um povo que se considera brasileiro, com uma identidade nacional bem ou mal moldada. Esse sentimento dificilmente poderia ser sentido pelos gregos. Talvez aí more um dos principais elementos da cultura grega: a sua organização política.

O mundo grego foi, já logo depois do período Homérico, organizado em diferentes cidades, autônomas e diferentes entre si. A estas cidades foi dado o nome de pólis. Não é incomum que algumas pessoas traduzam a palavra pólis para Cidade-Estado. Isso significa dizer que cada cidade grega tinha um caráter organizacional mais ou menos parecido com um Estado. Não quer dizer que as pólis era miniaturas de estados modernos, mas que eram parecidas com nossos estados. Noutras palavras, dizemos que a pólis tinha autonomia política, social e econômica para fazer o que bem entendesse. Havia pólis democráticas, tirânicas, mais ou menos organizadas militarmente. Tudo isso de forma individual – cada uma em seu quadrado!

Assim, a Grécia Antiga que conhecemos hoje só é “Grécia” porque nós assim a denominados. Naquele período a Grécia não passava de um aglomerado de diferentes pólis, dialogando entre si, e por vezes ocasionando atritos.

Algumas pólis ficaram famosas ao longo da História porque participaram de conflitos bélicos (guerras) com outras. Por outro lado, algumas pólis ficaram famosas por suas formas de organização interna, política, social e econômica. Creta é um exemplo de pólis muito famosa pela importância do comércio marítimo desempenhado por certo tempo no mundo antigo. Já Esparta e Atenas são famosas pelas suas características: interna e externa.

ISSO É ESPARTA

Você já assistiu ao filme 300? Essa obra é uma produção de Hollywood com algumas questões interessantes para se pensar o mundo grego. Mas, como toda produção cinematográfica de ficção, ela não tem nenhuma pretensão de retratar o que a História tem escrito. Por isso, se você gosta de filmes de ação, 300 é uma boa pedida – mas cuidado com a diferença entre filmes de ação e filmes que tenham a preocupação central

em demonstrar o que a Historiografia está descobrindo com suas pesquisas. Por isso é possível que algumas questões que estudaremos aqui possam ser bem diferentes das questões retratadas no filme de Hollywood.

Com isso em mente, podemos iniciar nossos estudos sobre Esparta, uma terra de guerreiros. Digo isso porque, sem dúvida alguma, o que salta aos olhos quando falamos desta pólis é a organização militar. Outro elemento também importante desse povo era a sua economia agrária. Esparta tinha pouca ou nenhuma área urbana economicamente relevante. A pólis vivia da produção de oliveiras e vinhos. Não sei se é exatamente por isso, mas é importante notar que nessa sociedade agrária, com pouquíssima instrução intelectual, em que os cidadãos eram formados para a guerra, o regime político existente era a Oligarquia – ou seja, o governo de alguns poucos e poderosos homens, que comandavam a política interna.

De modo geral, a sociedade espartana estava dividida em:





É importante lembrar: a escravidão era uma prática do regime espartano, mas não era igual à escravidão moderna. Como vimos nos países americanos no mundo moderno, a escravidão era privada, ou seja, havia senhores de escravos, um comércio, lucro e uma estrutura de propriedade privada. No mundo antigo, e neste caso em Esparta, a escravidão não era privada, mas sim pública: os hilotas eram presos à terra, precisavam trabalhar no campo à serviço dos cidadãos daquela pólis. É preciso muito cuidado para não confundir esse tipo de escravidão com a escravidão moderna.

ATENAS E A ANTIGA DEMOCRACIA

Atenas vinha na contramão política de Esparta. Ao contrário da pólis militar, Atenas ficou conhecida na História da Humanidade como a Pólis Democrática. Isso porque foi lá que o conceito de democracia nasceu – mas não foi da noite para o dia e nem da forma como conhecemos a democracia hoje em dia. Vejamos:

De forma geográfica, o centro da pólis era a Acrópole – que significa cidade alta – localizada em uma colina, no local mais alto daquela região. Ao contrário dos Espartanos, os atenienses não tinham possibilidades de desenvolver uma forte agricultura e, por essas e outras razões, passaram a desenvolver uma forte cultura marítima. Dominaram por muito tempo o comércio marítimo do Mar Mediterrâneo.

Antes da democracia, Atenas foi organizada politicamente em diferentes formas. Até pelo menos o século VIII a.C. (lembre-se que para a.C. – antes de Cristo – os séculos são contados de trás para frente), a pólis era governada por um rei, que aos poucos foi sendo dominado pela aristocracia, um grupo político com muito poder econômico e que passou a governar Atenas. A aristocracia era composta pelos Eupátridas, os bem-nascidos, que já nasciam com muito dinheiro.

Talvez as maiores transformações ocorridas nesse período anterior à democracia ateniense sejam as medidas de Drácon e Sólon: Drácon foi responsável por escrever leis que até então não eram escritas e solidificar o início do direito grego; Sólon libertou cidadãos que eram transformados em escravos e, a partir de então, somente estrangeiros – chamados de bárbaros – eram possíveis de serem transformados em escravos.

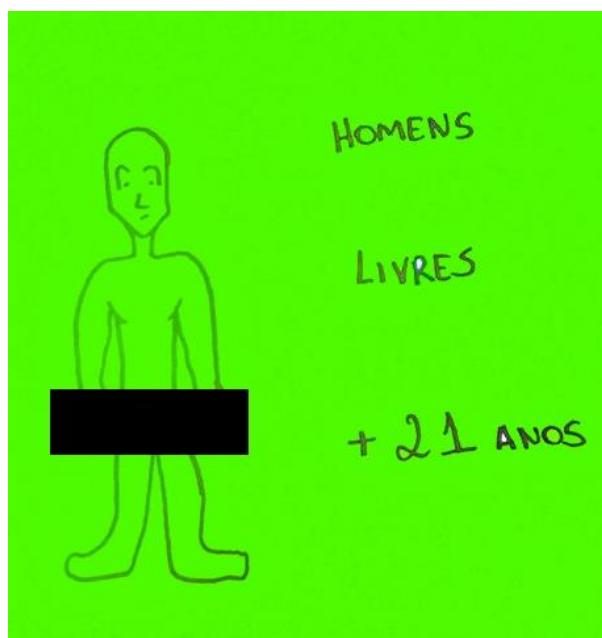
Essas medidas atingiram em cheio os interesses dos eupátridas e, então, a pólis foi governada por Tiranos (século VI), que não tem muita relação com o que consideramos hoje em dia como tiranos. Os Tiranos atenienses fizeram uma espécie de reforma no ambiente urbano e no pequeno ambiente rural, dividindo as posses entre os pequenos proprietários.

Depois de algumas revoltas populares que alertavam para a insatisfação das altas e baixas categorias sociais, houve uma nova mudança política que instaurou a democracia. Consideramos que esse período é o Clássico. Mas calma lá: a democracia grega era diferente da nossa.

A democracia era direta no mundo grego ateniense! Isso quer dizer que ninguém escolhia parlamentares, presidentes, ou qualquer outra forma

de representação do poder. Os próprios cidadãos é que decidiam os rumos da pólis. Já imaginou? No Brasil, por exemplo, seriam mais ou menos 100 milhões de pessoas decidindo os rumos do país. Que loucura...

Mas há mais uma diferença entre a democracia deles e a nossa: os cidadãos atenienses eram:



Na prática, mulheres, menores de idade, escravos e estrangeiros não eram cidadãos e, por isso, deviam ficar de fora das disputas políticas. As mentes mais acostumadas com o debate político podem achar estranho essa forma de democracia, ou até mesmo achá-la próxima da oligarquia, mas isso é uma pegadinha da própria história – não podemos basear o que foi pelo o que é. Isso quer dizer que, naquele momento, essa forma de governo era completamente revolucionária, nunca antes vista.

As mentes ainda mais aguçadas dirão que é impossível democracia e escravidão conviverem. Isso talvez se dê em certa medida por conta de nossas experiências modernas na América, em que a escravidão caminhava de mãos dadas com a monarquia, mas na Antiguidade uma coisa não tinha, necessariamente, relação com a outra.

A questão central aqui é que o debate entre democracia e oligarquia gerou mais do que apenas duas formas distintas de governo: ele gerou conflitos entre pólis diferentes.

GUERRA É GUERRA, PÓLIS À PARTE

Duas guerras foram as mais importantes do mundo grego: As Guerras Médicas e a Guerra do Peloponeso.

As Guerras médicas (499-475 a.C.) podem ser descritas também como Guerras Greco-Pérsicas. Apesar de realizadas em uma região distinta, elas fortaleceram o caráter intercultural do mundo grego. Com a ascensão política, econômica e cultural de Atenas, era quase inevitável que outras regiões sentissem o impacto da força grega no comércio marítimo. Nesse sentido, os Persas disputavam a dominação do comércio de bens e de matéria-prima neste cenário do Mar Mediterrâneo.

Para além do embate entre Atenienses e Persas, esse momento revela um dos poucos períodos de unificação entre as pôlises gregas, o que as caracterizava como uma única força política – algo que pode ser difícil de entendermos hoje em dia, em que as forças políticas unificadas estão envolvidas pela região territorial também unificada. Mas façamos um esforço de esquecer por alguns momentos como os Estados são compostos hoje em dia e como as nações se organizam no mundo moderno e tentemos compreender esse tipo de organização política entre diferentes cidades autônomas, mas que, em alguma medida, se sentiam próximasumas das outras, unidas por um passado em comum.

Atenas e Esparta mantiveram uma ligação muito forte e lideraram o embate contra os persas. Outras pôlises gregas também tiveram importantes papéis nesse processo. Ao final dos embates, ao final das Guerras Médicas, Atenas saiu como a principal pôlis do mundo grego, fortemente equipada militarmente e muito poderosa no âmbito político.

Foi nesse momento que surgiu a LIGA DE DELOS. Os políticos atenienses iniciaram um processo de proteção econômica e militar às pôlises gregas, uma aliança que ficou conhecida por Liga de Delos, por ter sido criada em uma ilha com esse nome. O acordo da liga era simples: as pôlises aliadas deveriam contribuir com soldados, navios e dinheiro para organizar uma política de proteção aos participantes da liga. Em princípio o tesouro oriundo dessas doações das pôlises ficava localizado em Delos, mas posteriormente a riqueza foi transferida para Atenas. Aos poucos a pôlis grega de Atenas foi se tornando detentora de uma riqueza extrema. E é óbvio que teve gente que não gostou da ideia.

A partir dessa política de imperialismo ateniense, em que a pólis arrecadava tributos de outras pólis para a manutenção da segurança (ou suposta segurança), outras pólis também reclamaram. Foi o caso de Esparta.

Esparta passou a liderar uma outra liga, a Liga do Peloponeso. Tinha esse nome porque foi estabelecida entre os países que compunham a região do Peloponeso. A Liga do Peloponeso estava do lado oposto da luta política e econômica da Liga de Delos. Aqueles acreditavam que estes estavam exercendo um domínio maior do que deveriam sobre a região grega. Para além disso, a questão política teve um peso relevante. Os Espartanos acreditavam que a política democrática ateniense entrava em conflito com os seus ideais. Portanto, o conflito que se desenvolveu entre a Liga do Peloponeso, liderada por Esparta e a Liga de Delos, liderada por Atenas, teve um forte caráter econômico e um caráter político ainda maior!

O que se viu a partir dessa disputa foi uma guerra muito longa (quase 30 anos!) e que destruiu física e economicamente a região grega, em suas diversas pólis. Esse conflito ficou conhecido como a Guerra do Peloponeso. Durante muito tempo Esparta liderou a Liga do Peloponeso e venceu o conflito contra Atenas e a Liga de Delos, até que, a partir de 371, a pólis Tebas destruiu essa dominação.

A partir disso você pode se perguntar: qual o sentido de falarmos dessas guerras ainda hoje? O sentido está em entender como é que uma civilização tão forte como a Grécia pôde ser dominada por outra civilização: os Macedônios.

ALEXANDRE CHEGOU!

As pólis gregas estavam em maus lençóis a partir do século IV. Isso foi aproveitado por um grupo que não era Grego, os Macedônios. A Macedônia era uma região que ficava próxima aos principais centros políticos e culturais gregos. Com a crise grega, o rei Filipe da Macedônia organizou um exército para tomar algumas regiões da Grécia. Em 338 a.C. os macedônios tinham conquistado o povo Grego. Isso quer dizer que a Grécia havia acabado? Não, pelo contrário. É nesse período que se inicia o Helenismo, ou seja, o momento em que a cultura helênica, a cultura grega, foi difundida por boa parte do mundo antigo. Pode parecer paradoxal, mas já explico.

Dois anos após a conquista da Grécia, Filipe morreu e em seu lugar assumiu seu filho Alexandre. O rei Alexandre da Macedônia conseguiu manter sua força na Grécia e ampliou seu poder para outras regiões. Conquistou povos na Ásia, na África (Egito) e em algumas regiões da Índia. Alexandre construiu um Império em dez anos de lutas e conquistas, o que lhe rendeu a fama de O Magno, ou como é conhecido até hoje: Alexandre, O Grande!

A maior questão é que, com esse vasto Império, Alexandre não foi capaz de organizar um regime administrativo eficaz. Diversas disputas políticas pelo Império fizeram com que a política interna ruísse. Mas nem tudo estava tão ruim.

A complexa junção de culturas diferentes, ocidentais e orientais, deu lugar ao mundo helenístico, ao período conhecido como Helenismo. Foi nesse momento que a cultura de diversos povos se uniu e se difundiu pelo mundo antigo.

É claro que estamos falando aqui de um processo que levou séculos, mas você não acha interessante o fato de que a difusão de culturas se deu a partir de violentos processos bélicos? Dito de outra forma: a guerra promoveu a cultura entre diversos povos. O que você acha disso? Já parou para pensar alguma vez sobre como esses processos aconteciam? E se ainda acontecem?

Nunca é tarde para começar a refletir sobre questões que um dia foram importantes para os antigos, mas que podem ser – e são! – importantes para nossos povos atuais.

Fica a dica.

POR TRÁS DO MUNDO, OUTRO MUNDO – SERÁ?

Zeus, Hera, Poseidon, Afrodite, Hefesto, Apolo, Ares, Ártemis, Atena... Esses são os nomes de alguns deuses dos gregos antigos. Mas que significado era dado a eles naquele mundo?

A este capítulo foi reservado o estudo dos deuses gregos. Por um momento pensei em conversar com você, estudante do Me Salva!, sobre quais as funções desses deuses na Antiguidade, quais as famílias e como eles se comportavam no Olimpo. Mas quer saber? Acho que mais importante que conhecer essas histórias,

que são muito interessantes, é compreender o porquê desses deuses e como os percebemos atualmente.

Em primeiro lugar, quero propor uma provocação: levando em consideração todas as religiões do mundo atual, desde as religiões cristãs até mesmo as politeístas (com vários deuses), pensemos na seguinte questão: você gostaria que alguém lhe dissesse que a sua religião não é real e que ela não passa de um mito inventado para que você acreditasse no que os outros lhe dizem?

Imagino que todos diriam, provavelmente, que não gostariam que suas religiões fossem desmerecidas por outros. Minha provocação vai no sentido de que, para compreender o significado dos deuses gregos para aquele povo, é preciso que compreendamos que os deuses não estavam localizados em uma Mitologia – como muitos dizem e como é muito possível que esteja escrito em algumas provas de vestibulares. A “mitologia” dos gregos era sua forma de cultuar uma religião. A religião tinha uma influência grandiosa no cotidiano daquele povo.

Na história narrada por Homero, em que Gregos e Troianos disputavam o poder, a chamada Guerra de Tróia, o conflito teria sido completamente diferente se não fosse a intervenção dos deuses. Isso não quer dizer que é preciso que acreditemos naquilo ou cultuar os deuses antigos. Isso quer dizer que devemos compreendê-los! Assim como devemos compreender os deuses de outras pessoas hoje, respeitando a todas e todos.

Para os Gregos, havia uma relação entre deuses e humanos que pouco presenciamos na Idade Moderna. A influência de Zeus era tamanha que efeitos climáticos que hoje consideramos “comuns”, como trovoadas e relâmpagos, eram considerados parte da ira de Zeus. Isso pode ser caracterizado como uma religião politeísta até mesmo por conta dos rituais que eram realizados; Sacrifícios com animais, orações e a presença de sacerdotes eram muito comuns nas religiões antigas gregas. Por isso eu tenho um certo receio quando alguém fala de “Mitologia Grega”, assim como quando pessoas falam de “Mitologia Africana”, “Mitologia Asiática”, “Mitologia Indígena”, como se as religiões fossem apenas as principais aceitas pelo Ocidente.

Você já pensou no que quer dizer a palavra “mito”? Dica: o autor Everardo Rocha escreveu um pequeno livro, que vale a pena ler, chamado “O que é Mito”. A partir de leituras assim podemos nos aproximar um pouquinho mais de questões éticas quando pensamos em mitos, religiões, emblemas e sinais.

Por aqui encerramos a primeira parte de nossa apostila, destinada a entender um pouco do sistema social, político, econômico, cultural e religioso dos povos gregos antigos. Agora, peguemos nossos navios e rumemos para uma outra civilização: os romanos !

RÔMULO E REMO – A FORMAÇÃO DE ROMA

Há duas formas de estudarmos a formação. Por um lado os romanos acreditavam que suas origens provinham dos irmãos Rômulo e Remo, gêmeos que teriam sido levados pelo Rio Tíber (que corta a cidade de Roma) e encontrados por uma loba, que cuidou das crianças até que um fazendeiro as encontrasse e criasse. Na história, os gêmeos eram netos do rei Numitor, de Alba Longa; Numitor foi destronado por Amúlio e, quando os gêmeos cresceram, teriam reconquistado o trono de Alba Longa e devolvido a Numitor. Contudo, com o crescimento da fome de poder, Rômulo assassinou o irmão para ficar com a cidade, que passou a se chamar Roma, por conta de seu governante.

Esse é o chamado mito fundador da cidade de Roma. A partir dele os Romanos criaram níveis de crença sobre suas formações culturais, educacionais e militares. Isso era muito comum entre os antigos e, se pensarmos bem, até entre nós é algo comum.

Entretanto, o que a Historiografia estudou ao longo dos anos nos ajuda a entender que a formação de Roma foi bem diferente do que o mito fundador diz.

Três grupos de povos chegaram em regiões distintas naquele espaço da península Itálica:



Italiotas, por volta do ano 2000 a. C., Etruscos, que chegaram no século VIII a.C., e os Gregos, que ocuparam a península quase no mesmo momento em que os Etruscos.

Mas o que nos interessa aqui é o formato político e social de Roma.

Antes de mais nada é preciso que se faça uma ressalva muito parecida com a que se fez em relação à Grécia: a cidade de Roma atual não tem relação direta com a Roma antiga, a não ser pela sua localização. Roma ficou conhecida por ser uma espécie de “cidade-estado”, mas também foi uma monarquia, uma república e um império. Vejamos um por um desses momentos políticos romanos.

MONARQUIA

A monarquia romana era dividida em:

- ✓ Rei;
- ✓ Senado;
- ✓ Assembleia Curial.

O rei tinha funções militares e religiosas e também julgava crimes e questões importantes daquela sociedade. era o manda-chuva. De modo geral, o rei era um dos membros dos etruscos, povos que povoaram aquela região, conforme vimos anteriormente. O senado era um conselho formado por cidadãos romanos mais velhos (por isso a palavra senado, que vem de senex = ancião). A Assembleia Curial era uma formação de diferentes soldados que eram agrupados em círias (que nada mais eram do que grupos de clãs).

Já a sociedade romana era composta por patrícios (pessoas com muito dinheiro, os bem-nascidos, considerados cidadãos), clientes (homens livres que prestavam serviço aos patrícios em troca de proteção), os plebeus (homens e mulheres livres voltados ao comércio e um pouco aos trabalhos no campo) e os escravos (cooptados inicialmente para pagamentos de dívidas e depois como prisioneiros de guerra).

De acordo com o que se tem escrito na História, após quase duzentos anos de monarquia, a elite econômica romana, os patrícios, teriam se rebelado contra o rei, já que suas medidas acabaram levando o sistema a diminuir a economia dessa elite. O rei caiu por essas dificuldades políticas e financeiras e, em seu lugar, teve início a primeira experiência conhecida no mundo por república.

REPÚBLICA

A República Romana era um dos regimes políticos mais bem organizados do mundo antigo. Seu nível de representação era alto, o que quer dizer que, para o bem ou para o mal, a experiência republicana romana repercutia na sociedade. Mas alto lá! Falar em república romana não é o mesmo que falar em república hoje. Logo vamos entender o motivo.

Em Latim, o idioma falado em Roma nesse período, a palavra república quer dizer, literalmente, “coisa de todos”. Para eles, a república deveria ser uma forma de governo em que todos tivessem possibilidades de tomar decisões. Mas cuidado, porque apesar de parecer com a democracia grega, era muito diferente. Inclusive porque a coisa de todos não era tão de todos assim...

Apenas os patrícios tinham acesso às decisões políticas. Isso gerou muitos problemas na Roma republicana, muitos conflitos, até que, aos poucos, os plebeus foram conquistando alguns poucos espaços, mesmo sendo a maioria da população. Um desses espaços era o Tribuno da Plebe, em que uma pessoa oriunda da Plebe tinha poderes importantes nas organizações políticas.

Essa república era governada por dois cônsules. Além deles haviam magistrados, pessoas que eram consideradas superiores e que tinham poderes de governar junto com o Cônsul – ou neste caso, com os dois cônsules existentes.

Nos séculos V e IV a.C. importantes conquistas da plebe foram realizadas na república romana. A Lei das Doze Tábuas é um exemplo, já que, através delas, normas jurídicas foram escritas e organizadas, estabelecendo regras práticas para que abusos contra a plebe não fossem mais realizados. É claro que a lei não causou uma revolução, mas ajudou a definir por escrito o que podia ou não acontecer naquela sociedade.

Foi entre os séculos III e II que a melhor medida de expansão romana também desencadeou o fim da República.

EXPANSÃO TERRITORIAL

A partir do ano de 264 a.C. Roma entrou em rota de conflito com Cartago, uma outra cidade importante, localizada na África, que reivindicava o monopólio do comércio marítimo.

Roma saiu como grande vencedora desse conflito que durou mais de 80 anos, reconhecido como “Guerras Púnicas”, e liderou a troca de mercadorias pelo mar. A república romana cresceu de modo estarrecedor e em pouco tempo a partir disso.

De modo geral, as conquistas militares que se desenvolveram nesse período trouxeram muita riqueza para Roma, mas apenas para um grupo minoritário. Isso fez com que muitos grupos se revoltassem, criando um clima de tensão política e desordem por toda a parte. No âmbito das instituições políticas também não foi diferente.

O IMPÉRIO CONTRA-ATACA

Pode-se dizer que a primeira grande crise sofrida na república romana iniciou um processo que se desdobrou na queda da república e início do Império. Isso porque Júlio César, um dos grandes comandantes militares durante a expansão romana, assumiu todos os poderes em Roma e estabeleceu mudanças políticas e administrativas naquela república. Essas mudanças, na prática, acabavam com a própria característica da república, pois a aristocracia tomava muito mais poder do que a república previa. Esse fato desencadeou o assassinato de Júlio César por um aliado político, evento deu origem à famosa frase “Até tu, Brutus?”.

Após a morte de Júlio César, e principalmente a partir de 27 a.C., outro líder, Otávio, acumulou muitos poderes e se tornou o líder do poder romano. Seu nome ganhou o adendo de “Augusto”, ou seja, o divino. O Império Romano tomava forma, mas mantinha algumas poucas características da república, como o Senado, ainda que funcionassem apenas na aparência, figurativamente.

Esse primeiro momento do Império foi importante porque a partir dele diversas mudanças aconteceram. Uma delas foi a profissionalização do exército e a outra foi a política de paz. Achou estranho? Não é por menos, já que profissionalizar um exército que é criado para fazer guerras e promover a paz são medidas, aparentemente, antagônicas. Mas no governo imperial de Roma essas duas medidas andaram juntas. A Pax Romana – paz romana – foi estabelecida por Otávio Augusto a fim de que a imensa vastidão de terras, que somavam 4 milhões de quilômetros quadrados, fosse bem governada.

No fim das contas isso significou também uma crise no sistema de escravidão da época, que era regido pelas guerras. Os escravos eram capturados através das guerras e da expansão militar e territorial.

O IMPÉRIO ENTRA EM CRISE

Depois de três séculos de estabilidade, o Império começou a sentir os efeitos de uma mudança estrutural na vida romana. Uma crise econômica muito grande atacou o poder central do Império. Com tantos governantes locais, os níveis de tributos precisavam subir e não havia mais dinheiro para pagar as gastos.

A situação ficou ainda pior quando povos bárbaros, ou seja, que não pertenciam ao Império, começaram a invadir e saquear as cidades romanas. Nesse momento o Império tinha sido dividido em duas partes: a ocidental e a oriental. A sede que era ocidental foi transferida para o Oriente, numa cidade que ficou conhecida como Constantinopla. As duas partes do Império eram assim divididas para uma melhor organização administrativa.

A situação era ainda mais grave no seio das cidades. Como não havia uma política de solidariedade aos povos citadinos, que ficaram à míngua com a crise econômica, houve um abandono enorme das cidades e as pessoas foram morar nos campos. Esse processo de ruralização, ou seja, de ir para a zona rural, desencadeou os princípios do fim do regime imperial romano. Ao ir para o campo, as populações pobres não tinham formas de sobreviver, a não ser que pedissem auxílio aos que tinham mais dinheiro. Nisso se organizou um Colonato, uma forma de organização da sociedade agrária em que os maiores detentores de terras doavam parte dessas terras aos colonos, pobres que iam morar no campo, e esses colonos deveriam dar boa parte do que produziam em troca das terras. Essas mudanças não apenas corroeram o Império – já que tiravam a legitimidade do imperador como provedor da segurança – como também serviram de base para o estabelecimento do feudalismo, alguns anos mais tarde.

O IMPÉRIO DÁ ADEUS!

A situação do Império foi levada ao limite em 476 d.C. Nesse momento a sede do Império já estava na parte oriental, em Constantinopla. Mas a porção ocidental havia sido totalmente tomada pelos “bárbaros”. O Imperador Ocidental, Rômulo Augusto, foi deposto pelos Hérulos e, com isso, admite-se o final de um dos maiores impérios que o mundo já conheceu. Roma Oriental, completamente transformada e com um sistema próprio, sobreviveu até o ano de 1453 d.C.

É importante pensarmos na trajetória desses povos que estudamos aqui como formas de entender as sociedades e como formas que as sociedades podem ter, pois já tiveram. Hoje temos uma sociedade completamente diferente da sociedade romana, por isso em nenhum momento falei da “vida privada” romana, como muitos fazem. Não havia vida privada. Não havia noções de sentimentos individuais como o Amor. Não havia nem mesmo a sexualidade como algo próprio dos humanos, enquanto seres sentimentais.

Somos muito diferentes dos romanos, assim como somos muito diferentes dos gregos. Mas carregamos conosco muitos elementos da cultura deles, assim como carregamos muitos elementos da cultura e da organização dos africanos, dos asiáticos, etc.

PARA SABER MAIS

- ✓ LIVRO: GRÉCIA E ROMA. PEDRO PAULO FUNARI, 2009.

O livro “Grécia e Roma” é uma ótima dica de estudos para quem quer saber um pouquinho mais sobre esse período de nossa história. É claro que existem algumas questões das quais eu, particularmente, discordo, mas, em geral, o livro traça um bom panorama da civilização grega e é uma ótima leitura sobre a importância de estudarmos os povos romanos.

- ✓ FILME: ALEXANDRIA. [Alejandro Amenábar](#), 2009 (Espanha).

O longo filme de Amenábar retrata a expansão e o declínio do Império Romano, apresentando muitos pontos interessantes sobre a cultura grega que ainda prevalecia no universo do Império Romano, as relevantes obras que restaram da biblioteca de Alexandria e a ascensão dos povos cristãos, que influenciaram nos processos de derrocada do Império.

REFERÊNCIAS

- FAVERSANI, FÁBIO. **A política no mundo antigo**. Porto: Afrontamento, 1980.
- _____. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- _____. **Mundo Antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Imperialismo greco-romano**. São Paulo: Ática, 1998.
- MENDES, Norma. **Roma republicana**. São Paulo: Ática, 1988.
- VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos?**. Lisboa: Edições 70, 1987.

PARTE I

HISTÓRIA

03

IDADE MÉDIA

meSalva!

IDADE MÉDIA

E aí, galera do Me Salva!, tudo bem com vocês? Comigo tá tudo certo! Então, quer dizer que vamos dar uma olhadinha nesse loooooongo período chamado de Idade Média? Se liga que essa parte da História, tradicionalmente, é dividida em uma parcela de MIL ANOS de história. É, isso mesmo... Tempo para caramba, só que aqui vamos trabalhar de uma forma um pouco diferente. Essa apostila funcionará em conjunto com os módulos de Idade Média, ou seja, ela não pretende ser uma substituta das mídias presentes lá, muito menos um resumo dos conteúdos lá tratados, afinal de contas, ninguém faz um resumo – que funcione para nós – melhor do que nós mesmos. Aqui, na verdade, há uma forma mais processual de abordagem dos conteúdos, pois vamos tentar ver as coisas além das caixinhas em que as separamos. Algumas questões que foram tratadas nas mídias não serão tratadas aqui, e algumas coisas serão tratadas aqui e não nas mídias.

Bora desencanar! Não há MESMO (!!!) como conter tudo, então vamos fazer um recorte e trabalhar detalhadamente as questões que são pertinentes aqui. Antes de qualquer coisa, vamos tentar ir além dos preconceitos estabelecidos pelos próprios historiadores no passado. Existem duas visões errôneas bem difundidas sobre a IDADE MÉDIA:

Visão Clássica
Visão Romântica

A **visão clássica** é aquele olhar disseminado pelos produtores de conhecimento dos períodos que vieram logo após à Idade Média: os intelectuais do Renascimento e do Iluminismo.

Surgiu aquela nomenclatura idade das “trevas” ou *tenebrae*, que claramente faz referência às ideias de oposição entre “luz” e “trevas”, trazidas pelo Iluminismo, representações da luta entre o “conhecimento” e a “ignorância”, retomadas justamente pela valorização dos ideais da filosofia grega.

No pensamento produzido por esses intelectuais, era como se, antes do Renascimento, houvesse um tempo estéril à produção de conhecimento e ao progresso humano, um tempo MÉDIO, entre a Grécia Antiga e o Próprio Renascimento.

Essa, com certeza, é uma visão muito atrasada a respeito da Idade Média, época em que, apesar do forte controle religioso exercido pela Igreja Católica, a produção do conhecimento existia, principalmente circulando em grupos fechados como a Maçonaria. Sem contar o cotidiano e as pessoas comuns; aldeões como

Menocchio que, como relatado em *O Queijo e os Vermes*, de Carlo Ginzburg (historiador italiano que escreveu sobre a Micro-história), tinham uma visão muito própria do universo, retirando-nos, por completo, aquele sentimento de ignorância e fé cega que seria presente no período.

A **visão romântica** é aquela que inverteu os conceitos produzidos pelos renascentistas, de forma que a Idade Média não teria sido uma época de “trevas” e sim, segundo esses românticos especificamente do século XIV, uma época de paixão, exuberância e vitalidade. Esse período de fé, autoridade, tradição e sonhos teria sido insuperável e incrível. Isso é amplamente expresso na Literatura em obras como *Tristão e Isolda*, *O Corcunda de Notre-Dame* e as lendas do Rei Arthur, e nas Artes com o estilo arquitetônico neogótico, principalmente.

Proponho algo para vocês: nem céu nem inferno. A Idade Média está ainda muito incompreendida, pois ainda oscila excessivamente entre o pessimismo renascentista/iluminista e a exaltação romântica. Convido-os a irmos além do que está posto e vermos a Idade Média além dela mesma.

AS MUITAS IDADES MÉDIAS

Já sabemos que a Idade Média é um período que se estende, mais ou menos, do século V ao século XV. São MIL anos de história e, obviamente, nessa extensão toda não poderia haver somente um tipo de Idade Média. Os povos na Europa são vastos e as línguas e localidades, muitas vezes, estão em distâncias bem consideráveis.

Sabe aquela análise de Idade Média que vemos nos livros didáticos? Aquela bem clássica, com o senhor feudal, os cavaleiros e blá blá blá... Então, ela é, essencialmente, uma Idade Média europeia. A “Idade Média” na História é, acima de tudo, um recorte geográfico no tempo, com seus moldes de abordagem e funcionamento na historiografia, é um período em que se trata essencialmente da Europa. Porém, não houve somente uma Idade Média, nem ela somente foi europeia.

Essa que conhecemos é, em geral, uma Idade Média muito francesa, que analisa relações que eram bem mais firmes na própria região da França, ou melhor, dos francos. Claro que é necessário fazer um recorte de análise, mesmo por questões de metodologia, porém o recorte não pode esconder o todo completamente, pois isso causa um problema ao contexto e uma formação insuficiente sobre o assunto.

Existiram Idades Médias diferentes. No Japão por exemplo, um arquipélago distante na Ásia, a “Idade Média” se estendeu além da duração da Idade Média aqui

no ocidente; lá durou até o século XIX, acabando somente com o advento da Era Meiji, o processo de industrialização. Esse período medieval japonês é chamado de Shogunato e foi caracterizado pela presença de vários pequenos líderes regionais, os senhores feudais, que tinham sob seu comando guerreiros, em geral de famílias nobres, chamados de samurais, que ocupavam posições importantes como a de liderança e exerciam atividade militar nos feudos.

Ao pensar sobre a Revolução Russa, por exemplo, muito mais próxima do contexto europeu que os japoneses, percebemos que o país teve suas relações medievais estendidas praticamente até 1917, quando o Czar, o “rei” daquele contexto, foi derrubado pelo povo. Só aí a economia essencialmente agrária e ligada à terra foi realmente repensada em seu modo de produção, modificando as relações sociais naquela região.

Viu só como é complicado pensar a Idade Média como uma coisinha engessada e simples? Foi um período muito extenso e complexo sim, porém, depois de entendermos a complexidade do assunto, vamos estudar melhor toda essa grande parte da História e, com uma visão não totalizadora, vamos quebrar tudo no ENEM e nos vestibulares. DALE!

EUROPA, A PERIFERIA DO MUNDO

Reducir o estudo de um período à uma localidade, em si, já seria bem complicado. Esse problema se amplia aqui, justamente pela questão generalizadora que a maioria dos historiadores tratam do período. Será que nesse período, de 476 a 1453 (em sequência à queda do Império Romano do Ocidente e à queda do Império Bizantino), o mundo ficou coberto por um “manto de trevas”? Se há exemplos na própria Europa que mostram a inverdade dessa afirmação, imagine fora da Europa!

A Europa possuía uma população pequena e estava isolada das rotas comerciais, que passavam em maioria pelo Mediterrâneo Oriental. Nesse mundo, no mesmo período e paralelamente à Europa, havia um amplo afloramento comercial e intelectual, essencialmente muçulmano, em que a Matemática e a Astronomia estavam superdesenvolvidas, por exemplo. Aliás, foram desses conhecimentos que os europeus se valeram, no final da Idade Média, para iniciar as navegações que culminaram na chegada à África e à América.

FUNDAMENTOS DA IDADE MÉDIA

Para entendermos da melhor forma possível o que foi de fato a Idade Média na Europa, é interessante primeiramente nos atermos às suas bases, aos seus três pilares, três elementos históricos que estruturaram todo o período medieval:

Herança Romana

Herança Germânica

Herança do Cristianismo

Essas três questões culturais confluíram para a construção da Idade Média que vamos estudar. As questões culturais romanas, que estavam presentes no território da Europa como um todo e deixaram, dentre outras questões, a noção de propriedade privada e casamento como heranças culturais, trazidas inclusive por seu institucionalizado Cristianismo, e também as questões culturais germânicas, vindas dos povos que invadiram a região e instituíram um sentimento muito forte de coletividade na cultura.

A QUEDA DE ROMA

Segundo Hilário Franco Júnior, medievalista brasileiro, é verdade que as invasões germânicas, em muito, significaram a queda de Roma e o início da Idade Média, porém podemos entender que os germânicos só derrubaram algo que já estava em queda. Para questão de metodologia, prosseguiremos o estudo a partir das ideias elaboradas por Hilário, separando em seis as questões primárias que caracterizaram o período da Idade Média na História.

A RURALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade romana, em seu início, teve sua economia baseada na agricultura. Porém, com o solo não tão favorável, o comércio se apresentou como um setor bem mais dinâmico e rentável. Como resultado dessas práticas e o imperialismo romano praticado no território, o próprio Mar Mediterrâneo se tornou uma espécie de lago romano, ou um “mare nostrum”, como era chamado por eles.

Com uma economia imperialista, o escravagismo e o belicismo (lucro vindo da guerra) se tornaram fontes primárias de rendas para os romanos, de forma que a mão de obra escravizada passou a ser a base da infraestrutura do império; mão de obra essa que precisava constantemente ser renovada, tanto para as necessidades do Império nas questões internas, quanto em relação ao mercado externo, na venda de escravizados.

É interessante pensar que esse sistema econômico promoveu um grande afluxo de riquezas, concentrou terras nas mãos de poucos e os monopólios comerciais se formaram. Os pequenos proprietários rurais, que já não tinham incentivo econômico por parte do estado, foram sufocados por essa política imperialista. Com o grande número de escravizados, que supriam as necessidades de produção em Roma, uma massa de plebe urbana sem propriedades e desempregada se formou, já que a concorrência com o trabalho escravizado era praticamente impossível.

Para camuflar os problemas sociais, o próprio Império Romano começou a praticar a política do *pão e circo*, que essencialmente era a promoção de atrações públicas – em geral sangrentas – usando guerreiros e escravizados, os gladiadores, e a distribuição de pão para matar a fome das massas por aquele dia.

Porém, um problema se apresentou ao Estado romano: os ricos evadiam os impostos, conseguiam burlar os pagamentos e fugiam de qualquer cobrança fiscal, e os pobres eram miseráveis de fato, a massa não possuía renda para pagar

qualquer quantia ao Estado. Houve uma crise e o espalhamento da população além das cidades, pois foi justamente nelas que esse processo se intensificou. O comércio decaiu, a segurança que a cidade oferecia já não era mais presente e os mais ricos fugiram para os campos, construindo unidades de produção autônomas. O Estado teve até que proibir quem possuísse cargos públicos de não habitar as cidades. Essas aglomerações rurais mais tarde se intensificaram e se tornaram os feudos; foi em meio a esse contexto que posteriormente as invasões germânicas aconteceram.

A sociedade romana se reorganizou nessa nova configuração social e, na questão da produção, houve uma modificação profunda, causada principalmente por interesses de três partes: os proprietários de terras precisavam de trabalhadores e, com o Estado em crise, havia problemas em abastecer a demanda com mão de obra escravizada; o estado precisava garantir suas rendas fiscais; os mais humildes queriam trabalho, comida e segurança em tempos conturbados de invasões germânicas. Surge o *Colonato*:

As terras do proprietário seriam divididas em duas partes, a reserva colonial e os lotes dos camponeses. Os trabalhadores receberiam esses lotes em troca de uma parcela do que produzissem e de trabalhos não remunerados nas terras do senhor. Para o trabalhador isso significava garantia de comida, afinal de contas, de um estado de total pobreza, esse despossuído passaria para um estágio de possuidor de terras, o que era um considerável avanço econômico. Escravizados se inseriram nesse processo também, um grande avanço social.

Os proprietários garantiam, assim, a produção e o Estado tinha de quem cobrar os impostos, pois isso seria feito diretamente aos *colonus*, pessoas vinculadas à terra, não podendo abandoná-la ou dela serem retiradas. Era uma verdadeira relação vitalícia de trabalho, uma possível eterna cobrança de impostos para o estado, garantindo sua sobrevivência por essa forma juridicamente estabelecida e socialmente aceita por seus subsidiários.

O ENRIJECIMENTO SOCIAL

Na Roma Clássica é possível dizer que existia uma relativa mobilidade social e ela se dava justamente na forte relação escravagista da cultura do período. Essencialmente, uma mobilidade clássica do período era um escravizado tornar-se livre, e esse era um grande quesito de diferenciação social. Porém, algumas medidas foram tomadas e, assim como vinculou-se camponeses à terra no sistema de *colonato*, buscou-se agregar artesãos e artífices às corporações de ofício, conhecidas como *collegia*, em que as pessoas pertencentes eram submetidas igualmente ao controle do estado, tanto para exercer o próprio controle social quanto para efetuar de forma plena cobrança de impostos, inclusive sobre os

serviços e transações comerciais. Era uma espécie de regulação do mercado e da produção.

Dois grandes blocos sociais surgiram nessa crise das relações sociais, extinguindo-se a classe média. Existia apenas a aristocracia fundiária, com seu poderio embasado pela burocracia do estado, e a população dependente socialmente dessas designações sociais, obrigando-se a encaixar-se para sobreviver. Alguns historiadores, como Ferdinand Lot, chegam a falar em regime de castas nesse período, uma visão um pouco exagerada, porém marcante para entendermos como se procederam as relações sociais.

Tamanha eram as diferenças sociais que foram criadas duas moedas para a sociedade romana, uma padrão-ouro para as transações feitas pela elite, e outra padrão-cobre para os mais pobres. Importante citar que as invasões germânicas não quebraram essa relação; pelo contrário, as intensificaram. As aristocracias regionalistas mantiveram seu poderio e forma de dominação com as posições mais importantes tomadas por germânicos, mas em essência a base social foi a mesma. De acordo com Hilário Franco Júnior:

Os germânicos que expropriavam romanos aristocratas, ao subir ao poder, apenas colocavam seus escravos, ou homens livres de suas tribos como rendeiros ou pequenos proprietários dos loteamentos ou algum tipo de dependência social, criando lideranças locais.

FRAGMENTAÇÃO DO PODER CENTRAL

Se a sociedade romana se ruralizou e começou a se organizar em pequenas e distantes comunidades autônomas, essa autossuficiência dos latifúndios criou, em certa medida, uma independência dessas regionalidades em relação ao Estado central de Roma. O Império foi perdendo seu poder de atuação sobre as localidades, cada vez mais distantes e difíceis de serem atingidas.

Uma medida tomada e que a longo prazo colaborou ainda mais para aumentar essas distâncias foi a atribuição aos senhores de cobrar os impostos de seus *colonus*. Com isso o Estado fazia-se valer, mas se postava como distante, ausente e menos influente. Havia uma frágil unidade política em Roma e, com o comércio em bancarrota, os pagamentos começaram a ser modificados, do uso de moeda e ouro para o pagamento em terras – medidas que inclusive foram adotadas pelos povos germânicos que posteriormente invadiram Roma.

Havia um problema evidente em pagar com terras os seus subordinados: é que, cada vez que você dá a alguém, você tira do seu próprio território, perdendo

seu próprio poder. Cada vez mais dependentes, os líderes, em troca de favores, iam dividindo seus territórios, enfraquecendo-se e fragmentando o poder político de toda a região.

PRIVATIZAÇÃO DA DEFESA

A autossuficiência dos latifúndios criou, em certa medida, uma independência dessas regionalidades em relação ao Estado central de Roma. A resistência aos invasores era complicada, o exército romano geralmente estava disperso pelas fronteiras, longe dos interiores; se próximo, estaria desestabilizado e fraco.

A Europa se encheu de fortificações e castelos, um método de proteção aos invasores. Os mais ricos eram aproximados pelos líderes regionais para, em troca de terras, oferecer armamento e efetivo para proteção das localidades. Daí o surgimento da cavalaria.

CLERIFICAÇÃO

A sociedade romana em crise se tornou extremamente religiosa, não somente em número de fiéis, mas também em número de sacerdotes. O crescimento do número de líderes religiosos, em relação ao restante da população, foi altíssimo. Havia muitos padres! Com esse grupo privilegiado se tornando efetivamente numeroso, o poder da Igreja só aumentou em pleno tempo de crise. Temos que pensar que eles eram vistos como representantes de Deus na Terra, da vontade da divindade perante à comunidade. Imaginem o que era esse poder. Daí a ascensão da Instituição Católica em contraste com a queda do Império Romano.

MENTALIDADES

Como afirma Hilário Franco Júnior, é realmente muito difícil datar as mentalidades. O ritmo histórico da mentalidade é mais lento, porém essas lentas modificações são profundas. Aquele racionalismo, ainda presente na Grécia Antiga e na Roma Clássica, estava com os dias contados com a queda do Império Romano. A fé assumia proporções nunca vistas antes; os próprios germânicos, em geral, se converteram ao catolicismo ao adentrarem os territórios romanos. A Igreja se moldou e se inseriu nesse contexto com muita habilidade, permanecendo enquanto estrutura política enquanto todo o sistema Romano decaia. Interessante perceber

que a igreja se inseriu, enquanto instituição, durante o Império Romano e se manteve depois dele, se fortalecendo com sua queda.

Para as pessoas desse período, o mundo só tinha sentido através de Deus, a vida só existia em torno dele. A razão e a dúvida eram coisas diabólicas; um fiel não duvidava do destino, acreditava acima de tudo na vontade suprema. Uma noção de vida voltada ao fatalismo se manteve; as coisas boas e ruins que aconteciam eram vistas como causas da ira ou da boa vontade de Deus perante as ações dos humanos na Terra.

FEUDALISMO

Chama-se Feudalismo a estrutura econômica, política e social que predominou na Europa Ocidental após a desintegração do sistema escravista greco-romano. Este sistema, embora em gestação desde a queda do Império Romano do Ocidente e os processos de ruralização da economia e pulverização do poder central, teve seu apogeu por volta do século IX d.C, após a dissolução do Império Carolíngio. Foi só a partir do século XI, quando se iniciaram diversas mudanças significativas para a economia feudal, que as atividades baseadas no comércio e na vida das cidades ganharam impulso.

Para o conjunto europeu, do ponto de vista econômico, o sistema feudal apresentava predomínio da agricultura para o consumo local, comércio bastante reduzido ou até inexistente e ausência ou baixa utilização de moedas, consequência clara do vácuo de um poder político central. Lembremos que, do ponto de vista espiritual, a Europa Ocidental encontrava-se unificada pelo poder crescente da Igreja Católica.

O feudo, unidade de produção agrária, era o átomo básico desta estrutura de produção. Ele pertencia a uma camada de senhores feudais, que poderiam ser membros do alto clero ou nobres guerreiros.

A área de cada feudo apresentava-se dividida em três partes:

a) **Manso senhorial ou domínio:** área explorada pelos servos diretamente em benefício do senhor. Nessa área erguia-se o castelo;

b) **Manso servil:** corresponde às terras arrendadas pelos servos para exploração própria, mas sobre as quais deviam obrigações e taxas ao senhor feudal;

c) **Manso Comunal:** formado por terras – normalmente pastos e bosques – de uso comum a senhores e camponeses.

TRABALHO E ESTRUTURAS SOCIAIS

O trabalho na sociedade feudal estava fundado na servidão, relação que mantinha os trabalhadores presos à terra e subordinados a uma série de obrigações em impostos e serviços. Gerações de servos sucederam-se ao longo do período feudal sem nunca terem ido muito além dos limites do próprio local onde nasceram.

A situação dos trabalhadores era legitimada simbolicamente pela Igreja e garantida por uma visão de mundo hierárquica, em que cada estrato social possuía seu lugar e funções estabelecidas. Esta visão de mundo, ratificada religiosamente, tinha o nome de doutrina das “três ordens”: uma estrutura orgânica, fechada e imutável, em que cabia aos clérigos a função de rezar, aos nobres a função de guerrear e, aos servos, trabalhar.

Tal sociedade podia ser entendida como dividida entre senhores e servos, conformando-se como estamental: o pertencimento a uma das duas categorias era um caráter irrevogável do indivíduo, de forma que era bastante incomum casos de mobilidade, ascensão ou decadência social. A relação estabelecida entre visão de mundo (cosmovisão) e estrutura social do feudalismo pode ser entendida de acordo com o esquema abaixo: a pequena classe dos vilões, pequenos proprietários e possuidores de mais direitos que os servos, também se encontrava submetida ao poder senhorial. O poder dos senhores sobre os servos era exercido através de pesadas tributações, dentre as quais:

- a) **Corveia:** trabalho obrigatório no manso senhorial, executando reparos e construções, além do plantio, em determinados dias da semana;
- b) **Talha:** porcentagem da produção obtida no trabalho servil;
- c) **Banalidades:** tributação, paga em produtos, pelo uso de equipamentos pertencentes ao senhor (forno, moinho, celeiro, etc.).

Havia ainda tributações destinadas à Igreja (dízimo) e de natureza social, como é o caso dos impostos referentes à herança e ao casamento (*formariage*). De maneira geral, a produção era rudimentar e dependente das condições climáticas e do solo, além das técnicas serem muito primitivas. Somados à pobreza da dieta medieval (basicamente centrada no trigo e na cevada), estes fatores faziam com que a população vivesse constantemente atormentada pela fome.

AS RELAÇÕES SENHORIAIS

Entre si, os membros do estamento superior – os senhores – também estabeleciam relações hierárquicas. A ausência de um poder centralizador (catalisada pela queda do Império Carolíngio) somada ao clima de insegurança proveniente das incursões normandas fazia com que o poder dos nobres locais crescesse enormemente: em busca de segurança, os nobres com menos recursos se submetiam aos mais fortes, ou seja, a quem melhor podia defendê-los.

A relação entre os guerreiros era chamada de **suserania** e **vassalagem** e tinha origem no costume germânico de *comitatus*, em que nobres guerreiros estabeleciam relações de lealdade entre si.

Em nome da aliança, o suserano concedia um benefício (**feudo**) ao vassalo, e este, por juramento de fidelidade, prestava-lhe homenagem sendo **homem leal**. O vassalo comprometia-se com o conselho e o auxílio, ou seja, participava das decisões e lhe ofertava sua força, quando preciso.

A vassalagem incluía ainda obrigações materiais. Caso o suserano fosse capturado prisioneiro, os vassalos comprometiam-se em pagar o seu resgate. Além disso, eram obrigados a contribuir para a compra do armamento do primogênito do senhor quando ele se tornasse cavaleiro, e para o dote de sua filha quando esta viesse a se casar.

Teoricamente, o suserano de todos os suseranos era sempre o **rei**, ao qual todos os nobres deviam obediência e vassalagem. Na prática, entretanto, a proeminência das fidelidades locais, bem como o enfraquecimento das casas reais, fazia com que o sistema de suserania e vassalagem apenas **contribuisse para a dispersão do poder central**, embora permitisse uma razoável unidade de interesses entre os nobres da Europa Ocidental.

CRUZADAS

As cruzadas foram expedições principalmente militares, **organizadas pela Igreja**, com o objetivo ideológico de recuperar o Santo-Sepulcro em Jerusalém. À época, a chamada Terra Santa estava nas mãos dos **turcos seljúcidas**, grandes inimigos do já decadente **Império Bizantino**, que há tempos visava auxílio do Ocidente para defender-se desta ameaça. Entre as **motivações políticas** do movimento cruzadista podemos citar a **intenção dos reis de aumentarem seu poder, através da unificação dos seus nobres contra um inimigo comum**, e as **intenções da Igreja Católica em ampliar seu poder sobre a Cristandade Oriental**.

representada pelo Império Bizantino. Por fim, como **motivações econômicas** havia a **busca por novos territórios**, a fim de assentar os excedentes populacionais da Europa Ocidental e a **reabertura do Mar Mediterrâneo** como fronteira comercial, ligando Oriente e Ocidente.

A espinha dorsal dos exércitos cruzadistas era formada por cavaleiros sem terra e servos expurgados. Mulheres e crianças, entremes, foram colocadas à disposição do esforço de guerra, impulsionados pela motivação ideológica de reaver os territórios perdidos para os "infiéis". Em 1095 o Papa Urbano II, no **Concílio de Clermont**, inflama os corações e mentes da Europa contra os muçulmanos, desencadeando, do século XI ao século XIII, uma série de oito expedições:

Primeira Cruzada (1096-1099): chamada Cruzada dos Nobres, chegou a conquistar Jerusalém e estabelecer na região um reino em moldes feudais;

Segunda Cruzada (1147 – 1149): organizada após a reconquista turca de Jerusalém. Fracassou;

Terceira Cruzada (1189 – 1192): importante por contar com participação mais efetiva dos reis, contribuindo, portanto, para o aumento do seu poder pessoal. Comandada por Ricardo Coração de Leão (Inglaterra), Felipe Augusto (França) e Frederico Barba-Roxa (Sacro Império Romano-Germânico), não atingiu seus objetivos de conquista, mas estabeleceu acordos diplomáticos importantes com os turcos. Estes acordos permitiam livre acesso aos peregrinos e, consequentemente, grande abertura para a atividade comercial;

Quarta Cruzada (1201 – 1204): chamada Cruzada Comercial por ter sido liderada pelos comerciantes de Veneza, foi desviada de Jerusalém e tinha Constantinopla como seu alvo principal. Acabou consolidando a cidade de Veneza como potência comercial em ascensão;

Quinta, sexta, sétima e oitava (1218 – 1270): secundárias para todos os aspectos; não tiveram sucesso.

As consequências mais diretas das Cruzadas, para o mundo europeu, foram, ao fim e ao cabo, a **reabertura do Mediterrâneo e a ascensão das cidades italianas** como potências comerciais, sobretudo Veneza e Gênova. Ideologicamente, serviu muito mais para separar do que para unir a cristandade, uma vez que criaram oportunidade para divergências entre interesses de algumas regiões. Este caráter evidenciou-se fortemente na **terceira cruzada**, por conta das rivalidades entre os soberanos que a comandaram. Do ponto de vista político, **fortaleceu o poder dos reis**, contribuindo para a legitimação do posterior processo de **centralização monárquica**. Por fim, a recorrência da Guerra, conduzida pelos nobres, fez com que a maioria deles empobrecesse, ajudando lentamente a

deslocar o centro nevrálgico do poder econômico da nobreza para os comerciantes dos burgos.

IMPÉRIO CAROLÍNGIO

Havia uma forte pressão ao Império Romano, causada desde o século II, por um povo, os francos. Na região da Gália, atual França, esse povo se estabeleceu – principalmente pelo apoio dado pela Igreja Católica do Ocidente – e firmou a dinastia dos *merovíngios*, com Clóvis, seu líder, se convertendo ao catolicismo.

No contexto de queda dos grandes líderes e de fragmentação política é que os francos se inserem no antigo território romano. Pensemos que os francos que tentavam se impor encontravam dificuldades inclusive para efetuar uma unidade de seu próprio grupo nesta configuração de poder. Como tomar posições de poder quando elas estão fragmentadas demais para representar qualquer tomada efetiva de poder? De fato, os próprios francos apresentaram por anos, nesse contexto, uma unidade fraca e pouco organizada.

Carlos Magno assumiu a liderança do povo franco em 768, em parte por conta de sua atuação como comandante do exército franco que deteve o avanço dos muçulmanos sobre a Europa (Batalha de Poitiers, 732), e criou o Império Carolíngio. Ele conseguiu burocratizar o Estado que havia criado e dividiu organizadamente as questões de mandos nas localidades; também ofereceu grandes quantidades das terras conquistadas aos nobres e à Igreja. Assumindo essa posição de prestígio entre as estruturas dominantes da sociedade da época, se tornou menos difícil o controle e a promoção do Império.

Essa boa relação rendeu a ele o título de Imperador do Novo Império Romano do Ocidente, concedido pelo próprio Papa Leão III.

IMPÉRIO BIZANTINO

Importante pensar que, com a queda de Roma na Itália, em praticamente nada alterou-se uma outra parte do Império Romano, a que tinha capital em Constantinopla. Claro que havia questões culturais diversas à realidade romana da Itália, mas, para esses habitantes, não existia Império Bizantino nem Império

Romano do Oriente; eles se chamavam e se entendiam apenas e unicamente como Império Romano.

Para entendermos melhor, vamos pensar no seguinte: o próprio Brasil, na História recente, chegou a mudar de capital; ora em Rio de Janeiro, ora em Brasília, correto? Nós bem sabemos que o próprio Brasil, em sua essência, não mudou porque sua capital mudou. O mesmo aconteceu com o Império Romano; Constantinopla manteve o legado romano.

Constantinopla ia um pouco na contramão das questões preferidas no resto do Império Romano; era uma cidade em uma posição geográfica estratégica, voltada para o mar e para o comércio e que se ocupava também com a agricultura. A crise escravista atingiu bem menos essa parte do Império Romano quando o imperialismo romano sufocou, ou seja, quando o abastecimento de escravizados se esgotou. Aliás, o comércio até floresceu ainda mais, pois, com povos e nações sendo menos atacados e infringidos, as relações comerciais se estenderam e intensificaram.

O mais famoso imperador de Constantinopla foi Justiniano (527-565). Ele retomou boa parte do território perdido para os invasores germânicos, resgatando Roma. Justiniano foi conhecido por algumas ações; ele criou um compilado escrito das leis romanas, atualizando e revisando aquele clássico direito romano que é estudado nos cursos de Direito hoje em dia. A obra ficou conhecida como Código Justiniano. Importante pensar que os bizantinos falavam essencialmente o grego, até mesmo mais que o latim, o que deflagra uma proximidade muito grande deles com as questões helênicas.

O Cristianismo era fortíssimo em Constantinopla, porém havia diferenças consideráveis em relação à parte ocidental do Império Romano. Em especial havia muita proximidade entre o poder secular e o poder clerical. Existia o chamado cesaropapismo, em que o imperador acumulava as funções de chefe de estado e chefe religioso. Obviamente, nessa ótica, questões de credo seriam bem diferentes entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente. Esses cristãos do oriente, ortodoxos, discordavam de certas interpretações da Bíblia e inclusive promoveram a quebra de imagens de santos em locais de cultos e residências; o movimento ficou conhecido como **Iconoclastas**.

Como aconteceu com o Império Romano anteriormente, com a expansão do Império Bizantino, especialmente a partir do século VI e VII, ficou muito complicado manter o território e as fronteiras. Em 1453 o Império Bizantino foi tomado pelos turco-otomanos, que já pressionavam há muito tempo os domínios bizantinos, causando aí o próprio fim da Idade Média como entendemos em seu período.

CULTURA E MENTALIDADE NA IDADE MÉDIA

De modo geral, a cultura e a mentalidade da Idade Média podem ser consideradas como **teocêntricas** (Deus estava no centro do universo e das preocupações dos homens medievais) e concentradas em uma só instituição, a Igreja Católica. Há diferenças, contudo, entre a cultura e a mentalidade do primeiro período medieval e do segundo.

ALTA IDADE MÉDIA

Durante a Alta Idade Média, podemos considerar a existência de uma cultura e uma visão de mundo calcadas na experiência da **insegurança**, do **medo** e do **pessimismo**, cujas origens se encontram, em parte, na realidade material da época: guerras constantes, fim da unidade política, descentralização, decadência do comércio e da vida urbana, perda do legado cultural greco-romano e a experiência da morte como vivência cotidiana. O espírito do homem veteromedieval (vetero, do latim: “antigo”; referente à primeira ou à Alta Idade Média), portanto, encontrava alívio para sua experiência de mundo na esfera do **divino**, entendida como última esperança de salvação frente a um mundo de sofrimentos.

O ocaso da **cultura letrada** inicia-se em 529 com a destruição das escolas filosóficas atenienses por ordem do imperador Justiniano. Até o século XII, várias obras da cultura clássica greco-romana serão desconhecidas pelos medievais, de modo que a **Filosofia da Alta Idade Média** pode ser considerada uma grande tentativa de conciliação entre a **razão** – calcada na tradição oriunda da Filosofia Clássica – e a **fé** – calcada na leitura das Escrituras –, tendendo muito mais para esta última. Os veteromedievais consideravam a Filosofia como *ancilla theologiae*, “serva da teologia”, uma vez que servia de auxílio e justificativa para a Teologia. Esta postura permaneceu ao longo da Baixa Idade Média. Os conteúdos da especulação filosófica dos dois períodos, porém, eram muito diferentes.

O modo de pensar clássico da Alta Idade Média é a chamada Filosofia **Patrística**, que teve seu maior representante em (**santo**) **Agostinho de Hipona** (354-430). Ele é considerado o maior Doutor da Igreja (doctor ecclesiae) de todos os tempos. Suas reflexões, expressas em livros como *As confissões* e *A cidade de Deus*, sintetizam as bases do pensamento patrístico. De **influência platônica**, Agostinho via o homem como originalmente corrompido pelo pecado, de forma que somente através da **graça divina** ele poderia se salvar. Tal concepção tendia, portanto, a justificar a **precedência da fé sobre o conhecimento racional**. Como diz Étienne Gilson, na época patrística “não é para se tornar sábio que alguém se

torna cristão, mas sim para se salvar". Agostinho ainda desenvolveu uma **Filosofia da História** calcada na doutrina da salvação cristã: a "cidade dos homens" (*civitas hominæ*), corrompida pelo pecado e pelo afastamento do divino, reencontraria, por força da graça e da obra da Igreja, a "cidade de deus" (*civitas dei*), livre do pecado e do sofrimento.

A mentalidade da Alta Idade Média, encarnada na filosofia patrística, também se traduzia em esferas como a **música** e a **arquitetura**. Neste último registro, encontramos o predomínio do **estilo românico**, predominantemente horizontal e pesado, propiciador de ambientes escuros e simples, próprios à entrega espiritual, como se acreditava. De paredes grossas e sólidas, com poucas janelas, as catedrais românicas propiciavam também refúgio psicológico para o mundo de adversidades que cercava o homem medieval – guerra, fome, peste –, reforçando a ideia de que a **salvação somente poderia ser encontrada em Deus**.

Na música, a Alta Idade Média é dominada pelos **temas litúrgicos**, próprios do chamado **canto gregoriano**. Este gênero é **monódico** (só uma melodia), **monofônico** (somente uma fonte sonora, a voz, quase nunca acompanhada de instrumentos) e cantado em **latim**, a língua própria da classe clerical. O canto gregoriano era entendido como uma "oração musicada", destinado, portanto à lide religiosa. A posição do homem que canta é de **subordinação e temor a Deus**, que aparece como **onipotente, onipresente e onisciente**.

BAIXA IDADE MÉDIA

Na Baixa Idade Média, o clima de insegurança, medo e pessimismo do período veteromedieval foi substituído por uma crescente atmosfera de maior **otimismo**, cuja base estava nas transformações econômicas e sociais vividas no período: renascimento comercial e urbano, progressiva centralização do poder, redescoberta das obras clássicas da antiguidade greco-romana, expansionismo cruzadista etc. Através do contato com os Árabes, após as Cruzadas, o pensamento de **Aristóteles**, profundamente **racionalista e empirista** (que dá valor à experiência sensorial), foi redescoberto pelo ocidente e provocou enormes mudanças na Filosofia medieval. **O homem passa a ser revalorizado** pelo fato de ser racional, faculdade entendida, no entanto, ainda como uma graça de Deus. As chamadas "boas obras" do homem e o seu **livre-arbítrio** conduzem a uma **interpretação da salvação calcada na ação humana**, e não mais tão exclusivamente na graça de Deus.

O racionalismo aristotélico enseja, na Filosofia e na Teologia, novas **sínteses criativas entre razão e fé**, como as desenvolvidas por (São) **Tomás de Aquino** (1225 – 1274) e os chamados filósofos **escolásticos**. A fundação das **universidades**

configura-se, da mesma forma, como um sintoma da **revalorização do conhecimento racional**, que engendrou, nos séculos seguintes, o **nascimento da ciência moderna**. A primeira universidade do Ocidente foi fundada em Bologna (Itália), ainda no século XI, seguida por Paris e Oxford (Inglaterra) também neste século, e Cambridge (Inglaterra), Salamanca (Espanha) e Montpellier (França) no século XIII.

Na **arquitetura**, o estilo predominante foi o **gótico**, mais leve e verticalizado que o românico. A ascensão deste estilo está ligada ao renascimento urbano, uma vez que as grandes catedrais góticas se tornaram os pontos centrais das crescentes cidades da baixa Idade Média (Notre Dame, de Paris, e Duomo, de Milão, por exemplo). Suas altas torres projetavam-se para o céu, como que metaforizando a **busca racional do homem por Deus**. Construídas através de novas técnicas, as catedrais medievais possuíam paredes menos grossas e amplos vitrais multicoloridos, que permitiam a iluminação diurna dos ambientes interiores. Tanto o exterior quanto o interior eram trabalhados com minúcias ornamentais: alegorias, gárgulas e rosáceas que contrastavam com o caráter simples e plano das superfícies românicas.

Na **música** e na **literatura**, a Baixa Idade Média passa pelo interessante fenômeno da **vulgarização linguística**. Por “vulgarização” não devemos compreender algo no sentido pejorativo, mas o advento das **línguas vulgares** (idiomas e línguas nacionais) como veículos de transmissão cultural. São escritas, no período, os primeiros poemas épicos nas línguas nacionais, como a *Canção de Rolando* (Francês), *Poema de El Cid* (Espanhol) e a *Canção dos Nibelungos* (Alemão). Tais poesias ainda se encontram repletas de referências laudatórias aos feitos dos nobres, espelho de uma sociedade feudal, viril, guerreira e rude.

A partir do século XII, o **Trovadorismo** inaugura uma nova fase em que o fazer poético deixa progressivamente os temas de cavalaria para inaugurar as temáticas do amor. A galanteria, o refinamento e a beleza feminina passam a ser cantados, em contraste com a temática unicamente religiosa da Alta Idade Média e as elegias épicas guerreiras do período anterior. Com o advento das línguas vulgares como meios expressivos, até mesmo a música e a literatura de orientação religiosa sofrem transformações, como podemos observar nas chamadas *Cantigas de Santa Maria*, compostas pelo rei **Afonso X o sábio**, de Castela, no século XIII.

Nelas, aquele que canta ao divino não é um clérigo – pois é o próprio rei que as compõe – e **não canta em latim**. Do ponto de vista simbólico, isto pode ser encarado como a legitimação do poder temporal, representado pelos reis, em tratar de assuntos religiosos, representados pelo clero. Igualmente, nas *Cantigas*, aquele que canta não é mais um homem terrificado frente à onipotência de Deus, mas um sujeito feliz e jubiloso com as graças que este lhe confere.

PARA SABER MAIS!

Livros:

Crônicas Saxônicas. 6 volumes de Bernard Cornwell, 2004 - 2016.

A questão aqui é ler e entrar na *vibe* se divertindo. O autor retrata a grã-bretanha do século IX e X de maneira incrível nessa série de seis livros! Então bora ler tudo que esse cara escreveu; ele é fantástico, escreve ficção SIM, mas com um embasamento histórico incrível e uma leitura extremamente agradável. Até quem não costuma ler muito fica viciadão!

Sites:

Associação Brasileira de Estudos Medievais. www.abrem.org.br

Metatron:

<https://www.youtube.com/channel/UCljGKyrdT4GjaOVLO40RIOw/videos>

Ok, é um canal em inglês e não há legendas, mas pô, a maioria dos canais da internet são assim, bora aprender inglês, gente, não só para lacrar nos vestibulares e ENEM, como para aproveitar em sua maioria o conteúdo que está disposto nas redes! Esse é canal de um cara muito influente nesse meio. Ele é linguista, fala vários idiomas e é um apaixonado por Idade Média e suas questões, principalmente arquitetura, belicismo e literatura.

Filmes e documentários:

O Nome da Rosa. Dirigido por Jean-Jacques Annaud, 1986.

Adaptação cinematográfica da incrível obra de Umberto Eco! Baita filme, com um ritmo de suspense. Para vocês sacarem como essa obra é historicamente muito bem embasada, ela contou com a consultoria de Jacques Le Goff, um dos maiores medievalistas da História. A luz, as ambientações, os atores... tudo é magnífico!

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: UNESP, 2016.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média e o nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Atlas de História Geral. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. Império Bizantino. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. São Paulo: Estampa, 1993.

_____. O imaginário medieval. São Paulo: Estampa, 1994.

VICENTINO, Claudino. História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2011.

PARTE I

HISTÓRIA

04

IDADE MODERNA

meSalva!

IDADE MODERNA

E aí, galerinha do Me Salva, tudo bem? Essa é a apostila de Idade Moderna, e foi pensada especialmente para você! Portanto, aproveite este espaço para se debruçar sobre esse conteúdo, que vai envolver tanto o passado quanto o presente. Curiosa(o)?

Nesse espaço de estudos, vamos analisar algumas questões bem importantes que nos ajudarão a pensar nossa formação social, a formação do Estado Moderno, etc. Veremos o que foi o Renascimento e por que teve esse nome específico e como os sistemas econômicos passaram por transições até chegar no que denominamos de capitalismo - entenderemos que os sistema econômico, assim como os sistemas políticos, não são instituições autônomas que sempre existiram, mas que são formados por um conjunto de ações de humanos em rede.

Também passearemos pelos períodos em que a Igreja foi contestada, e o surgimento de outros grupos religiosos que tiveram uma grande influência no mundo dos negócios e das políticas.

Buscaremos compreender o que foram os Estados Absolutistas e como eles influenciaram nas organizações sociais que surgiram no período em questão. Veremos que o conceito de “Antigo Regime” é algo importante para esse período, mas que pode ser problematizado também - já que nada é impossível de ser criticado.

Faremos um vôo panorâmico sobre as principais características sociais desse período, como se relacionavam nobres e não-nobres num regime de estamentos bem consolidados; assim como as formas de apresentação social num modelo regido por etiquetas e normas sociais que balizavam a própria ideia de nobreza.

Enfim, essa apostila nos ajudará a compreender o quanto temos de modernos dentro de nós, assim como o quanto temos de medievais em nossas formas simbólicas de relações, pois para o “novo” nascer, não é preciso que o “velho” morra, ou seja, a história é mais uma metamorfose do que uma linha reta em que uma Idade morre para outra nascer.

Contudo, é preciso ter uma questão em mente: o que for comentado nesta apostila se relacionará com uma perspectiva europeia, ou seja, no recorte aqui estabelecido, não será considerada a trajetória dos povos americanos, asiáticos, africanos ou da oceania, já que se trata de uma lógica de construção do processo

histórico europeu (exceto quando falarmos da relação estabelecida entre europeus e americanos na época das Grandes Navegações).

Do fundo do coração, eu espero que esta apostila tenha dois objetivos cumpridos: 1. ajudar a compreender melhor as questões que são exigidas em provas de concursos e vestibulares; 2. influenciar um debate importante sobre a formação de nosso país no meio de uma estrutura europeia de governo.

Então, bora lá?

PASSAGENS PARA A MODERNIDADE

Talvez uma das maiores rupturas estabelecidas nos períodos recentes da humanidade, seja a ruptura estabelecida entre Idade Média e Idade Moderna. Uma ruptura gradual e que, mesmo assim, deixou marcas na sociedade moderna sentidas até hoje. Se pudermos pensar em categorias de pensamento ou o que podemos chamar de mentalidades, a maior transição realizada de um período ao outro foi da Escolástica para o Humanismo. A Escolástica foi uma filosofia teocentrísta (focada em uma divindade) com principal atenção ao seu filósofo mais famoso, São Tomás de Aquino. O Humanismo, por sua vez, foi uma filosofia focada justamente no homem. A mudança pode parecer pequena se olharmos com o olhar daquele que sobrevoa uma paisagem, mas se descermos do avião e olharmos mais de perto, poderemos ver que ao retirar da imagem de Deus a importância e a responsabilidade sobre todas (ou quase todas) as ações, os humanistas trouxeram à Europa uma nova ideia: o homem é o centro do universo.

Essa teoria antropocentrísta - que colocava o ser humano no centro de tudo - foi difundida pelo humanismo. Como definiu o historiador Nicolau Sevcenko, o humanismo “voltava-se para o aqui e o agora, para o mundo concreto dos seres humanos em luta entre si e com a natureza, a fim de terem um controle maior sobre o seu próprio destino”. É claro que, ao mesmo tempo em que os humanistas se voltavam para a humanidade como centro do mundo, eles ainda eram formados pelos escolásticos, ou seja, ainda tinham uma percepção de mundo cristã, ou seja, religiosa. Desta forma, se dividiam entre a influência da Igreja sobre o pensamento e a nova “moda intelectual”, que era focada no homem.

Porém não foi só no campo da filosofia que a Modernidade foi marcada por rupturas, no campo das Artes, por exemplo, isso aconteceu com muita força.



Em primeiro lugar é importante notar a forma como nós conhecemos os períodos históricos. Atualmente, definimos tudo o que ocorreu antes da queda do Império Romano como “Antiguidade”, depois dizemos que aconteceu uma Idade Média, para, posteriormente, dizermos que existiu uma Modernidade, até chegar na Idade Contemporânea. Mas será que as pessoas que viveram na Idade Média, por exemplo, chamavam esse período assim?

Não. O termo “Idade Média” surgiu bem depois da Idade Média acabar. Ele foi aplicado pelas pessoas que viviam no que chamamos de Idade Moderna? Mas por quê?

Na Idade Moderna passou-se a considerar que tudo o que havia acontecido na medievalidade era ruim, era errado, ou seja, esse período era visto com maus olhos pela sociedade moderna, o período também era conhecido como “idade das trevas”. Por isso a principal marca da ruptura entre Idade Média e Idade Moderna é a negação das produções culturais e intelectuais da era medieval. Você já pensou sobre como isso foi feito?

Assim como nós precisamos nos basear em figuras que consideramos importantes para a nossa própria construção de identidade - e geralmente fazemos isso pensando em artistas, cantores, bandas, times de futebol, personalidades famosas em geral -, os membros das sociedades europeias do período moderno também queriam, talvez até inconscientemente, formar uma identidade cultural baseada em seus principais ídolos. Contudo, como eles condenavam a produção cultural da Idade Média, resolveram buscar essas figuras na Antiguidade, no caso, na Grécia e na Roma antigas. Um das acusações desse movimento é a de que a Igreja tinha “matado” a produção cultural e intelectual da antiguidade, para impor uma nova forma de pensar, a forma cristã. Em contrapartida, para os que viviam neste período essa era uma forma de resgatar o pensamento antigo, ou seja uma maneira de “ressuscitar” o pensamento que morreu na Idade Média. Mais do que isso, diziam que fariam a cultura “Renascer”. Esse movimento cultural foi chamado de **Renascimento**.

PARA LER:

- ✓ HAMLET, William Shakespeare, entre 1595 e 1605.

A história de Hamlet nos ajuda a compreender o que se passou no período moderno, em plena efervescência cultural renascentista e numa lógica humanista. O enredo central é de Hamlet, o Príncipe da Dinamarca, que teve seu pai assassinado

por seu tio. Para além dessa tragédia central, a história nos apresenta uma constante dúvida entre a religiosidade e o pensamento humanista, focado no ser humano. Para além disso, é possível notar o desprezo com as normas de etiqueta da época, o questionamento de “o que é ser moderno”, uma preocupação em dissociar razão de religião e, mesmo assim, uma forte influência da religião nas decisões humanas. A história também foi filmada várias vezes nos últimos anos, podendo ser encontrada em diversos sites, para quem prefere assistir ao filme.

SER MODERNO É PENSAR!

Mas não foi só na cultura que houve um Renascimento. No mundo filosófico e no científico muitas mudanças ocorreram. Com a religiosidade da Idade Média, o corpo humano era um templo inviolável. Isso quer dizer que o estudo do corpo era dificultado pela falta de possibilidade de tocar em corpos já inanimados. Mas com a quebra de paradigmas que aconteceu na transição - lenta e gradual, é importante lembrar - para a Idade Moderna, algumas técnicas de dissecação passaram a existir. Isso quer dizer que a ideia de que o homem era o centro do mundo repercutiu na ciência, que agora queria viajar por esse espaço até então intocável: o corpo humano. É claro que isso não foi fácil. Na Espanha, por exemplo, Miguel de Servet (1511-1553), um dos primeiros pesquisadores do funcionamento do corpo humano através da dissecação de cadáveres, foi condenado à morte pela Igreja, que ainda realizava perseguições através da Santa Inquisição.

Giordano Bruno (1548-1600) e Galileu Galilei (1564-1642) também foram alvos do Santo Ofício, órgão da Igreja Cristã que era responsável por julgar e condenar hereges, ou seja, pessoas que questionavam as Santas Escrituras. As teorias desses dois cientistas questionavam de certo modo o pensamento cristão sobre geografia, astronomia e os estudos da presença do ser humano no universo. Isso lhes custou caro.

Digo isso para que não fique a impressão de que, a partir dos movimentos culturais e científicos renascentistas, houve uma revolução no pensamento ocidental e que a Igreja não tinha mais controle sobre o que se falava, pensava ou fazia na Idade Moderna. Não, a Igreja ainda tinha muita influência e isso se concretizava nas condenações, na repressão e na

perseguição a muitos militantes científicos e do pensamento humanista. Mas existiram também alguns filósofos que, imbuídos do pensamento cristão, promoveram uma transição para outro tipo de pensamento. Eram os Racionalistas.

Talvez o exemplo mais completo seja o de René Descartes (1596-1650), filósofo que publicou o *Discurso do Método*, sistema que é utilizado ainda hoje para realizar pesquisas científicas. Descartes, assim como outros filósofos de seu tempo, instauraram a primeira fase do racionalismo, ou seja, um tipo de pensamento que tinha por base a razão como principal elemento para se chegar ao conhecimento verdadeiro. Assim, através do racionalismo, Descartes buscava provar a existência de Deus, utilizando a filosofia contemporânea para explicar elementos que eram o foco da filosofia da Idade Média.

Portanto, ainda na Idade Moderna era possível encontrar elementos do medieval, mesmo com uma nova roupagem, com uma nova ideia e com novas perspectivas de conhecimento. Isso porque nem tudo na História é mudança profunda. Algumas continuidades se apresentam, assim como se apresentam para nós hoje. Mas isso é conversa para mais tarde. Vejamos agora como essas ideias chegaram em outros “mundos”.

A EUROPA DESCOBRE O MUNDO

Durante o processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna, um elemento foi fundamental: as Grandes Navegações. Foi a partir das grandes navegações que a Europa passou a descobrir que havia outros “mundos” além daquele. Mas essas navegações não aconteceram somente porque alguns sujeitos isolados resolveram pegar navios e sair até o desconhecido. Boa parte das viagens marítimas desempenhadas pelos europeus no início da modernidade, foi incentivada por uma nova política econômica daquele continente.

Se no período da Idade Média o sistema econômico e político vigente era o “Feudal”, a partir do momento em que os feudos começam a perder força numa transição para regimes nacionais e formação do Estado moderno - que veremos mais adiante -, o modelo econômico também precisava passar por algumas alterações para que a economia europeia se mantivesse em pé. Esse novo modelo foi o mercantilismo. Vejamos as principais características do mercantilismo no



esquema abaixo:

Os elementos que compunham o mercantilismo podem ser resumidos da seguinte forma:

Metalismo: a medida de valor de um Estado era feita a partir da quantidade de metais preciosos que ele possuía. Por isso uma das principais características do mercantilismo era a busca de metais preciosos - veremos que isso foi muito bem explorado nos países colonizados pela Europa.

Balança comercial favorável: as exportações de produtos deveriam ser maiores do que as importações.

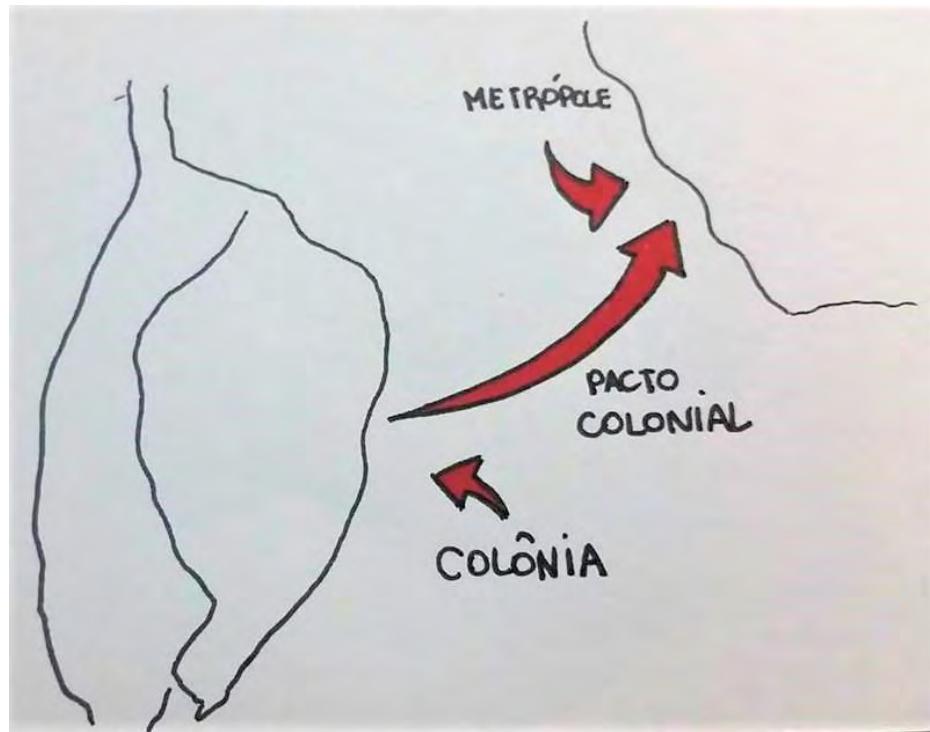
Protecionismo: para que a política da balança comercial favorável acontecesse, a política interna dos Estados precisaria incentivar a produção de artigos manufaturados para concorrer com os produtos externos. A “proteção” era com os produtos internos.

Intervencionismo: o Estado fixava tarifas sobre os produtos que vinham de fora do seu território para que fosse mais barato comprar produtos internos.

Esse sistema influenciou muitos países da Europa a buscar outros espaços de poder. É claro que, em muitos casos, a descoberta dos europeus foi uma mera casualidade, mas o interesse dos novos reinos unificados e nacionais era o de ganhar metais, numa corrida mercadológica que envolveu outros territórios, para além da Europa.

COLONIALISMO

Os principais continentes atingidos e destruídos pelo colonialismo foram a América (norte, central e sul), a Ásia e a África. Isso quer dizer que, ao passo em que um Estado europeu “descobria” um novo território, e conseguia seu domínio pela legislação daquele período (porque não bastava descobrir, era preciso reivindicar aquele território como seu), se estabelecia um Sistema Colonial. De modo geral, esse sistema consistia em 3 elementos: uma metrópole, uma colônia de exploração e um pacto colonial. Vejamos o exemplo do Antigo Sistema Colonial de Portugal-Brasil:



Os países “metrópole”, como Portugal, Espanha, Inglaterra, entre outros, acreditavam que a exploração era a melhor forma de garantir

poderio político naquele sistema. O mercantilismo impunha a estes Estados métodos de dominação de outros territórios por conta do metalismo, que vimos anteriormente. Mas, por outro lado, quem faz o sistema? É importante lembrar que o “pacto” colonial envolvia a obrigatoriedade da colônia de enviar tudo o que fosse produzido para sua metrópole. Convenhamos que de “pacto” não tinha nada, não é?

DESCOBRINDO COSTUMES

Imagine você, agora, chegando em um lugar completamente desconhecido. Imagine que você foi enviado(a) para colonizar o planeta Marte. Chegando lá, você dá de cara com uma quantidade absurda de marcianos, que não compreendem sua língua, não sabem o porquê de você se vestir daquele jeito, nunca viram aquele aparelho no qual você chegou à terra deles, etc. Esse impacto cultural seria muito grande, não é? Grosso modo, foi mais ou menos assim que aconteceu nas Grandes Navegações do período Moderno, entre a Europa e os outros continentes.

O choque do descobrimento de costumes - que atingiu tanto os europeus quanto os habitantes dos outros continentes - foi muito alto, mas apenas alguns grupos específicos “levaram a pior”.

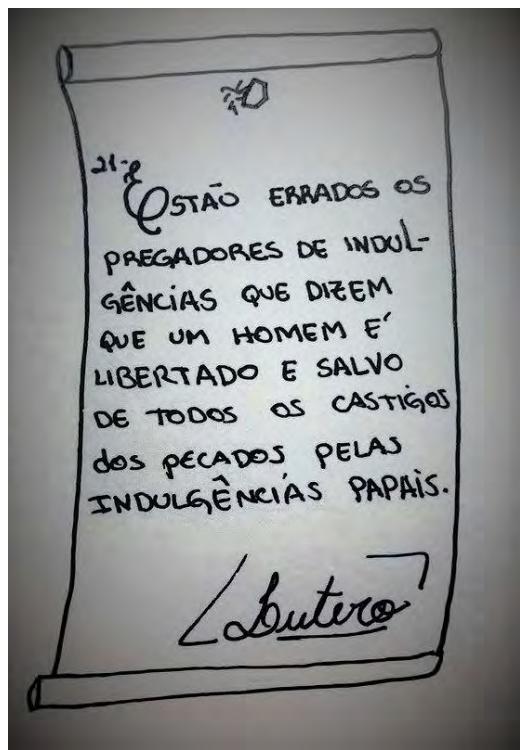
No caso brasileiro, por exemplo, muitos indígenas morreram por conta da imposição de costumes europeus. A maioria dos povos indígenas dos territórios estabelecidos aqui antes de sermos chamados de “brasileiros” não estavam acostumados a utilizar roupas sobre suas peles, e com a imposição desses objetos, ao se banharem nos rios, terminavam sendo tomados por doenças graves, como a pneumonia entre outras, e vinham a falecer. Para além das doenças que os colonos traziam da Europa, e que aqui se proliferavam. A “guerra” biológica involuntária matou muito mais indígenas do que a mão do homem branco.

Mas voltemos para a Europa.

PROTESTANTISMO E A CRISE DA IGREJA

A Igreja Cristã vinha perdendo forças no mundo político há um bom tempo. Desde o início dos primeiros pensamentos humanistas, da força da renascença e de outros movimentos importantes para esse período, a influência da Igreja foi sendo abalada. Mesmo com esses movimentos involuntários, pautados mais por estratégias científicas, houve uma série de movimentos precisamente religiosos e políticos que fizeram o poderio da Igreja diminuir bruscamente, até quase acabar (quase, pois o cristianismo católico ainda se perpetua nas sociedades contemporâneas ocidentais e orientais mas, obviamente, com uma força muito menor do que a força que tinha na Idade Média). Vejamos alguns processos históricos que ocorreram no período moderno e que agravaram a crise da Igreja:

Reforma Luterana: Em 1517, o papa Leão X lançou um documento permitindo o perdão de pecados para pessoas que doassem uma boa quantia de dinheiro para a Igreja, a fim de reconstruir a Basílica de São Pedro, sede da Igreja Católica. Martinho Lutero, membro da Igreja, mas sempre muito crítico a ela, ficou perplexo com essa ação e pregou na porta da igreja de Wittenberg (local em que hoje fica uma cidade da Alemanha, mas que na época ainda não era um país) 95 teses. Essas teses eram documentos em que deixava clara a sua posição sobre aqueles problemas da Igreja Católica. Vejamos algumas delas:



Lutero ganhou, aos poucos, adeptos entre as elites daquele período e difundiu uma nova igreja, que protestava contra a Igreja. O Estado impedia que uma nova religião fosse criada e por isso os seguidores de Lutero protestaram, em 1529, contra essa medida. Ficaram, então, conhecidos como Protestantes, aqueles que eram cristãos mas não católicos.

Reforma Calvinista: João Calvino (1509-1564) foi um político e religioso importante na frança e na suíça. Disseminou a ideia de que o ser humano era “predestinado” por Deus à viver eternamente no céu ou no inferno, não tendo grande importância suas ações na Terra. Por isso, mais do que se importar com o que poderia acontecer com cada um de nós no futuro, Calvino disseminava a lógica de que as pessoas precisavam se preocupar com o presente, com suas vidas, suas condições financeiras, etc. Isso, na prática, influenciava as pessoas a consumirem mais, a agirem conforme um sistema econômico que estava começando a surgir. É desse movimento que surgiu a frase “tempo é dinheiro”, significando que as preocupações da vida devem ser materiais, já que o metafísico já está planejado pela divindade. A reforma calvinista foi duramente perseguida pelo catolicismo, assim como a reforma luterana.

Reforma Anglicana: Entre 1509 e 1547, a Inglaterra foi governada por Henrique VIII, um rei que se mostrou aliado do papa por certo tempo, mas que parou de dialogar com a Igreja católica por motivos políticos.

Quando o rei decidiu se separar de sua esposa, Catarina de Aragão, o papa não concedeu o divórcio - sim, isso era importante para aquele período, diferente de hoje, em que cada pessoa decide se casa ou se “descasa”. Como rei, Henrique não aceitou a negação, criando uma situação política complexa, em que, o parlamento Inglês e o Alto Clero daquele país reconheceram a separação de Henrique e Catarina, sendo que este rei conseguiu se casar novamente, na Igreja, com outra mulher, Ana Bolena. Isso significou, na prática, que a Igreja oficial Britânica deixou de ser a Igreja Católica. Em seu lugar, Henrique VIII instaurou a Igreja Anglicana, que, nesse primeiro momento, cultivava os mesmos dogmas da católica, diferindo apenas no que dizia respeito à organização política. Somente alguns anos depois, no governo de sua sucessora, Elisabeth, é que a Igreja Anglicana iria mesclar elementos da Católica e da Protestante.

Agora, uma pergunta: você acha que a Igreja iria ver todas essas reformas de camarote sem ao menos questionar? É claro que não: havia, no interior da Igreja Católica, uma **Contra-Reforma**, um movimento que se dedicava a combater os que desejavam aderir aos reformistas. O movimento foi cruel, envolveu uma diversidade de ações violentas infundável, e culminou em conflitos sangrentos, até que a Igreja chamou um Concílio, uma reunião para o clero discutir os rumos da Igreja. Este foi o Concílio de Trento, que durou quase 20 anos, sendo o maior e mais longo concílio da Igreja Católica.

Já imaginou uma reunião que durasse 20 anos? Esse concílio foi muito importante, pois foi a partir dele que a Igreja se adaptou aos novos modelos sociais que estavam se estabelecendo.

O MUNDO SE DIVIDE EM REINADOS - O SURGIMENTO DO ESTADO

Desde o final da Idade Média o sistema de Feudos passou a entrar em declínio. Isso fez com que uma nova forma de organização social se estabelecesse, que foi chamada de Estado. O Estado Moderno era encarado de uma forma bem diferente, como podemos ver no quadro abaixo:



O sistemas de corveia, suserania/vassalagem, dentre outros, tinham sido abolidos (não em todos os lugares, é claro) e trocados por um novo sistema, em que a impessoalização das relações tinha se tornado mais presente. E o que isso quer dizer na prática? Se antes a Europa era dominada por vários reis isolados, que difundiam sua forma de organizar os povos através da força dos feudos, no Estado Moderno os feudos se transformaram em partes de uma nação, um Estado com força centralizada na figura do Rei, e o senhor feudal perdeu - sempre gradativamente - a influência que tinha sobre seus vassalos. Todos passaram a se tornar membros de um reino unificado. Isso aconteceu num primeiro momento, na França, na Inglaterra e na Espanha. Assim, com o Estado Moderno, as portas para o Absolutismo foram abertas.

No absolutismo, o Rei tinha um poder muito maior, e a sociedade estava dividida, mais ou menos, em um sistema com uma burocacia, um organismo militar organizado, um exército, leis pouco rígidas, e altos impostos.

É claro que, com uma nova forma de organização social, em Estados Nacionais, soberanos e absolutistas, a paz europeia não poderia durar muito tempo. Logo, diferentes nações passaram a se enfrentar em busca de supremacia nas relações diplomáticas, ou seja, em busca de um poder maior frente às outras nações. As guerras que decorriam disso, diferente das guerras atuais ou das guerras que vimos no século XX, eram voltadas a questões mais pessoais, pois não havia um espírito nacionalista por parte das pessoas que voltavam das guerras.

A SOCIEDADE DO “VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?”

A desigualdade jurídica entre nobres e não-nobres; A sociedade dividida em estamentos.

A sociedade desse tipo de organização social, também conhecido como Antigo Regime, em que o absolutismo era a principal forma de organização do poder, era, o que o sociólogo Elias chamou de Sociedade de Corte uma sociedade em que a nobreza, aqueles que viviam na corte (espaço social da família real) tinham muito prestígio social.

Isso quer dizer que no período moderno todas as pessoas eram nobres e pertenciam à corte? Não, aquela sociedade, grosso modo, se dividia assim:



No fim das contas, a “lei” (que nesse caso dependia muito do rei) não era igual para todas as pessoas no início do período moderno. Somente ao longo da caminhada da história é que o pensamento iluminista começa a suscitar uma ideia de igualdade que, mesmo assim, não era para todas as pessoas.

No meio dessa sociedade dividida por estamentos (algumas pessoas eram consideradas “melhores” do que outras por estarem em estamentos sociais diferentes), não era incomum ouvir coisas do tipo: “você sabe com quem está falando?”, que era uma forma de chamar atenção para o título de nobreza que determinadas pessoas tinham. Ser nobre e não ser nobre eram distinções sociais que diziam respeito à forma como as pessoas eram tratadas por outras naquele espaço social, daquele período específico. Será que algumas coisas não continuam iguais? Sei não...

CURIOSIDADES: GASTRONOMIA, ETIQUETA E A VIDA NO INÍCIO DO MUNDO MODERNO

Haydn Middleton, estudioso da História Moderna, descreveu, mais ou menos, como as pessoas viviam naquele período do início do mundo moderno. Vejamos um pouco sobre sua perspectiva:

"A rainha Elizabeth I tinha guarda-roupas repletos de vestidos magníficos, enfeitados com pedras preciosas. Ela deslumbrava seus súditos com roupas de seda bordadas com pérolas do tamanho de feijões. A maioria dos seus súditos não tinha mais do que roupas simples de lã, geralmente feitas em casa"

E aí, será que era luxuosa a vida na corte?

"A alimentação comum dos camponeses não era balanceada nem variada. Numa época de grande e constante alta dos preços, os pobres podiam comprar pouca coisa além do pão de trigo, da cevada ou do centeio. Às vezes o pão era misturado em sopas ralas de vegetais, mas a carne era cara demais para a maioria da população. Em contraste, ricos comiam uma grande variedade de carne e de peixe. A carne era quase sempre seca e salgada, para se conservar durante o inverno."

E quanto à alimentação, será que era justa a diferença entre nobres e não nobres?

"Durante a semana, o povo tinha pouco tempo para o lazer. Mas nos domingos, dias santos e nas grandes festas de Natal, de Páscoa e de Pentecostes, todos descansavam e divertiam-se. As pessoas dançavam, bebiam, jogavam damas, dados, cartas e xadrez. Para os que preferiam divertimentos violentos, havia a provocação do urso e uma espécie de futebol violento, que era um tipo de luta amistosa. A maioria do povo não sabia ler, mas gostava de ouvir os pregadores e os atores. Milhares de pessoas iam se reunir para assistir aos mistérios, peças com temas religiosos. Mas esses atores geralmente eram tratados pelas autoridades locais quase como desocupados".

E dá uma olhadinha em como funcionava o banho daquelas pessoas:

"O sabão era muito caro e as pessoas raramente tomavam um banho completo. Os ingleses da época diziam que "quanto mais se mexe na sujeira, mais ela fede". Até mesmo os reis, como Henrique IV da França, precisavam usar perfumes especiais para disfarçar o mau cheiro do corpo".



E então, será que seria fácil ficar perto desse pessoal? Já imaginaram qual não foi o choque que eles tiveram quando chegaram aqui na América, em que os habitantes daqui tomavam banho todos os dias, e às vezes, até mais de uma vez por dia? Deve ter sido, no mínimo, curioso, não?

PARA ASSISTIR:

- ✓ 1492, A conquista do paraíso. Ridley Scott, 1992.

O filme é uma ótima forma de conseguirmos compreender o quanto complexo foi a navegação no mundo moderno. Ele retrata a chegada dos primeiros europeus na América, no ano de 1492, com Cristóvão Colombo. Os desafios, as conquistas e as atrocidades cometidas pelos europeus em terras coloniais são muito bem demonstrados, principalmente pela relação do protagonista do filme com um dos indígenas que cooperou com a instalação do sistema colonial.

REFERÊNCIAS

- ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. São Paulo: Zahar, 2001.
- LUIZZETO, Flávio. Reformas religiosas. São Paulo: Contexto, 1991.
- MIDDLETON, Haydn. O cotidiano europeu no século XVI. São Paulo: Melhoramentos, 1982.
- PREZIA, Benedito. Terra à vista: descobrimento ou invasão? São Paulo: Moderna, 1992.
- RANDELL, Keith. Lutero e a Reforma alemã. São Paulo: Ática, 1999.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. O encontro entre culturas: europeus e indígenas no Brasil. São Paulo: Atual, 1998.
- SHAKESPEARE, William. Hamlet, o príncipe da dinamarca. Martin Claret, 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. O Renascimento. São Paulo, Atual, 1994.

PARTE I

HISTÓRIA

05

BRASIL COLÔNIA

meSalva!

BRASIL COLÔNIA

Fala galera do Me Salva!, beleza?

Wow! Já que cá estamos nós, então vamos de História do Brasil Colônia! Bora vermos o descobrimento do Brasil! Ops, quer dizer... descobrimento? Bom, esse termo é bem erradinho... Para não dizer ERRADAÇOOO!!! Vamos colocá-lo a partir de agora no texto entre aspas, assim ó: "descobrimento". Por alguns motivos:

Fora pensarmos no significado da palavra "descobrimento", temos que pensar o papel do Historiador ao fazer a História e escrevê-la:

1 - "Descobrimento" pressupõe que existe algo coberto, velado, e que, ao retirar esse véu, se torna evidente. É bem errado usar esse termo porque já existiam seres humanos que habitavam esse local e o conheciam... Resta a pergunta: esse território era desconhecido? Para quem?

2 - Ao repetir "descobrimento", estaremos vendo e contando a História a partir do olhar do europeu conquistador, e sabemos que, na verdade, a História é sempre um recorte, e devemos optar sempre por pensar em múltiplas óticas, incluindo, sempre que possível, a do oprimido, do conquistado e subjugado – já que na maioria das vezes justamente ele não é contemplado.

Em segundo lugar, devemos quebrar a ótica do Brasil como "Exótico" e, por isso, atrelado à ideia de fetiche, que só reforça a visão de cultura menor e explorada, que no máximo rende grana ao opressor. Pensem como o contexto da palavra "descobrimento" traz isso, justamente por nos fazer pensar em uma terra distante, com pessoas, plantas e animais "estranhos"... Mas de novo: "estranho" na ótica de quem? Por que os exóticos não podem na verdade ser os Europeus? Com seu cheirinho característico da época (há relatos que indígenas sentiam o cheiro há longas distâncias) e suas roupitchas bizarrinhas?



Dá de pensar quão doido deve ter sido chegar à um território tão vasto como o Brasil atual, né? Bom, é verdade que o território que hoje cobre o Brasil é bem extenso e muito rico, apesar de toda a exploração imperialista, mas, por muito tempo, pensou-se que o que se "descobriu" era uma grande Ilha, sem saber realmente quais eram as possibilidades de exploração... Era tudo muito novo! Sem contar que o entusiasmo nem chegou perto daquele que surgiu pelo caminho às Índias feito por Vasco da Gama.

Só que assim, de novo... CARA, já tinha gente aqui!!! O "Brasil", enquanto nação, ou ideia de nação, uma terra de possível exploração para os europeus, NEM EXISTIA ainda e tinha uma G-A-L-E-R-A aqui! Uma diversidade e uma riqueza muito característica; não é justo que começemos vendo a História do Brasil a partir da chegada dos europeus. Partiu ver a História do Brasil, só que antes dos brasileiros (e portugueses), quem vai nos dar uma BAITA mão nisso é o André Prous, GRANDE arqueólogo Francês, Doutor e professor na Universidade Federal de Minas Gerais.



PRÉ-COLÔNIA

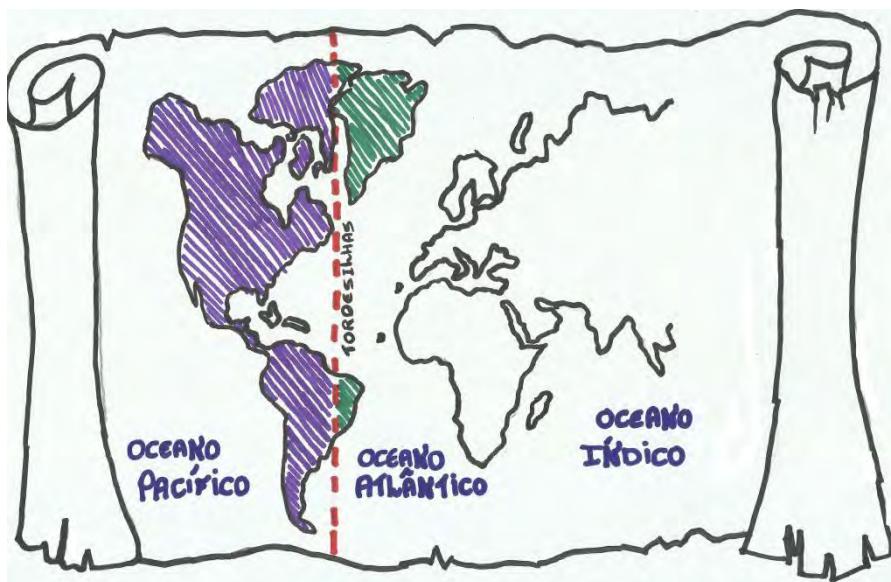
Galera, logo de início Portugal tinha realmente muito pouco interesse na região que hoje é o Brasil. Eles não queriam apostar tão alto, focando sua política externa no processo de colonização e conquista, então, logo após os primeiros registros e mapeamentos do território que hoje é o Brasil, a Coroa portuguesa arrendou por três anos a exploração da região. Fernão Noronha recebeu o monopólio comercial, tendo que, todos os anos, enviar pelo menos seis navios para explorar cerca 2 mil quilômetros de costas, construindo sempre uma feitoria, um local de armazenamento no litoral, para escoar a produção via mar.

Se liga que só em 1505, quando o arrendamento terminou, a realeza de Portugal decidiu tomar as rédeas de exploração da terra e, até 1535, TRINTA ANOS!, o foco foi... TCHÃ RÃÄÄÃ! PAU-BRASIL! É... Madeira obtida mediante exploração dos povos indígenas! Ué, como assim? Os europeus não sabiam cortar com os próprios machados? Bom, mais ou menos... É que, em primeiro lugar, é preciso pensar que o objetivo aqui era o comércio exterior, a mercantilização, nada de subsistência estava em jogo, logo quanto mais gente trabalhando de forma mais exploratória possível, maior o lucro!

E, em segundo lugar, as árvores de Pau-Brasil não cresciam juntas como lindos pomares... Em geral as árvores estavam dispostas bem dispersas e, conforme foi preciso ir para os interiores buscar madeira após o esgotamento no litoral, cada vez mais indígenas eram envolvidos nesse processo escravagista.

A OCUPAÇÃO

Temos que entender que o negócio de “divisão do mundo” era um esquema meio louco, totalmente abstrato. Depois da chegada de Colombo às Américas em 1492, Portugal contestou a supremacia espanhola e, de várias negociações, surgiu o Tratado de Tordesilhas (1494), exemplificado abaixo:



GALERA! É uma linha IMAGINÁRIA! E ela dividia os hemisférios, traçava um acordo de exploração no outro lado do mundo para países da Europa, isso sobre um território que nem eles sabiam direito a proporção ainda... Se liga: óbvio que daria muita briga e disputa e é bem por aí que veremos o processo de colonização do Brasil, um método de efetuação da conquista do território.

A gente precisa perceber que outras nações começaram a se interessar pelos territórios além-mar na América. A França não reconhecia os tratados de partilha e apoiava a ideia de “é dono quem tá no lugar”, ou seja, se não tivesse nenhum EUROPEU (é, eles ignoravam os índios, não eram considerados gente) no território que eles desembarcassem, o território seria deles.

Em 1521, a Espanha achou um caminho às Índias pelo Ocidente, o trajeto ficou conhecido como Estreito de Magalhães, nome do navegador que o trilhou pela primeira vez. Ou seja, haviam nações concorrentes na América e outras nações com rotas próprias para as Índias, o que atrapalhava os ganhos e preços portugueses... Agora se tratava de garantir e apostar no que se “tinha”, isso no ponto de vista imperialista: o território do Brasil, no caso. Só que as distâncias para controle eram muito grandes, os custos estavam aumentando, principalmente devido ao não retorno real e imediato das empreitadas mercantis.

Ocupar o Brasil seria a solução, só que CLARO... Gastando o mínimo possível!!!

INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Após uma expedição, chamada de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), que buscava patrulhar e ocupar de forma mais rápida o território sem vínculos hereditários aos “povoadores”, foram montadas as chamadas capitâncias hereditárias:



Basicamente, o Brasil foi dividido por linhas imaginárias que cortavam o mapa no sentido equatorial, esses pedaços de terras foram entregues aos donatários, que não eram realmente donos, saca? Eram apenas “gerentes”. Aliás, esse grupo é muito interessante de se observar. Se liga no seguinte: nenhum grande nobre se incluía entre esses donatários! Em geral era o pessoal da nobreza mais baixa juntamente com os grandes comerciantes que assumiram o comando das capitâncias. Por que será? CARA! Esses grandes nobres, na verdade, estavam metidos em negócios lá na Índia e nas Ilhas do Atlântico, essas atividades eram BEM MAIS lucrativas!!!

Esses capitães-donatários tinham o pleno poder administrativo, arrecadavam tributos que eram repassados à coroa, autorizavam a criação de vilas e, inclusive, aplicavam a justiça! Até com PENA DE MORTE! Claro, em caso do

acusado ser um nobre, o capitão-donatário não exercia jurisprudência jurídica sobre ele e o julgamento deveria ser feito em Portugal, pelo rei.

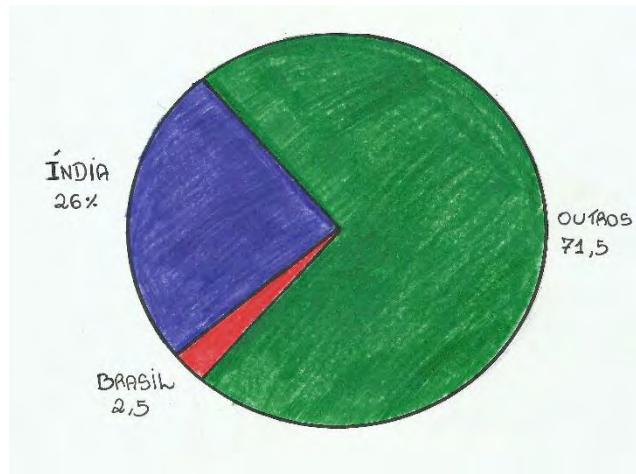
Em geral as capitâncias não deram muito certo, a administração era complexa e convenhamos... Todas as atividades exercidas aqui eram muito experimentais! Não foi NADA por acaso que, em geral, a metodologia de capitania falhou como um todo. As que mais se acertaram, São Vicente e Pernambuco, conseguiram tocar a atividade agrícola do açúcar (que já era algo conhecido e praticado nas ilhas do atlântico) com uma convivência menos agressiva com os indígenas da região.

Aos pouquinhos as capitâncias foram sendo devolvidas à coroa portuguesa e, em 1754, Marquês de Pombal completou a passagem de todas as capitâncias ao poder real, retomando a administração extremamente centralizada do Brasil.

GOVERNO GERAL

Gente, o problema lá no “front” das Índias era grande, com aumento de concorrência e o fracasso em obter novas e melhores rotas, os preços não estavam nada competitivos. Portugal estava tendo muitas derrotas nas terras da África. Perderam, por exemplo, várias batalhas no Marrocos. E, para ajudar com o encantamento sobre as possibilidades na América, em 1545 os Espanhóis acharam a GIGANTESCA mina de prata em Potosí (Bolívia)!

Esquema: em 1558 a arrecadação proveniente do Brasil representava apenas algo em torno de 2,5% das rendas da Coroa, enquanto o comércio com a Índia correspondia a 26%:



Decidiu-se mudar a administração do Brasil com a vinda de um Governador-Geral, uma espécie de Vice-Rei da América Portuguesa. Tomé de Sousa trazia o aparato da administração centralizadora. O objetivo era melhorar e deixar mais rápida a comunicação não só entre as localidades na Colônia, como tornar mais efetiva a ação da Coroa.

Como podemos perceber nos relatos de Padre Francisco Pires, no livro “História do Brasil”, de Boris Fausto, os problemas que a administração em Capitanias apresentava eram bem graves: “As vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, as vezes se vêem mais cedo navios de Portugal do que das outras capitaniias”.

Como de praxe, o papel do Brasil enquanto colônia foi a de manter o comércio externo com sua Metrópole, abastecendo-a com alimentos de exportação ou minério. E, para garantir esse “quê” exportador, foi instituído a política de latifúndios agroexportadores, pois, na ótica imperialista, pequenos proprietários acabariam perdendo muito tempo para produzir para sua própria subsistência e eles venderiam no mercado somente aquilo que sobrasse, como fazem as famílias de pequenos agricultores hoje em dia. Mas quem trabalharia no latifúndio, comeria pouco, quase qualquer coisa, e poderia morar em qualquer lugar, quase que provisório, assim como trabalhar por jornadas infundáveis?

Somente quem fosse obrigado a isso... Os escravizados!

ESCRAVIZADOS

O trabalho compulsório indígena foi usado em diferentes regiões do Brasil até meados do século XVIII. Bem ao contrário daquela ótica difundida de índio “vagabundo”, né? Olha, para começar, se fossem realmente “vadios”, não teriam sido escravizados por tanto tempo. Aliás, só a NOÇÃO de trabalho já é uma questão cultural. O índio era “vadio” na ótica de quem? Do europeu escravagista! O índio não tinha as mesmas necessidades e anseios que os europeus, é preciso olhar para isso. Aliás, pensemos... Você acha justo, MESMO, alguém chegar e lhe obrigar a trabalhar em coisas que você nunca quis, em realidades de vida desconhecidas para você e, depois de você se recusar, VOCÊ ser chamado de “vagabundo”? Complicado né?

Foi também a mão de obra indígena que construiu o país. A escravização do índio foi um negócio local; os ganhos obtidos com sua venda permaneceram nas mãos dos colonos, sem real lucro para Portugal. Esse SIM é um dos principais motivos da escravização dos indígenas ser gradativamente desestimulada pela

metrópole e substituída pela escravização negra. O COMÉRCIO de pessoas negras, referido como “tráfico” negreiro (os negros eram comercializados abertamente e LEGALMENTE como peças, praticamente até 1888) foi um dos mais vantajosos negócios do comércio colonial e seus lucros eram canalizados para o reino. Alguns historiadores inclusive dizem que o negócio do Brasil nunca foi açúcar, café ou ouro... Sempre foi uma economia baseada no escravagismo, na objetificação humana, no lucro a partir da mão de obra escravizada. O produto apenas mudava, mas o sistema é que fazia o lucro.

A primeira leva de escravizados negros que chega ao Brasil vem da Guiné, na expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530. A partir de 1559, o comércio negreiro se intensifica. A Coroa portuguesa autoriza cada senhor de engenho a comprar até 120 humanos negros por ano para trabalhar de forma escravizada. Sudaneses são levados para a Bahia e bantus espalham-se pelo Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e São Paulo.

O comércio negreiro foi oficializado em 1568, pelo governador-geral. Em 1590, só em Pernambuco, registrou-se a entrada de 10 mil escravos. Não há consenso entre os historiadores sobre o número de escravos trazidos para o Brasil. Alguns historiadores, como Roberto Simonsen e Sérgio Buarque de Holanda, estimam esse número entre 3 milhões e 3,6 milhões. Caio Prado Júnior supõe cerca de 6 milhões e Pandiá Calógeras chega aos 13,5 milhões.

O CICLO DO AÇUCAR

Tá mas e o açúcar? Veio de onde? O cultivo da cana-de-açúcar foi introduzido no Brasil por Martim Afonso de Souza, na capitania de São Vicente, mas todo esse sistema já era conhecido pela Coroa portuguesa, pois já havia sido implementado e experimentado nas ilhas do Atlântico, inclusive com mão de obra escravizada... ou seja, era sucesso praticamente GARANTIDO!

Seu apogeu ocorreu entre 1570 e 1650, principalmente em Pernambuco. Algumas coisinhas explicam muito bem esse sucesso: fora a já experiência no esquema, o solo na região era bem apropriado, principalmente no nordeste, a mão de obra escravizada era obtida com certa facilidade na África e houve uma expansão do mercado consumidor na Europa, ou seja, o açúcar cresce enquanto produto.

O açúcar foi responsável pela formação de uma sociedade que vivia da agricultura de exportação, mas, claro, com características próprias! O Produto tropical exigindo grandes extensões de terra para se transformar em atividade lucrativa concretizou os latifúndios, principalmente no nordeste.

O ENGENHO E A ECONOMIA AÇUCAREIRA

Se liga: os chamados “engenhos de açúcar” NÃO eram SÓ açúcar! Na verdade, eram unidades completas de produção e, em geral, autossuficientes. Além dos canaviais, da casa grande, moradia da família proprietária, e da senzala, dos escravizados, uma parcela de terras era reservada para o gado e roças de subsistência. A casa de engenho possuía todo o maquinário e instalações fundamentais para a produção do açúcar. No desenho abaixo temos a moenda à esquerda e a casa grande à direita:



Para você sacar mais ou menos a proporção disso, se liga na estimativa do final do século XVII: existiam cerca de 528 engenhos na colônia!!! Eles garantiam a exportação anual de 37 mil caixas, cada uma com 35 arrobas de açúcar!!! Dessa produção, para vermos como o quesito realmente era a exportação, Portugal consumia apenas 3 mil caixas anuais, exportando o resto para o mercado na Europa.

Obviamente que o monopólio português sobre o açúcar assegurou lucros consideráveis aos senhores de engenho e à Coroa. Esse monopólio chegou ao fim quando os holandeses começaram a produzir açúcar nas Antilhas, na segunda metade do século XVII. A concorrência e os limites da capacidade de consumo na Europa provocaram uma rápida queda de preços no mercado, lembremos que o



açúcar é um produto não realmente essencial para as nações que o compravam, ou seja, com o menor fator de crise, os cortes na compra do açúcar eram profundos.

DOMINAÇÃO ESPANHOLA

Gente, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, morre o Rei português Dom Sebastião e o trono luso fica vago. Adivinha??? Felipe II, rei de Espanha, da casa dos Habsburgos (Sacro-Império Germânico), impõe-se como herdeiro legítimo do trono! Portugal e, consequentemente, suas colônias, passaram ao domínio espanhol, mas ainda preservando uma certa autonomia de administração.

Em ternos práticos, o domínio espanhol representou rompimento definitivo do Tratado de Tordesilhas, afinal de contas, com o novo rei, TUDO era de TODO MUNDO, né? As terras portuguesas e espanholas na América se confundem... Pô, agora não tem mais a linha imaginária que dividia. Já era meio sem controle com ela, imagina sem, podendo-se legalmente expandir a conquista portuguesa pelos interiores do país... O que nós temos aqui? O início do Bandeirismo, movimento de penetração do interior em busca de ouro e mão de obra indígena e aumento das invasões estrangeiras, principalmente holandeses e franceses, pois, afinal de contas, os inimigos da Espanha agora também eram inimigos de Portugal.

INVASÕES HOLANDESAS

E se eu te falar que, antes do período de domínio espanhol sobre Portugal (1580 a 1640), portugueses e holandeses possuíam vários acordos comerciais? É! As companhias privadas holandesas ajudavam a financiar a instalação de engenhos de açúcar, participavam da distribuição e comercialização do produto na Europa e do transporte de negros escravizados da África para o Brasil. Espanha e Holanda, no entanto, eram potências rivais, o pessoal realmente não se bicava...

Resultado: Durante o domínio espanhol, os holandeses foram proibidos de aportar em terras portuguesas, perdendo os privilégios no comércio do açúcar.

Como não são bobos nem nada, para garantir e ampliar seus negócios na América e na África, o governo Holandês e as empresas comerciais privadas da Holanda formaram, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais – uma mistura bem doida! Era tipo uma sociedade mercantil militarizada que atuava também como empresa colonizadora. Seu objetivo OBVIAMENTE era garantir o mercado fornecedor de açúcar e, quando possível, criar colônias nas regiões produtoras.

Mas não ficou só aí, os holandeses também interferiram no comércio de



escravizados negros. Pô, até então esse comércio era um MONOPÓLIO português! Era praticamente indispensável ao modelo de produção açucareira instaurado no Brasil, pois com ele se conseguia mão de obra barata! Para você ver como esses caras estavam comprando a briga MESMO!

Os registros apontam que a primeira tentativa holandesa de se estabelecer no Brasil ocorre em maio de 1624. Uma expedição CONQUISTA (WOW!) Salvador e esse grupo consegue resistir aos portugueses por quase um ano. CARA! UM ANO! E Só em abril de 1625 os holandeses são repelidos por uma frota de 52 navios organizada por Espanha e Portugal.

Mas eles não desistiram facilmente! Em 1630 os holandeses fizeram uma nova investida. Conquistaram Recife e Olinda, em Pernambuco, o maior centro produtor de açúcar da colônia! Um baita golpe na economia da colônia e, em consequência, da metrópole! Os caras permaneceram na região por 24 anos!

Como eles se mantiveram por tanto tempo? Primeiramente conquistaram o apoio de boa parcela da população pobre local, como, por exemplo, o “mulato” Calabar, assim como da elite local, os muitos senhores de engenho. Cativaram o povo residente em suas mais variadas classes, conquistaram o território!

O período de maior prosperidade da colônia holandesa ocorre no governo do príncipe de Nassau, entre 1637 e 1644. Quando Nassau volta para a Holanda, a vila de Recife entra em rápida decadência. Conflitos entre os administradores e donos de engenho reduzem a base de apoio dos holandeses e sua resistência diante dos constantes ataques portugueses.

O período de dominação holandesa no nordeste brasileiro caracterizou-se por um desenvolvimento econômico muito intenso, com características menos ostensivas à metodologia de colonização portuguesa. Os holandeses, protestantes em sua maioria – se liga que ISSO é muito importante, dada a mentalidade totalmente diferente a dos católicos do período – ofereciam liberdade civil e religiosa para os indivíduos que apoiassem a manutenção da colônia e da produção açucareira.

IMPORTANTE dizer que os holandeses não só se apropriaram como também INVESTIRAM na ampliação e diversificação da infraestrutura produtiva local, com financiamentos para a instalação de novos engenhos e para a abertura de novas frentes agrícolas no nordeste.

A INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA

Os territórios dominados pelos holandeses no nordeste brasileiro a partir do fim da Guerra dos Trinta Anos, entre 1618-1648 (um conflito de Holanda X Inglaterra) e a Companhia das Índias Ocidentais – aquela organização criada pelos holandeses para explorar e formar um bloco mercantil – pressionavam os senhores de engenho locais para saldar as dívidas contraídas. Para elevar as taxas de lucro, elevaram também o preço das mercadorias importadas e dos escravizados negros.

Nassau, não concordando com as novas diretrizes administrativas da Companhia, acabou por ser exonerado do governo. Sem a sua presença, somado ao endurecimento das ações da Companhia, houve inúmeras falências entre os produtores de açúcar! Eles então fizeram o quê? Se organizaram contra tudo isso que estava acontecendo! Passaram a apoiar um movimento de “insurreição” contra os invasores estrangeiros. Os primeiros líderes do movimento foram João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias.

As duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649, foram decisivas para a derrota dos holandeses. Elas reuniram forças do Estado do Maranhão e do Governo Geral da Bahia. Os holandeses capitularam em 26 de janeiro de 1654 e reconheceram formalmente a soberania portuguesa sobre a vila de Recife em 1661. O tratado ficou conhecido como Paz de Haia.

O BANDEIRANTISMO E A EXPANSÃO TERRITORIAL

Aqui o contexto é especificamente a busca de mão de obra indígena, a pecuária e a mineração, atividades que resultaram em uma FORTE expansão da ocupação portuguesa para áreas além dos limites originais do Tratado de Tordesilhas – aquela linha imaginária, lembra?

Importante: Essa expansão foi estimulada pela Coroa portuguesa! Velada ou abertamente.

AS BANDEIRAS

Imagina uma GALERA se deslocando matagal à dentro, para dentro da floresta mesmo! Indígenas cativos e homens brancos livres, todos caçando mais indígenas e, conforme a viagem progredia, aumentava o número de envolvidos, capturados e escravizados.



Fora a captura de indígenas, havia uma forte busca de metais e pedras preciosas, justamente motivada pelas descobertas na América Espanhola. Os indígenas eram explorados nesse processo porque conheciam muito melhor os trajetos a serem trilhados, com seus animais, plantas e tribos.

No início do século XVII, com Portugal sob domínio espanhol, a Holanda investe no comércio de mão de obra africana, desorganizando o tráfico português. O fluxo de escravos negros para algumas regiões da colônia diminui e renasce o interesse pela escravização do indígena. Quando o tráfico negreiro é regularizado, esperava-se que as bandeiras parassem, né? Não! Continuaram e muito fortes, motivadas pela procura de minas de metais.

Estima-se que 300 mil índios foram escravizados entre 1614 e 1639. As primeiras bandeiras foram comandadas por Diogo Quadros e Manuel Preto, em 1606, e Belchior Dias Carneiro, em 1607.

ANHANGUERA – O “Diabo Velho” em Tupi – costumava dobrar as populações indígenas com um truque bem canalha: Ao se aproximar dos agrupamentos de índios, ameaçava tocar fogo nos rios. Como? Botar fogo na água? Parece muito louco, né? Pois é, acontece que ele ia se abaixando lentamente, fingia encher o cantil com água do rio, só que ele já estava cheio com cachaça, preenchido anteriormente. Depois fazia uma pequena demonstração do que faria com aquela “água” e punha fogo no líquido, apavorando os índios. Meio controverso termos uma estátua desse cara em plena Avenida Paulista em São Paulo, né? Aliás, temos até universidade com esse nome! *Very weird.*

O CICLO DO OURO

Na passagem do século XVII para o XVIII, há o **achamento** de ricas jazidas de ouro no centro-sul do Brasil, pois é... Achamento! Um termo BEEEM melhor que “descobrimento”, sabe? Ao menos não carrega toodo aquele fetiche, o pessoal simplesmente achou o ouro. Estavam por lá, principalmente por causa das expedições das bandeiras, e PUM!, acharam metais preciosos!

Obviamente a Coroa portuguesa voltou toda sua atenção para o Brasil. A região das minas que haviam sido encontradas ocupava os atuais territórios dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Tornou-se polo de atração de migrantes: portugueses em busca de fortuna, pessoas de todas as regiões do Brasil e escravizados trazidos do nordeste. Criam-se novas vilas: Sabará, Mariana

(que a Samarco destruiu), Vila Rica de Ouro Preto, Caeté, São João del Rey, Arraial do Tejucó (atual Diamantina) e Cuiabá.

A descoberta de jazidas de ouro no interior do território colonial gerou diversas disputas pela posse das terras, principalmente entre os paulistas (bandeirantes) e os “emboabas” (portugueses e colonos de outras regiões do Brasil) que chegavam ao território.

Qual prática a Coroa portuguesa iniciou para lucrar com a retirada de minério do Brasil? Primeiramente ela autorizou a livre exportação de ouro... Tcharã... Só que mediante pagamento de um quinto (1/5) do total explorado; para administrar e fiscalizar a atividade mineradora, criou a Intendência das Minas, vinculada diretamente à metrópole, e estabeleceu que toda a descoberta devia ser comunicada.

Para garantir o pagamento do quinto, são criadas, a partir de 1720, as casas de fundição, que transformam o minério em barras timbradas e quintadas. Em 1765 é instituída a derrama: o confisco dos bens dos moradores para cobrir o valor estipulado para o quinto quando havia déficit de produção, ou seja, não conseguiu atingir a cota... Seus bens são confiscados!!!

ECONOMIA MINERADORA

O chamado ciclo do ouro trouxe uma grande diversificação social para a colônia e estimulou novas relações de trabalho, até mesmo com a mão de obra escravizada. Os escravizados trabalhavam por tarefa e, muitas vezes, podiam ficar com uma parte do ouro descoberto. Com isso, tinham uma chance, MÍNIMA, é claro, pois muitos tinham que trabalhar para comprar a liberdade de um, já o preço para se livrar dos grilhões era ALTÍSSIMO! O período áureo durou pouco: entre 1735 e 1754, a exportação anual girava em torno de 14.500 kg. No final do século, o volume enviado a Portugal cai para cerca de 4.300 kg por ano.

OS CAMINHOS DO OURO FORA DO BRASIL

Em uma MEGA crise, logo após se libertar do domínio espanhol (1640), Portugal procurou ajuda política e militar dos ingleses, que foram dominando a economia portuguesa por meio de diversos tratados. O principal deles, o Tratado de Methuen (1703) – Panos e Vinhos – abria de forma exclusiva o mercado português aos manufaturados ingleses, em especial tecidos; por sua vez, a Inglaterra se comprometia a comprar produtos agrícolas lusos, em geral Vinhos, constituindo uma grande desvantagem de preços e lucros para Portugal, afinal o

lucro Inglês sobre cada tecido era muito maior que o lucro português com a venda dos vinhos.

Então, para saldar as dívidas, Portugal recorria ao ouro brasileiro. Diante disso, pode-se dizer que a produção aurífera brasileira contribuiu para o desenvolvimento do processo de industrialização da Inglaterra. Ou melhor, como na famosa frase de Eduardo Galeano, jornalista e escritor uruguai: “O ouro brasileiro deixou buracos no Brasil, templos em Portugal e fábricas na Inglaterra”.

DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA

E a agricultura de subsistência/pecuária? Essas atividades desenvolveram-se ao longo dos caminhos para as minas e nas proximidades das lavras! O crescimento demográfico aumentou rapidamente os lucros dessas atividades. Sesmarias foram doadas na região a quem queria cultivá-las. Novas culturas surgiam em outras áreas da colônia, o interesse da Coroa não influenciou TANTO sobre os territórios e economias adjacentes às minas.

Em meados do século XVII, o algodão, o tabaco e o cacau passaram a ser produzidos em larga escala e a integrar a pauta de exportações da colônia. Uma baita virada, né? A produção algodoeira desenvolveu-se no nordeste, em especial no Maranhão e em Pernambuco. O tabaco era produzido principalmente na Bahia, seguida por Alagoas e Rio de Janeiro e, ao longo do século XVII, foi usado até como moeda de troca para aquisição de escravizados nos mercados da costa africana!!! O cacau foi explorado inicialmente, mas apenas em atividades extrativistas no Pará e no Amazonas. Depois começou aos poucos a ser cultivado na Bahia e no Maranhão, com mão de obra escravizada.

Introdução do café – O café é introduzido no Brasil por Francisco de Melo Palheta, em 1727, que o contrabandeia da Guiana Francesa. A cafeicultura como atividade principal da economia exportadora só se desenvolve no século XIX, quando o produto começa a ser cultivado na região sudeste.

Expansão do açúcar – A agroindústria açucareira do nordeste volta a se expandir no século XVIII, quando as revoltas de escravizados nas Antilhas interrompem a produção local. A Antilhas eram um território Holandês – lembra que a Holanda também focava sua produção nas colônias no açúcar? Enfim, o aumento das exportações brasileiras estimula a expansão dos canaviais para o Rio de Janeiro e São Paulo, já enriquecidos pelo comércio do ouro.

Pecuária – Fator essencial na ocupação e povoamento do interior, a pecuária se desenvolve no vale do rio São Francisco e na região sul da colônia. As fazendas do vale do São Francisco são latifúndios assentados em sesmarias e dedicados à produção de couro e criação de animais de carga. Não é uma atividade dirigida para a exportação, mas sim para manter o mercado interno. No sul, em especial, a criação de gado é destinada à produção do charque (carne salgada para durabilidade) para o abastecimento da região das minas, combinando o trabalho escravizado com a mão de obra livre.

RESISTÊNCIA NEGRA

As rebeliões e conflitos com escravizados atravessaram todo o período colonial e se estenderam até a abolição da escravatura, em 1888 – não acabando, obviamente, as lutas do povo negro. Essas batalhas sociais se estendem até hoje, basta olharmos para o Brasil atualmente: dos 30 mil jovens assassinados todos os anos, 77% são negros; há um extermínio DESCARADO da negritude jovem no país.

Naquela época, depois de tanto mal causado na exploração escravagista, eram comuns os casos de suicídio, de fugas, de abortos provocados pelas escravizadas, assim como a reação dos oprimidos com os assassinatos de senhores, feitores e capitães-do-mato.

Revoltas e fugas coletivas nos engenhos são frequentes, principalmente no século XVIII, quando há vários levantes urbanos. Na resistência à opressão branca, os escravizados negros também se organizam coletivamente e formam quilombos. Há registros desses núcleos autônomos de negros que fugiam do cativeiro em praticamente todas as áreas do Brasil. Onde esteve presente a escravidão, o quilombo se fez presente; o mais conhecido e famoso o Quilombo de Palmares.

Formado na região do atual Estado de Alagoas por volta de 1630, Palmares foi uma confederação de quilombos organizada sob a direção de Zumbi, o chefe guerreiro. Os palmarinos praticavam a policultura: plantavam milho, feijão, mandioca, batata-doce, banana e cana-de-açúcar. Também criavam galinhas e suínos e conseguiam um excedente de produção que era trocado nos povoamentos vizinhos, pacíficos aos quilombos. A fartura de alimentos em Palmares é um dos fatores fundamentais de sua resistência. Se liga! O Palmares Chegou a reunir 30 mil habitantes e resistiu às investidas militares dos brancos por 65 anos! Seis DÉCADAS de resistência, sendo destruído somente em 1694,

quando a coroa usou praticamente todas as forças militares que tinha, arrasando a região. Veja como não é mera coincidência Alagoas ter o pior IDH do país, (IPEA, 2016, período analisado 2011-2014). Há aí uma questão histórica.

OS MOVIMENTOS NATIVISTAS

Foram movimentos regionais de oposição ao domínio luso. Exigiam reformas setoriais e não apresentavam projetos de separação política de Portugal.

MOVIMENTOS	CAUSAS	LÍDERES
AMADOR BUENO SÃO PAULO 1641	Pobreza da capitania, que vivia do apresamento dos índios, o que provocou revoltas entre colonos e jesuítas.	Amador Bueno da Ribeira: rico comerciante que recusou a formação de um governo nativo em São Paulo.
REVOLTA DOS BECKMAN MARANHÃO 1684	Combate à Companhia de Comércio do Maranhão, que exercia o monopólio comercial. Luta entre camponeses e padres pela escravização dos índios	Manuel Beckman e Thomas Beckman: perseguidos e combatidos pelos portugueses, foram enforcados.
GUERRA DOS EMBOABAS MINAS GERAIS 1709	Luta entre paulistas e "emboabas" (forasteiros) pelo domínio da região das Gerais, levando a criação das capitâncias de Minas Gerais e São Paulo. Os paulistas conquistaram Goiás e Mato Grosso.	Manuel Nunes Viana e Bento Coutinho (emboabas); Amador Bueno da Veiga (bandeirantes);
GUERRA DOS MASCASTES PERNAMBUCO 1710	Luta de Recife para elevar-se à categoria de vila, com oposição de Olinda.	Bernardo Vieira de Melo: olindense que queria transformar Olinda numa república independente.
FELIPE DOS SANTOS VILA RICA 1720	Movimento de oposição às casas de fundição, que aumentavam a fiscalização e acentuavam a exploração monopolista lusa. Os mineiros realizaram movimentos militares, sendo violentamente reprimidos.	Felipe dos Santos: foi perseguido, preso e executado como líder do movimento.

REFORMAS POMBALINAS (1750-1777)

O declínio da mineração no Brasil coincidiu, no plano internacional, com a crise do sistema absolutista – ou melhor, Antigo Regime. Os benefícios da colonização haviam se transferido basicamente para outros centros europeus em ascensão: França e, em especial, Inglaterra. De fato, o século XVIII teve a Inglaterra como centro da política internacional. A Inglaterra estava prestes a desencadear a Revolução Industrial, se tornando a nação de capitalismo mais avançado.

No século XVIII, por uma ebulação na esfera das ideias no mundo moderno, surge o Iluminismo, com uma nova visão sobre a humanidade e o mundo. Por trás de todo esse movimento, encontrava-se a burguesia, comandando a crítica ao Antigo Regime, à nobreza e ao absolutismo.

Alguns filósofos iluministas, como Voltaire e Diderot, influenciaram os monarcas absolutistas da Prússia, Áustria, Rússia, Portugal e Espanha. Sem abrir mão do absolutismo, esses líderes absolutos realizaram algumas das reformas recomendadas pelos iluministas, que vieram a reforçar o seu poder, uma vez que a modernização empreendida aliviou as tensões sociais.

O conhecido Despotismo Iluminado em Portugal foi aplicado por Dom José I (1750-1777) com a nomeação de um ministro reformista, marquês de Pombal. Esse período, chamado de “pombalino”, coincidiu com a época da decadência da mineração, e todo o esforço político do ministro concentrou-se na tentativa de modernização capitalista do reino. Esse processo foi imposto de cima para baixo tendo em vista, de um lado, o fortalecimento do Estado e, de outro, a autonomia econômica de Portugal. As relações, que também mudariam com a capitalização da sociedade não foram fortalecidas e nem instigadas. Era encaixar um círculo no quadrado!

MOVIMENTOS DE EMANCIPAÇÃO NO PERÍODO COLONIAL

O funcionamento do sistema colonial gerava uma forte contradição entre metrópole e colônia: Explorar x Desenvolver. Afinal de contas, você não destrói e explora até a última gota daquele lugar que você quer para si, não é? Você quer que esse lugar melhore, se torne mais agradável, se desenvolva! E não que toda a riqueza dali somente escoe para outros lugares distantes. Esta contradição se apresentou MESMO no fim do século XVIII, quando a economia colonial começou a entrar em crise, desencadeando as últimas revoltas do período.

INCONFIDÊNCIA MINEIRA (1789)

A Inconfidência Mineira foi uma conspiração (do ponto de vista da Coroa, CLARO!) que ocorreu no ano de 1789 em Vila Rica, atual Ouro Preto. A revolta deveria iniciar-se no dia da derrama, que o governo programara, mas acabou suspensando quando soube dos planos dos revoltosos.

Dentre os fatores que influenciaram o movimento burguês de revolta, podemos destacar:

- ◆ Os excessos da coroa em cobrar altos impostos;
- ◆ A decadência da produção aurífera;
- ◆ A influência do pensamento iluminista e da independência dos EUA.

Os Inconfidentes pensaram ainda em conseguir auxílio estrangeiro para garantir o sucesso do levante. Em 1786, o estudante José Joaquim da Maia teve um encontro na França com o ministro americano Thomas Jefferson, com essa finalidade. O estudante não chegou a retornar ao Brasil, falecendo na Europa. Os planos dos inconfidentes foram frustrados porque três participantes da conspiração procuraram o governador, Visconde de Barbacena, para delatar o movimento.

CONJURAÇÃO BAIANA (1798)

A Conjuração Baiana teve características bem diferentes das anteriores, especialmente porque seus participantes pertenciam às camadas **REALMENTE** pobres da população. Para mostrar esse caráter popular, basta observarmos quem eram os chefes: Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, que eram soldados, João de Deus do Nascimento e Manuel Faustino dos Santos Lira, alfaiates. A conspiração é por isso conhecida também como Revolta dos Alfaiates.

Inspirados nos ideais da Revolução Francesa, os inconfidentes pretendiam proclamar a República. Em 12 de agosto de 1798, os conspiradores colocaram nos muros da cidade papéis manuscritos chamando a população à luta e proclamando ideias de liberdade, igualdade, fraternidade e República. Foram descobertos e presos e, em 8 de novembro de 1799, enforcados em Salvador.

A CRISE COLONIAL E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A passagem do século XVIII para o XIX marca o auge da crise do sistema colonial português. O advento do capitalismo industrial foi a principal causa externa da desestruturação do antigo sistema colonial. Aliado a esse fator, contradições internas proporcionavam combustível para abalar as relações entre os colonos e os representantes da metrópole.

Ao longo do tempo, um antagonismo surgiu na equação delicada que mantinha o antigo sistema colonial no Brasil: não era possível continuar explorando a colônia sem desenvolvê-la; por outro lado, ao se desenvolver, a colônia poderia criar condições para enfrentar a exploração exercida pela metrópole.

Devido ao declínio da exploração mineradora no interior do território, o Brasil viveu, a partir de 1750, uma retomada da produção agrícola. As culturas do açúcar no nordeste e em São Paulo, o tabaco na Bahia, algodão no Maranhão e Pará, e a pecuária em Minas Gerais e no sul, diversificaram a produção brasileira. A sociedade, como um todo, tornou-se mais complexa, e os interesses dos colonos tornaram-se, gradativamente, opostos ao da metrópole. A liberdade de comércio desejada entrava em choque com o monopólio colonial, exercido por Portugal. Cada vez mais ideias de emancipação política começavam a tomar corpo, gerando diversos conflitos entre colonos e colonizadores (Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana, por exemplo).

A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL (1808)

A mudança da família real e da Corte portuguesa para o Brasil foi consequência da situação europeia no início do século XIX. Naquela época, a Europa estava inteiramente dominada pelo imperador dos franceses, Napoleão Bonaparte. O cara estava “tocando o terror” mesmo! E o principal inimigo de Napoleão era a Inglaterra (baita parceira de Portugal), cuja poderosa armada o imperador não pudera vencer.

Pressionado por Napoleão, que exigia o fechamento dos portos portugueses ao comércio inglês, e ao mesmo tempo pretendendo manter as relações com a Inglaterra, Dom João tentou adiar o máximo possível uma decisão definitiva sobre o assunto. Se aderisse ao Bloqueio Continental, Portugal ficaria em condições extremamente difíceis, porque a economia portuguesa dependia INTEIRAMENTE da Inglaterra.

Para resolver a situação de acordo com os interesses de seu país, o embaixador em Lisboa, Lorde Percy Clinton Smith, Visconde de Strangford, conseguiu convencer Dom João a transferir-se com todo o aparato burocrático para o Brasil. Desse modo, os ingleses garantiam o acesso ao mercado consumidor brasileiro. A transferência da Corte era uma boa solução também para a família real, pois evitava a deposição da dinastia de Bragança pelas forças napoleônicas.

DOM JOÃO IV NO BRASIL

Como consequência da transferência da sede do Império Português para o Brasil, temos que pensar: “O BRASIL SE TORNOU A METRÓPOLE!”. O país viveu um período de expressiva liberalização, principalmente no que diz respeito ao comércio internacional. “Colônia” agora era Portugal!

A Inglaterra, beneficiária dos acordos firmados com Portugal, inundou o mercado brasileiro com seus manufaturados, pagando menos impostos que os próprios produtos lusitanos. Apesar da revogação da proibição fabril na colônia, realizado por Dom João logo que aportou em terras brasileiras, a indústria local não foi incentivada, pois a concorrência com os britânicos era desleal.

A relação entre os portugueses, recém-instalados, e os brasileiros (latifundiários e comerciantes) tornou-se tensa, pois somente os portugueses tinham acesso aos postos do governo. Aos brasileiros restava apenas o pagamento dos impostos, usados basicamente para o sustento da Corte.

Administrativamente, a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro provocou uma série de mudanças. Diante da necessidade de governar, o monarca português criou três ministérios: Guerra e Estrangeiros; Marinha; Fazenda e Interior. Além disso, as divisões geográficas foram rearranjadas, surgindo assim novas capitâncias, que mais tarde seriam transformadas em províncias (1821). Além disso, fundou o Banco do Brasil (siiiim, já nessa época! Tempão, ein?) e instalou diversos tribunais de justiça.

Outro aspecto relevante deste período foi a política externa adotada por Dom João, então Príncipe Regente do trono português, ocupado por Dona Maria, a louca. Ao norte da colônia, Dom João invadiu a Guiana Francesa, anexando o território em 1809, aproveitando-se da fragilização do colonialismo francês na América, e dando uma mãozinha para os ingleses ao atacar seu inimigo histórico, ou melhor, sua representação na América.

Da mesma forma, já em 1821, expandiu a fronteira sul do território brasileiro junto à região da Cisplatina, atual Uruguai, anexando-o e chegando até as margens do Rio da Prata.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

Se liga! Algumas regiões da colônia não estavam de acordo com os rumos que a dominação lusa estava tomando, nos primeiros decênios do século XIX. O arrocho das medidas de exploração, principalmente no tocante aos impostos e aos privilégios de que os comerciantes portugueses gozavam em comparação aos colonos, provocou o descontentamento de vários grupos sociais.

A capitania de Pernambuco vivia, desde o fim do século XVIII, um processo de empobrecimento devido ao declínio da produção açucareira (tradicional produto da região). Somado a isso, uma BAITA seca devastou territórios inteiros no ano de 1816, aumentando, ainda mais, os sintomas de crise.

Inspirados pelos ideais da Revolução Francesa, militares, padres e alguns proprietários reuniram-se em clubes e sociedades secretas, objetivando proclamar uma república liberal, livre do domínio português e que pudesse oferecer maiores condições de vida aos seus compatriotas.

O governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ficou sabendo dos planos dos revolucionários e mandou prender os principais implicados na conspiração. Estes, então, anteciparam a eclosão do movimento, que teve início quando o capitão José de Barros Lima matou o oficial português encarregado de prendê-lo.

A revolta estendeu-se rapidamente e os patriotas tornaram-se senhores da situação, estabelecendo novo governo assim que Caetano Montenegro partiu para o Rio de Janeiro. Os principais implicados na Revolução Pernambucana foram: Domingos José Martins, Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, padre João Ribeiro Pessoa e outros.

Assim que conseguiram dominar a situação, os revoltosos organizaram um governo provisório. O novo governo procurou logo estender o movimento às outras capitâncias e obter o reconhecimento no exterior. A revolta estendeu-se ao Ceará, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. O governo revolucionário pernambucano durou pouco mais de dois meses. Recife foi cercada por mar e tropas enviadas da Bahia avançaram por terra desmantelando a resistência.

Quem disse que a História do Brasil não foi violenta também? Que éramos um povo estritamente pacífico? Tivemos inúmeros levantes revoltosos, como pudemos ver; a verdade é que o governo real soube muito bem sufocar e lidar com todos esses processos de revolta!

REVOLUÇÃO DO PORTO (1820)

Desde a transferência da Corte para o Brasil, Portugal vivia uma situação incômoda: lá em 1808 foi invadido por Napoleão e posteriormente, com a expulsão dos franceses, passou a viver sob a direta tutela inglesa. Até 1820, Portugal foi governado por Lorde Beresford!

Na cidade do Porto, em 1820, eclodiu um movimento, de cunho liberal, que ficou conhecido com Revolução Liberal do Porto. Os revoltosos objetivavam romper com o domínio britânico e, influenciados pelos ideais liberais da virada do século, promulgar uma constituição que limitasse o poder real. Afinal, o rei nem estava em Portugal, a havia abandonado! O movimento foi vitorioso e, logo que tomaram o poder, os líderes exigiram o retorno de Dom João à Lisboa, para submeter-se à nova ordem.

A ambiguidade política de Dom João contribuía para manter aquela situação anômala, pois mesmo após a libertação de Portugal, o soberano continuava no Brasil. Finalmente, sem alternativa, D. João VI partiu para Portugal no dia 26 de abril de 1821, nomeando como regente do Brasil seu filho e herdeiro D. Pedro.

No Brasil, em virtude da tentativa recolonizadora das Cortes, as posições políticas se definiram. Formou-se o partido português, integrado principalmente pelos comerciantes portugueses apoiados pelas guarnições militares, que eram contrários à autonomia administrativa e à abertura econômica decretadas por Dom João VI. Por sua vez, o “partido brasileiro” era integrado principalmente pela aristocracia rural (grandes proprietários escravistas, LATIFUNDIÁRIOS!) que defendia a manutenção da liberdade econômica e da autonomia administrativa conquistadas durante o período joanino, mas não defendia a separação de Portugal!

A INDEPENDÊNCIA

A situação do Brasil permaneceu indefinida ao longo de todo o ano de 1821. Mas, em 9 de dezembro, um fato novo começou a modificar o cenário. Nesse dia chegaram ao Rio de Janeiro os decretos das Cortes que ordenavam a abolição da regência e o imediato retorno de D. Pedro a Portugal.

O **Dia do Fico** (9/01/1822) – No Rio de Janeiro organizou-se o Clube da Resistência, liderado por José Joaquim da Rocha, que começou a luta pela permanência do príncipe. Dom Pedro decidiu finalmente desobedecer às ordens das Cortes e permanecer no Brasil: era o Fico.

As cortes portuguesas consideravam ilegal o governo de Dom Pedro e ameaçaram enviar tropas ao Brasil, caso seu retorno à Europa fosse mais uma vez adiado. Finalmente D. Pedro rompe definitivamente com os portugueses, declarando a independência em 07/09/1822.

PARA SABER MAIS!**Livros:****O Brasil antes dos Brasileiros.** André Prous, 2007.

Um livro MEGA show para vocês pesquisarem sobre a “pré”- História do nosso país! Não adentramos muito aqui justamente para não atrelar a história dos indígenas à história da conquista dos europeus. A cultura indígena e sua história são muito mais do que isso e merecem uma apostila só para elas!

Sites:

Leitura ObrigaHISTÓRIA. Canal no Youtube. Vídeo: Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX. R. Marquese e R. Salles.

Tá... não é bem um site... MAS é um canal de um historiador no YouTube. O conteúdo em geral é bem interessante! BEM bacana MESMO para essa nossa visão sobre o Brasil enquanto Colônia! O livro que ele resenha é excelente para entendermos mais a questão da escravidão e sua relação com a própria dinâmica de mercado no Brasil do Século XIX.

Filmes e documentários:**História do Brasil.** Bóris Fausto.

Um baita documentário, não só de Brasil Colônia, como de Brasil em GERAL! Se liga aí no link: <http://tvescola.mec.gov.br/tve/videoteca/serie/historia-do-brasil-por-boris-fausto>

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História Econômica do Brasil**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

PARTE I

HISTÓRIA

06

REVOLUÇÕES BURGUESAS

meSalva!

REVOLUÇÕES BURGUESAS

Fala, galera do Me Salva!. A partir de agora estudaremos as revoluções burguesas, ou seja, os processos revolucionários que aconteceram na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França! Prontos?

INTRODUÇÃO

O termo “revolução burguesa” é definido como a equalização dos poderes políticos e econômicos da burguesia. Dito isso, inicialmente abordaremos as características das sociedades do Antigo Regime. Posteriormente, observaremos os conceitos de “revolução” e “burguesia”, de modo a estimular a reflexão sobre o tema das “revoluções burguesas”.

SOCIEDADES RURAIS - As sociedades do Antigo Regime, que perduraram entre os séculos XVI e XVIII, eram predominante rurais¹. Nas cidades, predominavam as atividades comerciais – temporárias (feiras) ou permanentes –, abrigando principalmente a burguesia comercial. Por conta disso, as grandes cidades da época estavam localizadas no litoral, como Veneza, Londres, Amsterdã, Sevilha, Burges, Lisboa, etc.

SOCIEDADES ESTAMENTAIS - As sociedades do Antigo Regime também eram estamentais, isto é, eram sociedades divididas em “estamentos” – também chamados de “ordens” ou “estados”. Esses estamentos eram, respectivamente, o clero, a nobreza e o terceiro estado. Segue, abaixo, um excerto que auxilia um

“[...] Cada estamento tinha um estatuto jurídico próprio, que assegurava direitos e obrigações para seus componentes. As obrigações para o clero eram [...] praticar o ofício religioso [...]; para a nobreza, garantir a defesa militar da sociedade; para o terceiro estado, trabalhar para o sustento de pouco nessa questão:

DESIGUALDADE JURÍDICA - Diferentemente das sociedades contemporâneas, não existia igualdade jurídica nas sociedades do Antigo Regime.

¹ A Inglaterra, berço da Revolução Industrial, teve uma população urbana superior à população rural apenas em 1851 (HOBSBAWM, 2011, p.33).

Ou seja, as pessoas não eram iguais perante a lei e ao Estado, pois seus direitos e deveres estavam intrinsecamente relacionados ao seu estamento.

ABSOLUTISMO MONÁRQUICO - Outra característica essencial das sociedades do Antigo Regime é o absolutismo monárquico. Como vocês devem saber, o final da Idade Média é marcado por um processo de centralização política, que ocorre em razão da crise do sistema feudal e da ascensão da economia mercantil. De um lado, o Renascimento Comercial e Urbano suscitou a emergência da burguesia, que passou a se dedicar às atividades comerciais, financeiras e manufatureiras. De outro lado, a aristocracia feudal observava com temor a corrosão de seu poder local, evidenciado nas revoltas camponesas do século XIV. Nessa perspectiva, o surgimento dos Estados Nacionais – com seus exércitos regulares, burocracia permanente, sistema tributário nacional e direito codificado – representou a formação das monarquias absolutistas, que nada mais eram do que uma “carapaça” política de uma nobreza atemorizada (ANDERSON, 1985, p.18). A mensagem que precisa ficar clara é que, apesar da emergência de uma burguesia mercantil, a nobreza feudal em quase nada perdeu seus privilégios políticos. A burguesia, por outro lado, ainda estava de fora do poder político, apesar de sua ascendência econômica. Ou seja, a ascensão dos regimes absolutistas não significou o rompimento com o sistema feudal; pelo contrário, existem elementos que traduzem uma certa continuidade – como a manutenção dos privilégios do clero e da nobreza.

ANTIGO REGIME - Em suma, as sociedades do Antigo Regime eram rurais, estamentais e, sob a perspectiva política, marcadas pelo absolutismo monárquico. A partir de agora, veremos os conceitos de “revolução” e “burguesia”.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO - No essencial, o conceito de revolução serve para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade (FERNANDES, 1981). Em linhas gerais, esse conceito é bastante genérico e, naturalmente, não engloba a questão da apropriação do termo “revolução” para romantizar e/ou distorcer determinado fato histórico². Contudo, a concepção de mudanças drásticas e violentas da estrutura social é bastante útil para refletir e pensar sobre os processos revolucionários que estudaremos adiante.

O CONCEITO DE BURGUESIA - A origem do conceito de burguesia pode ser compreendida em seu significado em latim (burgus = fortaleza) e em alemão (burgs = pequena cidade, tendo em vista que designava os indivíduos, geralmente

² Como exemplo, é possível citar a tentativa, por parte dos militares brasileiros, de empregar o conceito de “Revolução de 1964”. Apesar do conceito de revolução ser ressignificado ao longo do processo histórico, é interessante notar que, nesse caso específico, a tentativa era a de legitimar um movimento que culminou no rompimento de uma determinada ordem política e institucional – no caso, a ordem democrática.

habitantes das cidades, que se dedicavam ao comércio). Com o advento da Revolução Industrial, o conceito de burguesia foi ressignificado e, em sua concepção tipicamente moderna, pode ser compreendido como a classe que detém, no conjunto, os meios de produção e, portanto, também é portadora do poder econômico e político nas sociedades (BOBBIO, 1998, p.119). Em oposição, o proletariado seria a classe que, ao não deter os meios de produção, possui unicamente a sua força de trabalho.

REVOLUÇÃO BURGUESA - Dados os conceitos de “revolução” e “burguesia” – assim como as características das sociedades do Antigo Regime –, tentem agora refletir sobre o conceito de “revolução burguesa” a partir de suas próprias percepções! Depois desse exercício, estudaremos os processos revolucionários protagonizados pela burguesia durante os séculos XVII e XVIII.

AS REVOLUÇÕES INGLESES

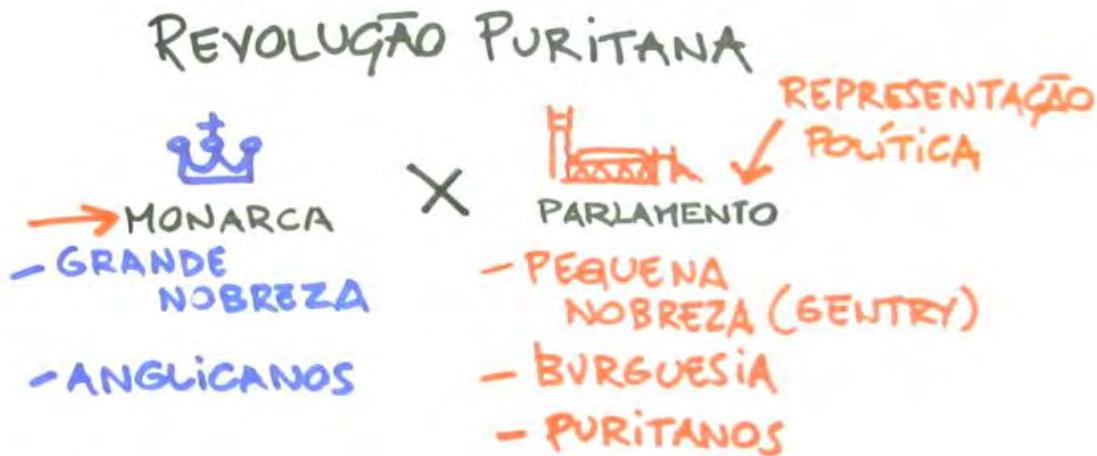
A partir de agora trataremos dos processos revolucionários que se desenvolveram na Inglaterra do século XVII. Em primeiro lugar, estudaremos a monarquia absolutista inglesa, com o objetivo de explorar as contradições e os conflitos que culminaram na Revolução Puritana (1649) e no período da Commonwealth (1649-1660). Em segundo lugar, estudaremos a restauração monárquica após a morte de Oliver Cromwell, de modo a posteriormente compreender as causas e os desdobramentos da Revolução Gloriosa (1688).

DINASTIA TUDOR - Com o fim da Guerra das Duas Rosas, Henrique VII (1497-1509) – fundador da dinastia Tudor – deu início ao absolutismo inglês. Após a sua morte, o seu filho, Henrique VIII (1509-1547), deu continuidade à dinastia, rompendo também com o papado e estabelecendo a Igreja Anglicana como religião oficial da Inglaterra. Entre 1547 e 1553, o monarca foi Eduardo VI, posteriormente cedendo lugar a Maria Tudor, da Escócia, que restabeleceu o catolicismo como religião oficial. Em 1558, contudo, Elizabeth I (1558-1603) restaurou a Igreja Anglicana no lugar do catolicismo. De modo geral, vocês precisam saber que, ao longo do século XVI, a dinastia reinante foi a Tudor. Além disso, vocês devem saber que a dinastia Tudor, ao centralizar o poder político, uniformizar a moeda (e o sistema de pesos, medidas e tarifas) e incentivar a expansão marítima e comercial, contou com o apoio da pequena nobreza rural (gentry) e das oligarquias mercantis (burguesia) para governar.

DINASTIA STUART - Sem descendentes diretos, a morte de Elizabeth I (1603) significou o fim da dinastia Tudor. O trono da Inglaterra ficou com o primo de Elizabeth, Jaime I, rei da Escócia e filho de Maria Stuart. O reino de Jaime I (1603-1625) foi marcado pela adoção de fracas políticas econômica e externa,

levando à relutância da Câmara dos Comuns (Parlamento) em apoiar o governo (HILL, 1988, p.28). O seu sucessor, Carlos I, tentou reinar sem o Parlamento – que inclusive foi dissolvido em 1629 –, trilhando um caminho em direção à instalação de uma monarquia absolutista.

REVOLUÇÃO PURITANA - É necessário ter claro que, entre as insatisfações do Parlamento, estavam a inclinação de Carlos I para com o catolicismo – em parte por conta de sua esposa, a católica francesa Henrietta Maria –, a convicção de Carlos I de que seu poder era absoluto e legitimado divinamente, assim como a imposição de tributos sem aprovação do Parlamento³ (FUNCK, 2012). As desavenças entre o rei e o Parlamento se intensificaram após o período em que Carlos I reinou sem o Parlamento (1629-1640), possibilitando a emergência de um líder puritano, Oliver Cromwell, que conduziria as tropas do New Model Army durante o período de guerra civil (1642-1649). Em 1649, Carlos I foi decapitado e, assim, instaurou-se, sob a liderança de Cromwell, a Commonwealth (República). O esquema abaixo ilustra um pouco os lados que ficaram opostos durante a guerra:

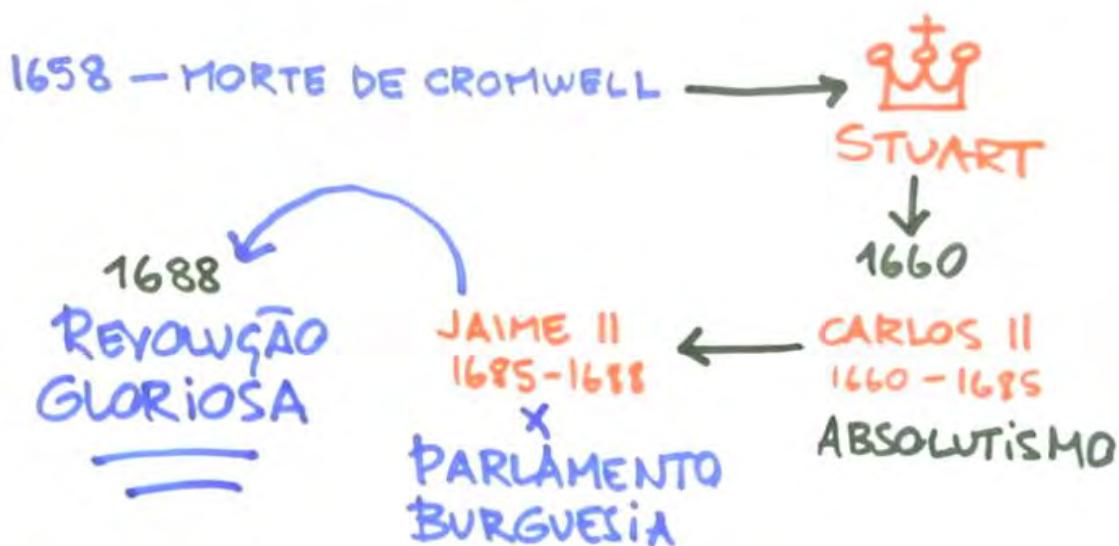


REPÚBLICA DE CROMWELL - A Revolução Puritana (1649) deu início ao único período republicano da história inglesa, que dura de 1649 até a morte de Cromwell, em 1658. Em um primeiro momento, Cromwell governou em conjunto com o Parlamento, porém, em um segundo momento, começou a governar de modo ditatorial. Dito isso, vocês precisam saber que, entre as ações tomadas por Cromwell, a mais importante delas é a adoção dos Atos de Navegação (1651), pois obrigava que os produtos ingleses fossem transportados apenas por embarcações com bandeira inglesa. Desse modo, os Atos precipitaram uma “revolução

³ O mais polêmico desses impostos era o *Ship Money*, que, sob as ordens de Carlos I, passou a ser cobrado tanto nas regiões costeiras quanto interioranas.

"comercial" que, além de contribuir para tornar a Inglaterra uma potência marítima, representou uma condição prévia e indispensável para o desenvolvimento da Revolução Industrial (HILL, 1991, p.182).

REVOLUÇÃO GLORIOSA - Após a morte de Cromwell, ocorreu na Inglaterra um processo de restauração da dinastia Stuart. Entre 1660 e 1685, o reino ficou sob comando do monarca Carlos II, segundo filho de Carlos I. Depois de sua morte, Jaime II, com apoio da França, tentou restabelecer o Absolutismo na Inglaterra. Eclodiram novos conflitos com o Parlamento, que acabou depoendo Jaime II e oferecendo a Coroa para Guilherme de Orange, da Holanda (Guilherme III). Após assumir o trono britânico, Guilherme III assinou a Declaração de Direitos (Bill of Rights), que limitava os poderes monárquicos em vários aspectos. Sem extinguir a monarquia e sem derramar sangue, a Revolução Gloriosa (1688) instalou a monarquia parlamentar no Reino Unido, que vigora até a atualidade. Observem o esquema abaixo:



O ILUMINISMO E O DESPOTISMO

Depois de estudar os principais aspectos das revoluções inglesas, veremos os ícones do pensamento iluminista. Para começar, vamos tentar compreender as críticas ao Antigo Regime, tendo em vista que, apesar do Iluminismo não ser homogêneo e uniforme em suas concepções, os pensadores iluministas compartilhavam de uma posição contrária ao Antigo Regime.

A CRÍTICA ILUMINISTA - Em linhas gerais, é importante saber que os iluministas criticavam as “algemas” que o Antigo Regime impunha aos seres humanos, como o tradicionalismo religioso e medieval, as práticas supersticiosas das Igrejas e a divisão irracional e hierárquica dos homens de acordo com o nascimento (HOBSBAWM, 2011, p.48). Ou seja, os iluministas se opunham aos privilégios do monarca, do clero e da nobreza, ao passo que defendiam ideias como o liberalismo político e econômico, a tolerância religiosa, a igualdade jurídica e a liberdade de expressão, entre outras.

A RAZÃO ILUMINISTA - Como já foi dito, os iluministas constituíam um grupo diverso e, não raro, discordavam entre si. Porém, algumas características comuns podem ser atribuídas ao “projeto das Luzes” (TODOROV, 2008). Uma delas é a convicção de que os seres humanos – o indivíduo – têm autonomia para pensar e criticar livremente. Para tanto, os indivíduos deveriam se emancipar das “algemas” citadas anteriormente, sobretudo as de ordem religiosa. O conhecimento, nesse sentido, é libertador (TODOROV, 2008, p.17). Em resumo, vocês precisam compreender que os iluministas defendiam o uso da razão não para determinar as condutas humanas, mas para que os indivíduos pudessem conhecer, compreender e julgar de forma livre e independente. Como resultado da confiança na razão e no conhecimento, o que se viu durante o “século das Luzes” foi o desabrochar da ciência em variadas áreas, como a Física, a Química, a Biologia, a Psicologia, etc.

JOHN LOCKE - Considerado “pai do Iluminismo”, Locke (1632-1704) era um empirista e um contratualista. Empirista porque acreditava que o conhecimento é advindo da experiência e posteriormente desenvolvido pelo uso da razão. Contratualista porque acreditava que os indivíduos “assinam” um “contrato social” quando vivem em sociedade. Para Locke, o contrato social cumpre o papel de assegurar os direitos naturais, como é o caso do direito à propriedade. Dessa forma, o Estado deve assegurar esses direitos e não pode ser arbitrário, absoluto e inato (divino). Em suma, Locke condenou profundamente o absolutismo monárquico, defendeu o respeito à liberdade dos cidadãos, à tolerância religiosa e aos direitos de propriedade privada (COTRIM, 2012, p.347). Para facilitar o

“A liberdade natural do homem deve estar livre de qualquer poder superior na terra [...] A liberdade do homem na sociedade não deve estar edificada sob qualquer poder legislativo exceto aquele estabelecido por consentimento na comunidade civil [...] a liberdade dos homens submetidos a um governo consiste em possuir uma regra permanente [...] comum a todos os membros daquela sociedade e instituída pelo poder legislativo nela estabelecido É a liberdade de seguir minha própria vontade [...] e não estar sujeito à vontade

estudo, observem o trecho abaixo, extraído da obra Segundo tratado sobre o governo (1690):

VOLTAIRE - Filósofo e dramaturgo francês, François-Marie Arouet (1694-1778) utilizava o pseudônimo Voltaire para publicar suas obras. Em grande parte delas, Voltaire criticou o clero católico, a intolerância religiosa e a prepotência dos poderosos (COTRIM, 2012, p.347). Além disso, apesar de não defender a participação da maioria do povo no poder, ele argumentava que deveria haver o respeito às liberdades individuais e a garantia da propriedade privada. Entre suas principais obras, é possível citar Cartas inglesas (1733) e Ensaios sobre os costumes (1756).

MONTESQUIEU - Charles-Louis Secondat (1689-1775), o barão de Montesquieu, buscou, em suas obras, encontrar mecanismos que pudessem conceder às monarquias europeias a moderação e a estabilidade (ALBUQUERQUE, 2001). Nesse sentido, a separação dos poderes em Legislativo, Executivo e Judiciário seria uma forma de evitar a concentração de poderes ao redor do monarca. Isto é, Montesquieu entendia que, com a separação dos poderes, os abusos dos governantes seriam evitados e as liberdades individuais seriam respeitadas. Contudo, Montesquieu não defendia um governo de caráter burguês, mas sim um regime monárquico que fosse estável. Para esclarecer a questão da separação dos três poderes, observem um trecho de *O espírito das leis* (1748):

“Quando os poderes Legislativo e Executivo ficam reunidos numa mesma pessoa ou instituição do Estado, a liberdade desaparece [...] Não haverá também liberdade se o poder Judiciário não estiver separado do Legislativo e do Executivo. Se o Judiciário se unisse ao Executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. E tudo estaria perdido se uma mesma pessoa - ou uma instituição do Estado - exercessem três poderes: o de fazer as leis, o de ordenar a sua execução e o de julgar os conflitos entre os cidadãos.”

DIDEROT E D'ALEMBERT - Os franceses Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond D'Alembert (1717-1784) foram responsáveis por unificar os conhecimentos humanos em diferentes áreas (artística, filosófica e científica) na obra *Encyclopédie*. Relembrando a importância concedida pelos iluministas à razão e ao conhecimento para a autonomia do ser humano, a *Encyclopédie* expressava a defesa do racionalismo, da laicidade e, acima de tudo, da crença de que a ciência representa o principal guia do progresso humano.

ROUSSEAU - Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é autor de duas importantes obras: 1) *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade*

“Obedecer às leis que se prescreve a si mesmo é um ato de liberdade [...] Um povo, portanto, só será livre quando tiver condições para elaborar suas leis num clima de igualdade, de tal modo que a obediência a essas mesmas leis signifique, na verdade, a submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes do poder soberano. Isto é, uma submissão à vontade geral e não à vontade de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.”

entre os homens e 2) Contrato Social. Na primeira, Rousseau explica como os homens, que desfrutam de total liberdade no estado de natureza-- o “bom selvagem” –, se tornam desiguais quando vivem em sociedade. Na segunda, procura responder ao problema da desigualdade, de modo a propor a construção de um “pacto legítimo” entre os homens. Esse “pacto” ou “contrato” só seria legítimo caso ocorresse de acordo com a “vontade geral”. Para esclarecer esse conceito, observem o excerto abaixo:

A igualdade é um conceito central na obra de Rousseau, e não por acaso muitos dos revolucionários atribuíram ao filósofo a condição de “patrônio” da Revolução Francesa. É interessante compreender que Rousseau propunha a participação política igualitária dos cidadãos, dotando-os de liberdade civil e tornando-os agentes ativos e passivos no funcionamento da sociedade.

FISIOCRACIA - O conceito de fisiocracia (fisio= natureza; cracia= poder) expressa a concepção dos fisiocratas, que acreditavam que a agricultura era a principal atividade criadora de riqueza. Para os fisiocratas, a terra – e o aluguel da terra – era a única fonte de renda líquida (HOBSBAWM, 2011, p.36). O nome de maior destaque é o de François Quesnay (1694-1774), que pronunciou a famosa frase: “Laissez-faire, laissez-passar” (deixai fazer, deixai passar). Essa frase manifesta uma convicção dos fisiocratas: a existência de um poder natural (a natureza), que era maior do que as leis e os regulamentos criados pelo Estado. Ou seja, os fisiocratas, além de entenderem a agricultura como a principal atividade geradora de riquezas, também rejeitavam a interferência do Estado na economia.

ADAM SMITH - O escocês Adam Smith (1723-1790) é conhecido como o fundador do liberalismo econômico. Em alinhamento com o pensamento burguês da época, Smith criticou os privilégios da nobreza e do alto clero, bem como condenou as políticas econômicas mercantilistas. Em sua mais conhecida obra, *A riqueza das nações* (1776), afirmou que a atividade econômica deveria ser livremente conduzida pelas leis da oferta e da demanda (laissez-faire). Em outras palavras, a economia deveria ser primordialmente regulada pela “mão-invisível” do mercado. Ao Estado, caberia apenas a proteção da sociedade contra as invasões externas e contra as injustiças internas, bem como a manutenção e realização de obras de interesse geral. Por fim, observem o trecho extraído de *A*

“[...] Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.” (SMITH. 1996. p.430)

riqueza das nações, que ilustra a relevância dada por Smith ao indivíduo e a livre-iniciativa:

DESPOTISMO ESCLARECIDO - O fenômeno do despotismo esclarecido – ou absolutismo ilustrado – ocorreu na segunda metade do século XVIII na Europa central, oriental e mediterrânea. Sem abrir mão do próprio absolutismo, alguns monarcas tentaram introduzir em seus reinos elementos de ilustração, tais como: o incentivo à educação pública, por meio da construção de escolas e do apoio às academias literárias; o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária, de modo a tornar os tributos menos onerosos para as classes populares (COTRIM, 2012, p.351). Como exemplos de déspotas esclarecidos, é possível citar Frederico II, da Prússia (1712-1786); Catarina II, da Rússia (1729-1796); José II, da Áustria (1741-1790); e José I, de Portugal⁴ (1714-1777).

BALANÇO FINAL - Então, após estudarmos, de forma esquemática, os principais pensadores iluministas, que tal nos questionarmos sobre o papel deles na formação das sociedades modernas? Em primeiro lugar, é importante lembrar que, de John Locke a Adam Smith, a questão do indivíduo exerce um papel central no pensamento iluminista, embora também o faça nos pensadores humanistas dos séculos XV e XVI. Em resumo, a formação do indivíduo, enquanto ser dotado de razão e de direitos, foi algo construído ao longo do processo histórico, constituindo um elemento fundamental para a reflexão sobre a forte presença do individualismo nas sociedades ocidentais.

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A partir de agora estudaremos a chamada Revolução Industrial, que constitui um fenômeno de natureza econômica dos séculos XVIII e XIX. Como elemento essencial desse fenômeno, destaca-se a substituição da produção artesanal e manufatureira pela produção industrial. Ao longo do capítulo, estudaremos as características, os antecedentes, as consequências e, ainda, as etapas da Revolução Industrial. Observem o esquema abaixo:

⁴ O primeiro-ministro de José I, marquês de Pombal (1699-1782), foi o responsável por promover as chamadas “reformas pombeiras”, que muito influenciaram a formação de uma burguesia comercial e manufatureira em Portugal.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

- S. XVIII

MUDANÇA NOS PROCESSOS TÉCNICOS

E PRODUTIVOS DA MANUFATURA INGLATERRA



EVOLUÇÃO TECNOINDUSTRIAL - Sob uma perspectiva histórica, a atividade industrial – transformar matérias-primas em mercadorias – passou por diferentes etapas no que diz respeito aos aspectos técnicos e de organização do trabalho (COTRIM, 2012, p.356). Inicialmente, a atividade industrial era artesanal, manual e realizada em pequena escala. Posteriormente, a produção evoluiu para a manufatura, em que os artesãos – que anteriormente dominavam praticamente todas as etapas de produção – tornaram-se partes de uma linha de produção e montagem dentro das grandes oficinas (manufaturas). Os avanços técnicos e o aperfeiçoamento dos métodos produtivos contribuíram para a emergência da produção mecanizada (maquinofatura), caracterizada pela utilização de máquinas em substituição às ferramentas, pela produção em grande escala e pelo emprego do trabalho assalariado.

PIONEIRISMO INGLÊS - Uma pergunta recorrente ao tema da Revolução é: por que aconteceu primeiramente na Inglaterra?

"Uma conjunção muito específica de fatores levou a Inglaterra a ser o berço do capitalismo em sua forma madura e o primeiro país a industrializar-se. Esses fatores foram de ordem geográfica, econômica, política, social e

FATORES GEOGRÁFICOS - Vocês devem lembrar que a Inglaterra, por possuir uma posição geográfica insular, teve seu território preservado das guerras. Além disso, o território inglês ofertava os recursos naturais necessários para a industrialização, como o carvão (fonte de energia para as fábricas) e o ferro (matéria-prima essencial para a produção de bens industriais).

FATORES ECONÔMICOS - Economicamente, é possível destacar três pontos: a acumulação de capitais, os créditos financeiros e os cercamentos. Conforme dito, os Atos de Navegação (1651) foram fundamentais para a Inglaterra se consolidar como a Senhora dos Mares, contribuindo para o aumento das trocas comerciais e do um acúmulo de capitais (HILL, 1991). Esses capitais foram multiplicados pelo sistema financeiro inglês – que de longe era o mais desenvolvido da Europa⁵ –, reinvestindo-os nas atividades industriais e na modernização dos métodos de produção agrários⁶. No que diz respeito aos cercamentos (enclosures) – apropriação das terras comunais por parte de uma nobreza mercantilizada –, pode-se dizer que geraram um aumento do êxodo rural que, por consequência, resultou no aumento da oferta de mão de obra para as indústrias urbanas nascentes. Em resumo, os antecedentes econômicos da Revolução Industrial estão relacionados à ascensão da burguesia inglesa, foi responsável pela expansão do comércio e pela modificação da estrutura agrária.

FATORES POLÍTICOS E SOCIAIS - Politicamente, as Revoluções Inglesas – a de 1640 e a Gloriosa (1688) – colocaram a burguesia como um ator proeminente, proporcionando que ela governasse em prol do desenvolvimento das atividades comerciais, financeiras e manufatureiras. Ideologicamente, os pensadores iluministas e o liberalismo econômico condenavam o modelo mercantilista vigente e defendiam a consolidação do capitalismo como modelo legítimo. Esses dois fatores, combinados às inovações técnicas, colocaram a Inglaterra como centro do novo sistema político e econômico que nascia (FUNAG, 2012, p.27).

IMPACTOS SOCIAIS - Conforme mencionado, a Revolução Industrial, além de consolidar o capitalismo como modelo econômico vigente, resultou no aumento do êxodo rural e, consequentemente, no aumento da população urbana. Os outrora camponeses agora migravam para as cidades para vender a sua força de trabalho, em troca de uma remuneração (salário). Surgia, assim, a sociedade de classes e, nela, o proletariado urbano.

⁵ Em 1694, por exemplo, ocorreu a fundação do Banco da Inglaterra.

⁶ Como exemplo, é possível mencionar a introdução de máquinas agrícolas, como arados, grades, debulhadoras e ceifadeiras mecânicas. Esse processo levou a um incremento na produtividade e à redução do contingente de trabalhadores rurais (COTRIM, 2012, p.357).



O trabalhador (proletário) possuía apenas a sua força de trabalho para vender, enquanto que os burgueses detinham o capital para investir e as máquinas para produzir. Ocorreu, assim, uma separação entre a força de trabalho e os meios de produção. Com a pretensão de maximizar os seus lucros, os industriais – ingleses, em um primeiro momento – pagavam baixos salários, impunham longas jornadas de trabalho (em média de 15 horas por dia), empregavam amplamente o trabalho feminino e infantil (salários ainda mais baixos) e ofereciam condições de trabalho precárias. A situação de exploração suscitou a formação de organizações operárias (sindicatos), que foram responsáveis por pressionar os empresários e as autoridades governamentais para a instituição de direitos trabalhistas – o que veio a ocorrer somente nos séculos XIX e XX.

IMPACTOS NO TRANSPORTE E NA COMUNICAÇÃO - A necessidade de comercializar os produtos – que agora eram produzidos em grande escala – demandou o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação. Entre essas evoluções, é possível citar o navio a vapor, a locomotiva, o telégrafo e, posteriormente, o automóvel e o telefone (COTRIM, 2012, p.362).

ETAPAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL - Iniciada no Reino Unido ainda no século XVIII, a Revolução Industrial se desdobrou em “novas revoluções industriais” ao longo do processo histórico. Conforme visto, a Primeira Revolução Industrial (1760-1860), praticamente restrita ao Reino Unido, foi marcada pelo desenvolvimento da indústria do algodão e pela utilização do tear mecânico, sobretudo, assim como pela utilização das máquinas a vapor no desenvolvimento das fábricas. Em relação à chamada Segunda Revolução Industrial (1860-1900),

“A industrialização espalhou-se por algumas áreas da Europa ocidental e oriental, atingindo países como Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. Alcançou também outros continentes, ganhando espaço nos Estados Unidos e no Japão [...] As principais inovações técnicas foram a utilização do aço, o aproveitamento da energia elétrica e dos combustíveis petrolíferos, a invenção do motor a explosão e o desenvolvimento de produtos químicos.”

observem o excerto abaixo:

E, por fim, vocês precisam saber da chamada Terceira Revolução Industrial – ou Revolução Científico-Tecnológica (RCT) – que teve início na década de 1970 e tem como principais características o desenvolvimento tecnológico em áreas como informática, comunicação, biotecnologia, robótica e supercondutores (VIZENTINI, 1998, p.149). Assim como nas etapas anteriores, a Terceira Revolução Industrial aumentou os níveis de produtividade e desencadeou mudanças profundas na estrutura da produção global, posteriormente conhecida como “globalização”.

REVOLUÇÃO AMERICANA

A partir de agora estudaremos a Revolução Americana, que representa o primeiro movimento inspirado em ideais burgueses fora da Europa. Neste capítulo estudaremos a formação das 13 colônias, as desavenças entre elas e a metrópole, a guerra de independência e, por fim, a escrita da Constituição dos EUA.

AS 13 COLÔNIAS - A partir do século XVI, os ingleses começaram a explorar a região leste da América do Norte, criando entrepostos comerciais na região. A partir do século XVII, em parte por conta do avanço francês, os ingleses começaram efetivamente a colonizar a região. A primeira colônia inglesa foi a Virgínia (1607), majoritariamente formada por protestantes. Até o século XVIII, foram fundadas 13 colônias independentes entre si, porém subordinadas à metrópole inglesa. De modo geral, vocês precisam saber que essas colônias podiam ser divididas em: 1) colônias do centro-norte: possuíam autonomia comercial, praticavam a “policultura” em pequenas e médias propriedades e empregavam predominantemente o trabalho livre e assalariado; e 2) colônias do centro-sul (Virgínia, Carolina do Sul, Geórgia): se enquadram no sistema colonial mercantilista – latifúndio, monocultura para exportação e escravidão. O esquema abaixo deve ajudar a compreender essa divisão:



ATRITOS ENTRE COLÔNIA E METRÓPOLE - Apesar da colonização inglesa ter sido mais “branda” do que a praticada pelos países ibéricos na América Latina, por exemplo, os conflitos entre as 13 colônias e a metrópole sempre existiram. Entre 1756 e 1763, a Inglaterra ingressou em um conflito com seu principal rival geopolítico, a França. Como forma de cobrir os custos da guerra, os ingleses instituíram tributos nas 13 colônias.

LEI DO AÇÚCAR (1764) - Proibia a importação de rum e estabelecia a cobrança de taxas sobre o açúcar (melaço) importado fora das Antilhas britânicas.

LEI DO SELO (1765) - A Lei do Selo impôs a cobrança de taxas sobre todo o papel impresso na colônia, como documentos comerciais, jornais, livros, cartas de baralho, etc.

LEI DO CHÁ (1773) - Anos depois, a metrópole concedeu o monopólio de venda de chá nas colônias para a Companhia Inglesa das Índias Orientais. O objetivo era combater o contrabando praticado pelos colonos. Em resposta, os colonos destruíram os navios da Companhia que estavam atracados no porto de Boston, em dezembro de 1773.

LEIS INTOLERÁVEIS (1774) - Com o objetivo de conter o ambiente de revolta nas colônias, a metrópole estabeleceu medidas como o fechamento do porto de Boston e a autorização para que as autoridades inglesas prendessem e julgassem qualquer indivíduo responsável por incitar a desordem social e o distúrbio contra a metrópole.

O PROTESTO DAS 13 COLÔNIAS - Vocês devem imaginar que essas medidas causaram indignação nos colonos, que temiam a perda de sua relativa autonomia local. Um ano após a formação do “Boston Tea Party”, houve a

realização do Primeiro Congresso Intercontinental, reunindo representantes das colônias na Filadélfia. Nesse Congresso, os colonos exigiram mudanças no pacto colonial com a Inglaterra. Contudo, a metrópole estava pouco disposta a conceder aos anseios dos colonos. Como resultado, em 19 de abril de 1775, teve início a chamada Guerra de Independência.

A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA - Em maio de 1775, os colonos realizaram o Segundo Congresso Intercontinental, convocando os cidadãos às armas e nomeando George Washington (1732-1799) como comandante das tropas coloniais (COTRIM, 2012, p.370). Em 4 de julho de 1776 a declaração de independência tornou-se pública, designando a nova nação, a partir de então, como Estados Unidos da América. Capitaneada por figuras como Thomas

“[...] todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura

Jefferson, a declaração afirmava que:

Para acessar a declaração na íntegra, ver site:

<<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/declaraindepeUAHISJNeto.pdf>>

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA - Vocês devem saber que a guerra pela independência das 13 colônias pode ser dividida em duas etapas. Na primeira, as tropas estadunidenses, sob comando de George Washington, lutaram praticamente sozinhas contra as forças inglesas. Entre 1778 e 1781, os rivais geopolíticos da Inglaterra – como a França, a Espanha e as Províncias Unidas (Holanda) – começaram a enviar dinheiro e tropas. Com isso, os colonos americanos conseguiram se sobressair e derrotaram as últimas tropas inglesas em Yorktown em outubro de 1781. Dois anos mais tarde, o governo inglês reconheceu a independência das 13 colônias.

A CONSTITUIÇÃO DOS EUA - Em setembro de 1787 proclamou-se a Constituição dos Estados Unidos da América, que, entre outras questões, definia o país como uma República Federativa presidencialista, assim como estabelecia a tripartição dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Além disso, a Constituição dos EUA assegura o exercício de direitos políticos e civis – como a liberdade de expressão, de imprensa, de crença religiosa e de reunião, a inviolabilidade do domicílio e o direito a julgamento (COTRIM, 2012, p.372). Contudo, como vocês devem saber, a escravidão nos EUA só foi abolida após o final da Guerra de Secessão (1861-1865), ao mesmo tempo em que as populações indígenas não foram, de modo algum, incluídas nos direitos garantidos pela Constituição. Por outro lado, as mulheres também não exerciam a cidadania de



forma plena, ainda mais se considerarmos que apenas puderam votar 140 anos depois da escrita da Constituição. Ou seja, apenas os homens adultos brancos – pertencentes à burguesia comercial e econômica e a aristocracia fundiária – eram os cidadãos que possuíam plenamente os direitos assegurados pela Constituição dos EUA.

REVOLUÇÃO FRANCESA

Depois de estudarmos as revoluções inglesas, o Iluminismo e a Revolução Americana, vocês agora tem total condição de compreender a mais emblemática das revoluções burguesas: a Revolução Francesa! De acordo com o historiador britânico Eric Hobsbawm, a Revolução Francesa:

“[...] foi, diferentemente de todas revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável [...] entre todas as revoluções contemporâneas, a Revolução Francesa foi a única ecumênica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram [...] A Revolução Francesa é assim a revolução de seu tempo.” (HOBSBAWM, 2011, p.99-100)

SOCIEDADE FRANCESA NO SÉCULO XVIII - Para compreender a Revolução Francesa é necessário saber como estava a França no século XVIII. A sociedade francesa estava dividida em três estados: o clero, a nobreza e o terceiro estado, respectivamente. Os dois primeiros não pagavam tributos e eram detentores de enormes privilégios, enquanto o terceiro estado sustentava os outros dois. Por outro lado, a França do século XVIII enfrentava uma série de dificuldades econômicas, com destaque para os déficits nas finanças públicas. O quadro de crise econômica se deteriorou com a participação da França na Guerra dos Sete Anos e na Guerra de Independência dos Estados Unidos, tendo em vista que exigiu a criação de mais tributos para cobrir os custos do conflito. Em resumo, a partir da segunda metade do século XVIII, as desigualdades sociais na França se acentuaram profundamente, deixando cada vez mais evidente a necessidade de mudanças políticas e econômicas.

O TERCEIRO-ESTADO - O Terceiro Estado, ao abrigar a esmagadora maioria da população francesa, era bastante heterogêneo. Estavam inclusos, dentro do Terceiro Estado: a alta burguesia (banqueiros, grandes comerciantes, etc); a baixa burguesia; os profissionais liberais (médicos, advogados,

professores); os camponeses; os sans-culotte; os desempregados, etc. Em outras palavras, vocês devem ter em mente que o Terceiro Estado, embora contrário aos estamentos e aos privilégios do Antigo Regime, tinha profundas diferenças internas.

AS ETAPAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA - Geralmente atribui-se a data da queda da Bastilha (14 de julho de 1789) como marco da Revolução Francesa. No entanto, o processo revolucionário se desenvolveu entre 1789 e 1799, abrangendo diferentes etapas. Para facilitar o estudo, abordaremos as 5 diferentes fases da Revolução, que são: 1) Revolta Aristocrática; 2) Assembleia Nacional Constituinte; 3) Monarquia Constitucional; 4) República e Convenção Nacional; e 5) Governo do Diretório.

REVOLTA ARISTOCRÁTICA - Em meio a uma grave crise econômica, o rei Luís XVI tinha de criar novos tributos para cobrir os enormes déficits do Estado francês. Temendo que os tributos recaíssem sobre si, os dois primeiros estados (o clero e a nobreza) pressionaram o rei para que a Assembleia dos Estados Gerais fosse, depois de 175 anos, convocada. Atendendo às pressões do clero e da nobreza, Luís XVI convocou a Assembleia no ano de 1787. Não sabiam eles que a convocação da Assembleia teria um efeito oposto àquele desejado inicialmente. Subestimando a capacidade de mobilização do terceiro estado, a Assembleia dos Estados Gerais foi marcada pela crescente força política deste, que exigiu a proporcionalidade dos votos – em oposição a um voto por estado. Ou seja, o terceiro estado acreditava que, com os votos individuais e não por estado, seria possível aprovar reformas políticas e econômicas, defendidas sobretudo pela burguesia francesa.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE - Unindo-se ao rei, os dois primeiros estados negaram as reivindicações do terceiro estado e paralisaram os trabalhos da Assembleia dos Estados Gerais. Você deve imaginar a reação do terceiro estado, não é? Pois então, os representantes “ocuparam” um salão adjacente àquele onde os representantes dos estados estavam se reunindo, proclamando, no dia 9 de julho de 1789, a criação da Assembleia Nacional Constituinte. No dia 14 de julho, aos berros de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, os revoltosos tomaram a Bastilha, libertando os presos que ali estavam e tomando as armas que ali se encontravam. Sem condições de conter a revolta popular, o rei Luís XVI foi obrigado a reconhecer a legitimidade da Assembleia Nacional Constituinte. Por outro lado, no meio rural, a situação era ainda mais tensa, visto que os camponeses, cansados da exploração de caráter feudal, passaram ao confronto direto com a nobreza agrária. Dado esse contexto, a Assembleia Nacional Constituinte, em 4 de agosto, decretou o fim dos direitos senhoriais da nobreza, extinguindo o “regime feudal” na França. Em 26 de agosto, a Assembleia Nacional proclamou a Declaração dos Direitos do Homem, que pode ser em parte compreendida no excerto abaixo:

“Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. [...] O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais [...] Eses Direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão [...] A Lei é a expressão da vontade geral. [...] Ela deve ser a mesma para todos, quer se destine a proteger quer a punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos [...] A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos

Para acessar o documento na íntegra, ver site: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>

MONARQUIA CONSTITUCIONAL - Em setembro de 1791, a Assembleia Nacional Constituinte entregou à França a primeira Constituição do país, que encerrava os privilégios feudais, reduzia o poder do clero e retirava do rei os seus poderes absolutos. É preciso destacar as mudanças que a Constituição de 1791 promovia na França em diferentes áreas. Na organização social, ficava estabelecido a igualdade jurídica entre todos os indivíduos; na economia, era instaurado um regime de liberdade da produção e do comércio; na religião, a Igreja e o Estado separaram-se; na política, ficava determinada a separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como o estabelecimento do voto censitário, isto é, pela renda (COTRIM, 2012, p.379).

FORÇAS CONTRARREVOLUCIONÁRIAS - Vocês devem imaginar que o rei Luís XVI não ficou satisfeito com a diluição de seus poderes, certo? Além dele, as monarquias vizinhas à França, temendo a disseminação das ideias revolucionárias, também não viam com bons olhos o êxito da Revolução Francesa. Nesse sentido, Luís XVI passou a conspirar com as monarquias da Prússia e da Áustria para que fosse organizado um exército contrarrevolucionário. Em julho de 1791, Luís XVI foi preso tentando fugir do país, ficando sob a custódia dos revolucionários. Mesmo assim, o exército austro-prussiano invadiu a França com o objetivo de recolocar Luís XVI no poder, e foram expulsos do território francês após a Batalha de Valmy (1792).

REPÚBLICA E CONVENÇÃO NACIONAL - A vitória contra os invasores estrangeiros deu novo ímpeto aos revolucionários franceses, que em setembro de 1792 proclamaram a criação de uma República e a formação de uma Convenção Nacional, em substituição à Assembleia Legislativa eleita um ano antes. A

Convenção Nacional abrigava as principais forças políticas francesas (os jacobinos, os girondinos e a “planície”). É interessante notar (conforme exposto no quadro abaixo), que os jacobinos, tidos como mais radicais, sentavam ao lado esquerdo; enquanto que os girondinos, tidos como mais moderados, se localizavam no lado direito da Assembleia. Foi nesse contexto de tensionamentos entre girondinos e jacobinos que surgiram as famosas categorias de “esquerda” e “direita” – conceitos políticos utilizados até hoje –, refletindo um pouco as implicações (e o alcance) da Revolução Francesa, bem como ilustrando a continuidade e a ressignificação de determinados conceitos no decorrer do processo histórico.



DITADURA JACOBINA - Em janeiro de 1793, os ânimos se acirraram de forma bastante significativa entre os jacobinos e os girondinos, tendo em vista a discussão em torno do destino de Luís XVI. Com apoio popular e sob a liderança de Robespierre, os jacobinos determinaram que o rei fosse guilhotinado em 21 de janeiro de 1793. O trágico destino de Luís XVI causou reações internas e externas, levando os jacobinos a tomar o poder e, daí em diante, aprofundar a Revolução, escrever a Constituição do Ano I e instaurar o Comitê de Salvação Pública e o Tribunal Revolucionário. Esses últimos, por sua vez, ditaram o ritmo do período do “Terror”, que foi responsável por prender, julgar e enviar para guilhotina milhares de pessoas acusadas de conspiração contra a Revolução. Em 1794, após “baixar a poeira” das ameaças estrangeiras, Robespierre sofreu um golpe orchestrado pelos girondinos, sendo preso e, ironicamente, enviado para a guilhotina.

GOVERNO DO DIRETÓRIO - Após retirar Robespierre do poder, foram os girondinos que tomaram o poder na França. Retirando o tabelamento de preços e o sufrágio universal através da Constituição do ano III, a nova orientação política francesa permaneceu com o regime republicano, que a partir de então seria comandado pelo Diretório. Este, por sua vez, seria controlado por cinco membros a serem eleitos pelo poder legislativo. Entre 1795 e 1799, o governo do Diretório teve dificuldades em afirmar sua autoridade, assim como a França era novamente

ameaçada pelas monarquias vizinhas. Nesse contexto, surgiu a figura do general Napoleão Bonaparte, que, com o apoio da alta burguesia e do Exército, deflagrou um golpe de Estado em 10 de novembro de 1799. O golpe do 18 brumário encerrou o ciclo revolucionário, estabeleceu um novo governo – denominado de Consulado –, consolidou os interesses da alta burguesia e sufocou as aspirações mais radicais dos jacobinos. Com isso, inaugurou-se o período Napoleônico, tema do próximo capítulo.

PERÍODO NAPOLEÔNICO

Como vocês viram, o golpe do 18 brumário pôs em cena a figura do general Napoleão Bonaparte, que, com o apoio de uma burguesia tranquila, deu início ao período conhecido como Era Napoleônica. Esta, por sua vez, pode ser dividida em: Consulado (1799-1804); Império (1804-1814); e Governo dos Cem Dias (1815).

CONSULADO - O período do Consulado (1799-1804), que é aberto com a derrubada do governo Diretório, é marcado pelo centralismo e ascensão política de Napoleão, que deveria, ao menos teoricamente, governar em conjunto com os outros dois cônsules, Roger Ducos e Sieyes. Contudo, Napoleão elegeu-se primeiro-cônsul da República e passou a deter grandes poderes sobre o Estado francês, cabendo a ele a nomeação de membros da administração, a proposição de leis e a condução da política externa (COTRIM, 2012, p.387). Além disso, nesse período ocorreu um importante processo de reorganização do Estado francês, com destaque para a escrita do Código Civil Napoleônico (1804) e a criação do Banco da França (1800). Essa política de reorganização tinha como objetivo estabilizar a situação política e econômica da França, que havia passado por um período de duas décadas marcadas por agitações sociais e instabilidade política. Externamente, o período marca uma reaproximação com a Igreja Católica, evidenciado na assinatura da Concordata (1801).

IMPÉRIO - A estabilização interna e o relaxamento nas tensões externas provocaram um certo entusiasmo entre os partidários de Napoleão. Com o apoio deles, Napoleão foi proclamado Cônsul vitalício em 1802, obtendo o direito de indicar seu sucessor. Não deixa de ser curioso que, com isso, Napoleão adquiriu um status que, na prática, é pertencente aos regimes monárquicos. A realização de um plebiscito, em 1804, confirmou Napoleão com o título de Imperador da França. Em um gesto simbólico, o agora Imperador da França corou a si próprio, apesar da presença do Papa no salão de Notre Dame, mostrando que não existia autoridade (como a Igreja) superior à sua.

POLÍTICA EXTERNA EXPANSIONISTA - Durante o período imperial, a política externa de Napoleão foi pautada pela expansão territorial e política da França (FUNAG, 2012, p.42). Após fortalecer e modernizar o exército francês, Napoleão e suas tropas, entre 1805 e 1807, impuseram derrotas significativas à Áustria (1805), à Prússia (1806) e à Rússia (1807). As conquistas francesas modificaram a divisão política da Europa: o Sacro Império foi substituído pela Confederação do Reno e os territórios da Igreja (Estados Pontifícios) foram anexados à França. A máxima extensão territorial atingida pelo Império francês ocorreu em 1812, compreendendo cerca de 150 departamentos (ou províncias) e abrigando 50 milhões de habitantes – aproximadamente um terço da população europeia.

BLOQUEIO CONTINENTAL - A Inglaterra, principal rival geopolítica da França, se preocupava com os avanços militares franceses, motivando os diplomatas ingleses a realizarem alianças contra Napoleão. A marinha francesa, na realidade, havia tentado invadir o território britânico, porém, suas tropas foram derrotadas na Batalha de Trafalgar (1805). Não se conformando com a derrota, Napoleão decretou o Bloqueio Continental (1806), pelo qual os países do continente europeu, submetidos à ocupação ou pressão francesa, teriam de fechar seus portos ao comércio inglês (COTRIM, 2012, p.388). O objetivo aqui era claro: enfraquecer e isolar politicamente a economia inglesa. Como forma de concretizar o bloqueio, Napoleão projetou o poderio francês na Península Ibérica, anexando a Espanha e, em Portugal, ocasionando o episódio da fuga da Corte para o Rio de Janeiro (1808).

DECLÍNIO - A partir de 1810, a política externa militarista e expansionista de Napoleão começou a desgastar o seu governo. Internamente, a sociedade francesa começava a questionar os custos humanos, materiais e financeiros das guerras. Externamente, as invasões napoleônicas provocaram, entre os povos conquistados, sentimentos nacionalistas contra a França. Paralelamente, o Bloqueio Continental não surtiu o efeito desejado, tendo em vista que a indústria francesa não era capaz de suprir a demanda por produtos industrializados, estimulando o contrabando e o aumento de preços. A Rússia, que era um país predominantemente agrário, foi obrigado a negociar os seus estoques de cereais com a Inglaterra, abandonando o bloqueio no ano de 1810⁷.

O GENERAL INVERNO - Em represália à decisão de abandonar o bloqueio, Napoleão mobilizou cerca de 600 mil homens para invadir o território russo. Adotando uma estratégia defensiva, os russos começaram a aplicar a chamada

⁷ Apenas para ressaltar, a Rússia havia sido forçada a aderir ao Bloqueio Continental em 1807, por meio de um acordo (Paz de Tilsit), assinado com o governo francês.

estratégia de “terra arrasada”⁸ – queimar as plantações e tudo que pudesse auxiliar as tropas inimigas –, refugiando-se cada vez mais para o interior de seu imenso território. As tropas napoleônicas até conseguiram chegar a Moscou, ocupando o palácio do Czar (o Kremlin), porém, estavam desgastadas, subnutridas e, não menos pior, sofrendo tanto com o frio do inverno quanto com a reação do exército russo. Diante desse adverso cenário, Napoleão foi obrigado a ordenar uma trágica retirada de seus exércitos. A situação física dos soldados e a contraofensiva dos russos contribuíram para que, dos 600 mil homens enviados ao conflito, apenas 40 mil retornassem para Paris. Fragilizado, o grande exército napoleônico não seria capaz de resistir aos ataques perpetrados pela coalizão (Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria) contra a França, que invadiu Paris em 6 de abril de 1814. Depois disto, Napoleão foi derrubado do poder e enviado à ilha de Elba, no Mar Mediterrâneo. Em seu lugar, as tropas da coalizão contra a França colocaram a monarquia dos Bourbons novamente no poder, sob a figura de Luís XVIII (irmão de Luís XVI, guilhotinado pela Revolução).

GOVERNO DOS CEM DIAS - Aproveitando-se da impopularidade do rei Luís XVIII, Napoleão conseguiu fugir da Ilha de Elba com o apoio das tropas que haviam sido enviadas para prendê-lo. Regressando à França com a promessa de realizar reformas democráticas, Napoleão foi recebido em Paris aos gritos de “Viva o Imperador!” e obrigou a família real a se retirar do país. Instalado novamente como líder da França, o novo governo de Napoleão duraria apenas 100 dias, visto o cenário interno e externo desfavorável. Com um perfil mais jacobino do que outrora, a burguesia francesa não apoiou o governo de Napoleão. Do ponto de vista internacional, ocorreu uma reorganização das forças militares inglesas, prussianas, russas e austríacas, que derrotaram Napoleão definitivamente na Batalha de Waterloo (1815). Novamente derrotado, os vencedores da guerra enviaram Napoleão para a ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul, onde o antigo Imperador permaneceu até a sua morte. Por fim, Luís XVIII era novamente conduzido ao trono francês.

CONGRESSO DE VIENA - Após a primeira resignação de Napoleão, os países que formaram a coalizão internacional (Inglaterra, Prússia, Rússia e Áustria), em conjunto com a própria França, organizaram o Congresso de Viena (1814-1815). Além de determinar que a França pagasse pesadas indenizações pelos danos causados aos outros países (cerca de 700 milhões de francos), os acordos do Congresso de Viena restauraram a divisão política europeia, tendo como base as fronteiras de 1792. O Congresso de Viena, por conta da predominância das monarquias europeias, possuía um intrínseco caráter

⁸ É interessante notar que, durante a Segunda Guerra Mundial, os russos realizaram a mesma estratégia contra os nazistas.

reacionário⁹. Em outras palavras, essas monarquias, ao defenderem o princípio da legitimidade monárquica, buscavam restabelecer a antiga ordem do Antigo Regime.

SANTA ALIANÇA - As principais monarquias europeias (Prússia, Rússia e Áustria) também promoveram, durante o Congresso de Viena, o princípio da solidariedade, o qual deveria guiar a formação de uma aliança política entre as monarquias, com a finalidade de impedir a deflagração de movimentos liberais e democráticos pela Europa. Nesse sentido, ocorreu, sob a liderança do czar Alexandre I, a criação da Santa Aliança, que reunia as monarquias citadas acima e outras nações europeias. Entre as atribuições da Aliança, estava a de intervir diretamente em caso de deflagração de movimentos revolucionários de cunho liberal-democrático. A Inglaterra, berço da primeira revolução burguesa e pioneira da revolução industrial, se opôs à formação da aliança. Isto porque os ingleses eram favoráveis à independência das colônias latino-americanas e ao rompimento delas com o Antigo Regime, principalmente em razão da necessidade de conquistar novos mercados consumidores para os seus produtos industrializados.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ A Era das Revoluções. Eric Hobsbawm. 2012
- ✓ A Revolução Francesa. Albert Soboul. 1979
- ✓ Os excluídos da História. Michelle Perrot. 1988

A **Era das Revoluções (1789-1848)**, do historiador britânico Eric Hobsbawm, abrange um período marcado pelas influências da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. A “dupla revolução”, argumenta o historiador, significou o triunfo da indústria capitalista e da sociedade “burguesa” e liberal. Por conta disso, o livro pode ser muito útil para aqueles que querem se aprofundar um pouco mais nos estudos.

O livro de Albert Soboul – **A Revolução Francesa** – é uma dica interessante

⁹ O sentido de reacionário aqui pode ser entendido como avesso ou contrário à revolução; significaria o oposto de revolucionário.

para aqueles que possuem o interesse de compreender mais profundamente os aspectos econômicos da Revolução Francesa.

Os excluídos da História, da francesa Michelle Perrot, busca problematizar a situação dos operários, das mulheres e do conjunto e das classes subalternas no período de fervor revolucionário na França.

Filmes e documentários:

- ✓ Tempos Modernos. Charlie Chaplin. 1936
- ✓ Revolução Francesa. History Channel. 2005
- ✓ Os miseráveis. Tom Hopper. 2013
- ✓ Adeus, Minha Rainha. Benoit Jacquot. 2012
- ✓ Danton. Andrzej Wajda. 1983

Tempos Modernos, de Charlie Chaplin, é um obra clássica do cinema, muito trabalhada pelos professores quando o assunto é a consolidação da sociedade moderna, urbana e industrial. Por essa razão, o filme constitui uma sugestão interessante para visualizar as mudanças que o advento das tecnologias modernas de produção (fábricas, máquinas, etc) ocasionaram nas sociedades modernas.

Ao contrário das atuais produções do History Channel, o documentário **Revolução Francesa** trata, com rigor histórico, os temas relacionados às origens e aos desdobramentos do processo revolucionário francês, com ênfase na figura do jacobino Robespierre e na instauração do período do “Terror” na França.

Os miseráveis, de Tom Hopper, é uma dica interessante para aqueles que buscam entender os processos revolucionários associados à indústria francesa.

O filme do francês Benoit Jacquot – **Adeus, Minha Rainha** – é uma dica válida para aqueles que querem estudar um pouco mais o processo que culminou na queda do Antigo Regime na França.

Considerado um dos mais clássicos filmes sobre a Revolução Francesa, **Danton** é outra sugestão para os estudantes que buscam, através de outros métodos, expandir os seus conhecimentos sobre o evento que inaugurou o período conhecido como Idade Contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A Guilhon. Montesquieu: sociedade e poder. In: WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da Política. Volume 1, Editora Ática, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://priscillaagapito.files.wordpress.com/2015/03/livro-polc3adtica-i-os-clc3a1ssicos-da-polc3adtica-vol-1-org-francisco-weffort.pdf>> Acesso em 08.04.2017.

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11 ed. Brasília: UNB, 1998.

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução. 1981. Disponível em: <http://files.gocufq.webnode.com/200000082-63a06649b8/oqueerevolucao_O.pdf> Acesso em 26.04.2017.

FUNAG. Manual do Candidato: História Mundial Contemporânea (1776-1991). Brasília, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1005-Manual_do_Candidato_-_Historia_Mundial_Contemporanea_1776-1991.pdf> Acesso em 07.04.2017.

FUNCK, Elvio. Breve História da Inglaterra. Porto Alegre: Movimento; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

HILL, Christopher. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. Petrópolis: Companhia das Letras, 1988.

_____. De la Reforma a la Revolución Industrial 1530-1780. 2ed. Barcelona: Ariel, 1991.

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo civil. Clube do Livro Liberal, Editora Vozes, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/if/locke-segundo_tratado_sobre_o_governo.pdf> Acesso em 10.04.2017.

NASCIMENTO, Milton M. Rousseau: da servidão à liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da Política. Volume 1, Editora Ática, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://priscillaagapito.files.wordpress.com/2015/03/livro-polc3adtica-i-os-clc3a1ssicos-da-polc3adtica-vol-1-org-francisco-weffort.pdf>> Acesso em 08.04.2017.



[polc3adtica-i-os-clc3a1ssicos-da-polc3adtica-vol-1-org-francisco-weffort.pdf](#)

Acesso em 08.04.2017.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas. Os Economistas, Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996. Disponível em:
[http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Cole%C3%A7%C3%A3o%20-%20Os%20Economistas/Adam_Smith_-_A_Riqueza_das_Na%C3%A7oes_-_Investiga%C25C3%25A7%C25C3%25A3o_sobre_sua_natureza_e_suas_causas._Vol._I_\(Os_Economistas\).pdf](http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Cole%C3%A7%C3%A3o%20-%20Os%20Economistas/Adam_Smith_-_A_Riqueza_das_Na%C3%A7oes_-_Investiga%C25C3%25A7%C25C3%25A3o_sobre_sua_natureza_e_suas_causas._Vol._I_(Os_Economistas).pdf)

Acesso em 08.02.2017

TODOROV, Tzvetan. O Espírito das Luzes. São Paulo: Barcarolla, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

PARTE I

HISTÓRIA

07

BRASIL REINADO

meSalva!

BRASIL REINADO

Fala, galera do Me Salva! A partir de agora, vocês estudarão os conteúdos relacionados ao período Brasil Reinado, que abrange desde a nossa independência (1822) até a proclamação da República (novembro de 1889). Ao longo deste período, veremos a formação do Estado brasileiro (e do Império brasileiro), bem como suas características, disputas, contradições e, por fim, as razões que explicam a deflagração da crise do regime monárquico em fins do século XIX. Espero que vocês gostem e que possam aprender bastante com essa apostila!

INTRODUÇÃO E PRIMEIRO REINADO

Neste primeiro capítulo, vocês estudarão aspectos relacionados à independência do Brasil e ao período do Primeiro Reinado (1822-1889).

INDEPENDÊNCIA - A independência do Brasil (1822) teve importantes antecedentes. De um lado, os colonos já davam demonstrações de insatisfação, como na Conjuração Baiana (1798) e na Revolução Pernambucana (1817). De outro lado, a vinda da família real (1808), a abertura dos portos (1810) e a elevação do Brasil a Reino Unido (1815) conferiram ao país uma maior autonomia comercial e administrativa. Com a revolução liberal do Porto (1820) e as pretensões recolonizadoras das Cortes de Lisboa, os grandes comerciantes e os proprietários rurais reagiram e formaram o chamado “Partido Brasileiro¹”, que, embora heterogêneo, tinha o objetivo comum de garantir a independência política do Brasil. Em janeiro de 1822, Dom Pedro contrariou as ordens de Portugal e declarou que ficava no país - o Dia do Fico. Em setembro de 1822, a independência foi declarada em São Paulo e, em dezembro, D. Pedro foi coroado imperador.

RUPTURA OU CONTINUIDADE? - Agora a intenção é lançar uma pergunta sobre um tema bastante debatido na historiografia brasileira. Para vocês, a

¹ Aqui é importante abrir um parênteses. Chamamos “Partido Brasileiro” um agrupamento político entre grandes comerciantes e proprietários rurais nesse contexto histórico específico, porém, esse “partido” não possui relação alguma com os partidos e as estruturas partidárias contemporâneas, isto é, era mais um grupo ou uma facção de natureza política do que um “partido” político propriamente dito.

independência do Brasil significou uma ruptura ou uma de continuidade? Lembrando que a História, para além da cronologia dos fatos, é subjetiva e interpretada de diferentes formas, ou seja, não existe “certo” ou “errado” para essa pergunta, ok?

RECONHECIMENTO INTERNO E EXTERNO - Internamente, a consolidação da independência ocorreu após a contenção de movimentos de resistência na região norte, nordeste e sul do país. Já em 1823, todas as províncias do país encontravam-se sob a autoridade de D. Pedro I. Externamente, o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil foram os EUA, que se opunham à colonização europeia desde a Doutrina Monroe (1823). A Inglaterra, que possuía grandes interesses comerciais na América, mediou as negociações entre Brasil e Portugal, que reconheceu a independência da ex-colônia em 1825, mediante pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas. Por fim, é importante salientar que o reconhecimento por parte dos vizinhos latino-americanos demorou um pouco, tendo em vista a condição monárquica cultivada pelo Brasil².

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 - Apesar da existência de conflitos civis que se enquadram dentro do processo de independência, este ocorreu predominantemente de “cima para baixo”. Bem como identificado por historiadores como Caio Prado Jr, a independência e seus desdobramento foram coordenados a partir de “arranjos políticos” entre as elites do país. Dito isso, não é surpresa que os membros da Assembleia Constituinte de 1823 fossem, em sua maioria, grandes proprietários rurais.

CONSTITUIÇÃO DA MANDIOCA - O projeto de Constituição elaborado pela Assembleia ficou pronto em 1823. Entre os principais pontos do projeto, é possível destacar a intenção de limitar os poderes do imperador. Por outro lado, o projeto estabelecia que o eleitor precisaria ter uma renda anual equivalente a 150 alqueires de mandioca, sendo necessário um valor superior para se candidatar para os cargos de deputado e senador. Em outras palavras, o projeto impunha a necessidade de possuir terras para votar e ser votado, ficando conhecido como Constituição da Mandioca. Para Dom Pedro I e os círculos políticos que o apoiavam, era preciso instituir um Executivo forte e, portanto, capaz de enfrentar as “tendências democráticas desagregadoras” (FAUSTO, 2015, p.80). Por conta disso, Dom Pedro I acabou dissolvendo a Assembleia Constituinte.

CONSTITUIÇÃO DE 1824 - Vocês devem saber que Dom Pedro I, com o objetivo de acalmar os ânimos das elites, nomeou uma comissão de dez brasileiros natos para elaborar um novo projeto de Constituição (COTRIM, 2012,

² O primeiro país latino-americano a reconhecer a independência do Brasil foi o México (1825).

p.459). Nascida “de cima para baixo”, a primeira Constituição do Brasil foi outorgada em 1824 e estabelecia a existência de quatro poderes (Legislativo, Executivo, Judiciário e Moderador). Considerado como “chave-mestra de toda organização política”, o Poder Moderador concedia ao imperador a autoridade de intervir diretamente nos demais poderes, devendo, para isso, consultar o Conselho de Estado - órgão composto por conselheiros vitalícios e nomeados pelo imperador. Em relação ao sistema eleitoral, a Constituição de 1824 estabeleceu o voto censitário³ e instituiu o cargo de senador como vitalício⁴. Além disso, a Constituição de 1824 definiu o catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro. O esquema abaixo ilustra um pouco o que foi mencionado sobre a Constituição de 1824:



CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR - Conforme visto, o imperador concentrava enormes poderes em suas mãos. Naturalmente, houve reações contrárias à sua conduta centralizadora, não sendo surpresa que, em junho de 1824, tenha eclodido no nordeste a revolta conhecida como “Confederação do Equador”.

³ Para ser eleitor nesse sistema eleitoral, era necessário comprovar uma renda anual de 100 mil-réis. Para ser candidato a deputado, era necessário comprovar uma renda anual de 400 mil-réis, enquanto que, para ser senador, a quantia subia para 800 mil-réis.

⁴ Os três candidatos mais votados de cada província eram encaminhados para o imperador, que, com base em seus próprios critérios, nomeava um dos três para exercer o cargo de senador.

Composta por líderes como Cipriano Barata (1762-1838)⁵ e Frei Caneca (1779-1825), a revolta deflagrou-se quando D. Pedro nomeou um novo presidente para a província de Pernambuco, contrariando as forças políticas locais e, com efeito, estimulando a formação de uma revolta liderada por Manuel Pais de Andrade - antigo presidente da província. O objetivo da revolta era a formação da Confederação do Equador, que reuniria as províncias do nordeste em uma República Federativa e independente. As dissidências internas e a repressão orquestrada pelas tropas imperiais levaram ao término da revolta.

GUERRA DA CISPLATINA - O imperador precisou empregar suas tropas também em conflitos externos. Em disputa pela posse da antiga colônia de Sacramento (atualmente correspondente ao Uruguai), eclodiu um conflito entre o Brasil e a Argentina em 1825. Entre os seus antecedentes, é preciso destacar que, em 1816, D. João VI havia ocupado a antiga Colônia de Sacramento e incorporado esse território ao Brasil, com o nome de Província da Cisplatina. Após uma revolta que culminou na anexação da Província da Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata (atualmente corresponde a Argentina), D. Pedro I declarou guerra à Argentina. Entre 1825 e 1828, o conflito se desenvolveu e, para os brasileiros, representou um desastre militar e uma catástrofe financeira (FAUSTO, 2015, p.83). Com a intermediação inglesa, que tinha inúmeros interesses na região, ficou estabelecido que, no lugar da Província da Cisplatina, seria criado um Estado independente: a República Oriental do Uruguai. Por fim, vocês devem saber que esse conflito, além de prejudicar as finanças públicas, desgastou a imagem do imperador e aumentou o descontentamento geral (COTRIM, 2012, p.463).

CRISE E ABDICAÇÃO DE DOM PEDRO I - Além do desgaste ocasionado pelas revoltas internas e conflitos externos, é importante salientar outros fatores para compreender a crise do Primeiro Reinado. De um lado, a sucessão dinástica em Portugal causava preocupações tanto no imperador quanto nos políticos liberais brasileiros, que temiam uma recolonização do Brasil. De outro lado, a grave crise econômica - decorrente dos conflitos militares e do aumento da dívida externa - que ocasionou a falência do Banco do Brasil em 1829 e o incremento nos custos de vida. Em resumo, a impopularidade de Dom Pedro I era proporcional às tensões entre os “partidos” brasileiro e português, evidenciado no suposto envolvimento do imperador com a morte do jornalista Líbero Badaró (1830). O aumento dessas tensões, alimentadas em parte pela ameaça de uma possível recolonização, contribuíram para que, em 1831, o monarca abdicasse do trono em favor de seu filho Pedro Alcântara, um menino de apenas cinco anos de idade.

⁵ É importante ressaltar que as ideias dessa oposição não eram uniformes e contempladas por todos aqueles insatisfeitos com a monarquia. Cipriano Barata, por exemplo, era a favor da abolição da escravidão, o que ia totalmente contra os interesses dos membros da elite açucareira do nordeste.

PERÍODO REGENCIAL

Conforme visto, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho, Pedro Alcântara. A Constituição de 1824 previa que o governo fosse formado por um conselho de três regentes eleitos pela Assembleia Imperial. De modo geral, é importante saber que o período regencial (1831-1840) é marcado por intensos debates políticos e pela eclosão de revoltas regionais.

AS FORÇAS POLÍTICAS - O cenário político era formado, basicamente, por três grupos: 1) os restauradores; 2) os liberais exaltados; 3) os liberais moderados. Os restauradores - caramurus - eram favoráveis ao retorno de D. Pedro I, o que passou a ser inviável após a sua morte em 1834. Por sua vez, os liberais moderados⁶ - que representavam os proprietários rurais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e região Nordeste - defendiam a preservação da unidade territorial, o regime monárquico e a manutenção da escravidão. Por outro lado, os liberais exaltados - que representavam os profissionais liberais, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e outros grupos sociais - entendiam que o poder deveria ser descentralizado.

AS REGÊNCIAS - De modo geral, vocês estudarão as três fases desse período:

1. Regência Trina Provisória;
2. Regência Trina Permanente;
3. Regências Unas.

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA - Após a abdicação de D. Pedro I, um grupo de parlamentares se reuniu no Rio de Janeiro e elegeu três regentes interinos; os senadores Carneiro Campos e Campos Vergueiro e o brigadeiro Francisco Lima e Silva. Mesmo governando por apenas 3 meses, o período da Regência Trina Provisória marca o início do “avanço liberal”, que se prolongou até 1837. Os regentes interinos empossaram os ministros que haviam sido demitidos anteriormente, anistaram os presos políticos e suspenderam temporariamente o Poder Moderador (COTRIM, 2012, p.469). A medida mais importante, porém, foi a

⁶ Por volta de 1837, os liberais moderados passaram a se dividir entre aqueles que defendiam a realização de concessões para as províncias (progressistas) e aqueles que defendiam o fortalecimento do Poder Legislativo, com base em sua centralização no Rio de Janeiro (regressistas).

convocação dos demais parlamentares para a eleição de uma Regência Trina permanente (BRASIL MONÁRQUICO, 2017a).

REGÊNCIA TRINA PERMANENTE - Instalada em 1831, a Assembleia Geral foi responsável por eleger os representantes da Regência Trina, agora em caráter permanente. Foram eleitos os deputados José Carvalho da Costa e João Bráulio Muniz, bem como o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. De modo geral, é importante vocês compreenderem que essa regência era formada por deputados que representavam os interesses do grupo dos liberais moderados (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.246). Dito isso, também é importante saber que o ministro da Justiça, Diogo Feijó, teve um papel fundamental, sobretudo ao coordenar a formação da Guarda Nacional⁷ (1831). Um ano mais tarde, entrou em vigor o chamado Código do Processo Criminal (1832), que concedia maiores liberdades aos juízes de paz e, seguindo os moldes norte-americano e inglês, estabelecia a instituição do júri (FAUSTO, 2015, p.87). O ápice das mudanças liberais viria com a promulgação do Ato Adicional⁸ (1834), que, além de determinar a substituição da regência trina pela regência una, interrompia o uso do Poder Moderador durante a regência, suspendia o Conselho de Estado e criava Assembleias Legislativas provinciais. Por fim, o esquema sintetiza um pouco esse período:

REGÊNCIA UNA DE FEIJÓ - Conforme previsto no Ato Adicional, realizaram-se eleições para escolha do regente em 1835. Representante da ala progressista dos liberais moderados, Diogo Feijó foi eleito para um mandato de 4 anos. Durante seu governo, eclodiram revoltas no Pará (Cabanagem) e no Rio Grande do Sul (Farroupilha), gerando críticas entre os parlamentares regressistas. Além disso, uma manifestação de Feijó contra a escravidão contribuiu para que os proprietários rurais intensificassem a sua oposição (BRASIL MONÁRQUICO, 2017b). Diante desse quadro, Feijó renunciou em setembro de 1837, dois anos antes do fim de seu mandato. Em suma, com a renúncia de Feijó, ocorre o esgotamento do “avanço liberal”.

REGÊNCIA UNA DE ARAÚJO LIMA - No lugar de Feijó, foi eleito Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda. Partidário da ala regressista, que deu origem ao Partido Conservador, Araújo Lima montou o chamado Ministério das Capacidades, formado majoritariamente por políticos conservadores. A sua ação mais significativa foi a elaboração de uma Lei Interpretativa do Ato Adicional

⁷ A Guarda Nacional, posteriormente conhecida como “Guarda dos Coronéis”, tinha como objetivo estabelecer uma força militar estritamente fiel ao governo e aos interesses dos proprietários rurais. De modo geral, era uma força policial a ser utilizada na repressão de protestos e motins.

⁸ O Ato Adicional realizou importantes modificações no texto da Constituição outorgada em 1824. Por essa razão, é conhecida como “Ato adicional”.

(1840), que na prática, revogava as ideias liberais do Ato Adicional. Os objetivos dessa lei eram bastante claros: pôr fim ao processo de autonomia provincial e municipal e centralizar o controle da política e do Judiciário (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.254). Em resumo, é importante sublinhar que a Regência de Araújo Lima, ao procurar restabelecer a ordem e conter a “anarquia” das agitações regionais, representa o avanço dos conservadores na política do Império.

GOLPE DA MAIORIDADE - Apesar da aplicação de medidas centralizadoras, os movimentos que reivindicavam maior participação cidadã apareciam do dia para a noite, “tal qual cogumelos depois da chuva” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.254). Nesse sentido, os proprietários rurais e uma parcela dos membros dos regressistas começaram a pensar em alternativas para solucionar a instabilidade relacionada ao florescimento de revoltas regionais. Os progressistas, que faziam oposição à regência de Araújo Lima, também passaram a defender alternativas que visassem o restabelecimento da “normalidade” e da unidade política. Desse modo, formou-se, com o suporte dos progressistas e uma parcela dos regressistas, o Clube da Maioridade, que contou com o apoio dos latifundiários e dos grandes comerciantes. O argumento desenvolvido pelo Clube era que, com a antecipação da maioridade, seria possível encerrar as revoltas provinciais e assegurar o retorno da ordem social desejada pelos proprietários rurais. Assim, em 1840, a Assembleia Geral aprovou a antecipação da maioridade, sacramentando o Golpe da Maioridade. Em 23 de julho de 1840, Pedro Alcântara, com 15 anos incompletos, prestou juramento como imperador, inaugurando o Segundo Reinado (1840-1889).

REVOLTAS REGENCIAIS

O objetivo agora é oferecer um panorama geral acerca das principais revoltas regenciais. O período regencial, para além das disputas entre as elites, foi marcado pela agitação social nas províncias brasileiras. Antes de analisar as revoltas propriamente ditas, observem o excerto abaixo:

“Dizem que o som do silêncio, às vezes, pode ser ensurdecedor. No período das regências [...] a história confirma a expressão. O país era grande, e a corte desconhecia as especificidades de suas diferentes regiões, que vistas de longe pareciam quietas, serenas, e davam a impressão que assim continuaria para sempre [...] o sentimento autonomista era, porém, forte nas províncias [...] o debate político girava ao redor de dois programas

políticos decididamente antagônicos: o centralismo da corte, de um lado, e o autogoverno provincial, de outro” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.243)

PROBLEMAS SOCIOECONÔMICOS E CRISE POLÍTICA - Desde o Primeiro Reinado, o império convivia com problemas econômicos decorrentes de alguns fatores: 1) desequilíbrio na balança comercial; 2) aumento da dívida externa; 3) redução do preço dos produtos exportados pelo Brasil no mercado internacional (açúcar, couro, fumo, mate, algodão, etc); 4) baixa arrecadação de impostos; 5) pagamento de indenização de 2 milhões de libras esterlinas para Portugal; e 6) despesas com operações militares. Essas dificuldades econômicas se refletiam no cotidiano da população, que ficava insatisfeita com o aumento do custo de vida. Por outro lado, o quadro de crise econômica e de problemas sociais aprofundou as críticas ao governo central, pois agora já não era possível canalizar as críticas contra Portugal. Logicamente, as revoltas regenciais possuem suas particularidades, contudo, é importante salientar que esse quadro mais amplo motivou descontentamentos contra o Império e a centralização política.

CABANAGEM (1835-1840) - A Cabanagem⁹ foi uma revolta popular que ocorreu na Província do Grão-Pará (atual Pará). Entre as causas da revolta, é possível citar as críticas à centralização política, o sentimento anti-lusitano, a miséria e a exploração. Inicialmente apoiado por líderes fazendeiros, estes acabaram se distanciando do movimento por conta dos ideais de alguns protagonistas da revolta¹⁰ - como era o caso da defesa da abolição da escravidão e da distribuição de terras para os lavradores. Em janeiro de 1835, os revoltosos conquistaram Belém, assassinaram o presidente da província - Bernardo Lobo de Sousa - e tomaram o poder. Apesar disso, os cabanos não conseguiram organizar um governo eficiente e acabaram sofrendo com a repressão das tropas imperiais. Aliado a isso, a revolta foi abalada por dissidências internas, indefinições na construção de um programa de governo e por uma epidemia de varíola que assolou a capital Belém (BRASIL MONÁRQUICO, 2017c). Após intensos conflitos, as tropas imperiais restabeleceram a sua autoridade na província em 1840. Por fim, calcula-se que cerca de 30% da população da província - cerca de 30 mil pessoas - tenha sido morta durante os embates.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845) - A Revolução Farroupilha aconteceu no Rio Grande do Sul, tendo sido a revolta mais longa da história do Brasil. Entre as suas causas, é importante destacar os problemas econômicos

⁹ A revolta ficou conhecida como “Cabanagem” por conta da atuação dos cabanos, que eram homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que trabalhavam na extração de produtos da floresta e viviam em casas assemelhadas a cabanas (COTRIM, 2012, p.473)

¹⁰ Entre os líderes revoltosos, é possível citar o padre João Batista Gonçalves Gomes.

vividos pelos produtores gaúchos - como era o caso da concorrência do charque (carne-seca) argentina e uruguaia no mercado brasileiro. Combinado a isso, a falta de autonomia administrativa da província contribuiu para que, sob a liderança de Bento Gonçalves e David Canabarro, os revoltosos dominassem a capital Porto Alegre e, em 1836, anunciassem a criação da República Rio-Grandense. Já no Segundo Reinado, o Império, através de ações militares e negociações, conseguiu celebrar a Paz de Ponche Verde (1845) com os farroupilhas¹¹. Por outro lado, um episódio pouco explorado ocorreu através de um conluio entre as tropas imperiais e os farroupilhas - o chamado Massacre de Porongos (1844) - que consistiu em uma emboscada contra os lanceiros negros - escravos que haviam sido libertos para lutar ao lado dos farroupilhas¹². Em suma, é preciso lembrar que a Revolução Farroupilha foi um movimento liderado por setores da elite gaúcha, que se sentiam explorados por conta de um sistema de altos tributos (FAUSTO, 2015, p.93).

REVOLTA DOS MALÊS (1835) - Ocorrida em 1835 em Salvador, a Revolta dos Malês é assim conhecida por conta da participação dos malês, que eram escravos africanos de origem ou formação muçulmana. Estes conseguiram mobilizar um contingente de revoltosos e arrecadar recursos para a compra de armas e munições. Nesse sentido, os malês elaboraram um plano de luta contra os donos de escravos para conseguir a liberdade (COTRIM, 2012, p.475). Contudo, uma denúncia da conspiração contribuiu para as autoridades se prepararem para o embate contra os revoltosos, o que de fato aconteceu na noite de 24 de janeiro de 1835. Devido à sua inferioridade numérica e de armamentos, um grupo de 1.500 negros - liderados por muçulmanos como Manuel Calafate - foi massacrado pelas tropas da Guarda Nacional (BRASIL MONÁRQUICO, 2017d). Cerca de setenta revoltosos morreram, enquanto outros quinhentos foram condenados ao açoite público, à deportação e ao fuzilamento. Em resumo, é importante lembrar que essa revolta representa o levante de escravos urbanos de maior dimensão nas Américas, tendo efeitos duradouros sobre o Brasil escravista (REIS, 2003, p.09)

SABINADA (1837-1838) - Após a renúncia do regente Feijó (1837), ocorreu na Bahia a revolta da Sabinada, que é considerada como de menor vulto se comparada às outras do período regencial. O objetivo da revolta, que tinha no

¹¹ No caso da Revolução Farroupilha (1835-1845), o Império mais concedeu do que reprimiu. Entre as concessões realizadas, estavam a anistia para os revoltosos; a incorporação dos soldados farroupilhas ao exército imperial, ocupando postos militares equivalentes; direito à liberdade dos escravos fugitivos que haviam lutado ao lado dos farroupilhas; taxação sobre o charque platino importado; e indicação, pelos farroupilhas, do presidente de sua província.

¹² Para mais informações a respeito deste episódio, ver site: <<http://www.sul21.com.br/jornal/revolucao-farroupilha-a-batalha-de-porongos-covardia-traicao-falsidade/>>

médico Francisco Sabino o seu principal líder, era o de instituir uma república na província. Contando com o apoio de parte do exército, os sabinos conseguiram conquistar a cidade de Salvador (1837), porém, o movimento foi caótico nas ações e contraditório nas intenções (SOUZA, 2009). Além da baixa adesão popular - que temia uma nova insurreição de escravos como havia ocorrido na Revolta dos Malês -, parte dos senhores de engenho do Recôncavo baiano, que inicialmente apoiaram a revolta, se distanciaram dos líderes rebeldes e começaram a dar suporte às tropas legalistas. Depois de inúmeros combates, a revolta foi sufocada em março de 1838. Em resumo, é importante diferenciar a Sabinada, que foi coordenada pelas camadas médias de Salvador (militares, profissionais liberais, empregados públicos), da Cabanagem (uma rebelião popular) e da Revolta dos Malês (um levante escravo).

BALAIADA (1838-1841) - A revolta da Balaiada ocorreu no Maranhão, encontrando-se relacionada ao contexto de crise econômica e ao descontentamento dos "bem te vis"¹³. Estes últimos, após serem incitados por líderes como Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, receberam apoio dos sertanejos pobres da província. Sem muita organização política, os revoltosos conseguiram tomar a cidade de Caxias, que é uma importante cidade da região. Considerando que o movimento não era harmônico e/ou coeso, os revoltosos não conseguiram se sustentar política e militarmente, sendo derrotados pelas tropas imperiais em 1841.

UM BALANÇO DO PERÍODO REGENCIAL - Não são poucos historiadores que consideram o período regencial como um dos mais cruciais da História do Brasil (SOUZA, 2009; BASILE 2009). De um lado, existem opiniões que ressaltam a instabilidade, a descentralização, as revoltas e as ameaças à unidade e à estabilidade do Império. Por outro lado, há opiniões que salientam que a Regência foi uma singular fase de triunfo das liberdades necessárias ao progresso da nação. Representando o "laboratório" da nação, Basile (2009) argumenta que, durante a Regência, houve um amplo debate público acerca dos fundamentos do governo, das instituições políticas, dos nexos entre as províncias e da ordem social. A eclosão das revoltas regenciais seria uma das faces desse processo de disputas e de frágil institucionalidade do poder central, frequentemente criticado pelas revoltas do período. Um aspecto importante diz respeito às diferentes características das revoltas, ora protagonizadas por escravos (Malês), ora por camadas médias (Sabinada) e ora por proprietários rurais (Farroupilha). No entanto, é interessante notar que, ou por falta de vontade política ou pelo fracasso, as revoltas regenciais não conseguiram modificar as estruturas da

¹³ Os "bem te vis" designavam a população urbana que era contrária aos abusos dos proprietários de terras e comerciantes portugueses.

sociedade brasileira do século XIX, principalmente o latifúndio e a escravidão. Apesar dos ideais republicanos e liberais presentes em algumas dessas revoltas, a repressão e o controle das mesmas significaram a consolidação do “regresso” e da centralização monárquica ao longo do Segundo Reinado.

SEGUNDO REINADO (1840-1889)

Conforme visto, o contexto em que se iniciou o Segundo Reinado é marcado pela instabilidade política e pela realização do Golpe da Maioridade (1840). Dito isso, é importante mencionar para vocês que, devido à diversidade de assuntos presentes nesse período, dividiremos o presente capítulo em: a) Política Interna; b) Transformações sócio-econômicas; c) Política Externa; d) Abolicionismo; e) Crise do Império e fim da monarquia.

POLÍTICA INTERNA

Considerando que D. Pedro II era visto pelas elites como forte o suficiente para garantir a ordem social e sufocar as rebeliões regionais, veremos a partir de agora aspectos relacionados à política interna do Segundo Reinado.

LITERAIS E CONSERVADORES - A partir de 1837 os liberais moderados dividiram-se em duas alas - a progressista e a regressista -, as quais, a partir de 1840, deram origem aos partidos: Liberal e Conservador. Os literais - também chamados de luzias¹⁴ - eram os profissionais urbanos e os produtores rurais que produziam para o mercado interno, ao passo que defendiam uma maior descentralização política do Império. Os conservadores - também conhecidos como saquaremas¹⁵ - representavam os proprietários rurais que abasteciam o mercado externo, os grandes comerciantes e ainda uma parcela dos burocratas do serviço público, ao passo que advogavam por um governo imperial forte e centralizado (COTRIM, 2012, p.480). Apesar dessas diferenças, ambos os partidos

¹⁴ Apelido provavelmente associado à cidade de Santa Luzia (Minas Gerais), foco de atividades literais durante a Revolução Liberal (1842).

¹⁵ Termo relacionado à cidade de Saquarema (Rio de Janeiro), que é conhecida por ter sido centro dos políticos conservadores.

compartilhavam importantes semelhanças, as quais podem ser identificadas no excerto abaixo:

"As elites brancas entenderiam a corte como um clube, onde conviviam os sócios sortudos [...] luzias e saquaremas [...] partilhavam a mesma origem social; formação educacional em Coimbra; carreira voltada para a medicina e em especial para o direito [...] Divididos por ideias que privilegiavam ora a centralização do Estado ora a sua descentralização, fechavam, porém, em uníssono quando o negócio implicava manter a escravidão e a estrutura vigente. A elite brasileira de então poderia ser caracterizada ainda como uma "ilha de letrados num mar de analfabetos" (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.280).

ELEIÇÕES DO CACETE – Depois de assumir o trono em de julho de 1840, D. Pedro II, reconhecendo o apoio dado pelos liberais no Golpe da Maioridade, os convocou para formar o seu primeiro ministério. A partir de então, as rivalidades entre liberais e conservadores começaram a se aguçar, culminando no episódio conhecido como “eleições do cacete”. Convocadas para 1840, as eleições para Câmara dos Deputados, além de darem a vitória para uma maioria liberal, foram marcadas por acusações de fraude e, segundo os conservadores, da aplicação de violência por parte dos liberais, que teriam contratado capangas para intimidar os seus adversários políticos com “cacetadas” nos locais de votação. As acusações dos conservadores geraram resultados. Em 1841, D. Pedro II substituiu o seu ministério liberal por um gabinete majoritariamente formado por conservadores. Vocês imaginam que esse novo ministério conservador pressionou D. Pedro II para anular as eleições de outubro de 1840. Assim sendo, o imperador anulou as eleições e convocou novas eleições para o ano de 1842. Contudo, vocês também supõe que a anulação das eleições causou reações entre os círculos liberais, certo?

REVOLTA LIBERAL – A dissolução da Câmara dos Deputados causou descontentamentos entre os liberais, que viam a medida como inconstitucional e reacionária. Nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, onde o Partido Liberal era expressivo, ocorreram movimentos armados que visavam preservar os poderes das elites locais e fortalecer a oposição contra os conservadores. Em São Paulo, o levante foi liderado por Diogo Feijó, limitando-se a cidade de Sorocaba e vilas próximas. Posteriormente, o levante foi sufocado pelo brigadeiro Luís Alves da Lima e Silva, o barão de Caxias (BRASIL MONÁRQUICO, 2017e). Por outro lado, eclodiu em Minas

Gerais um levante semelhante ao paulista, sendo liderado por Teófilo Ottoni. Igualmente reprimida pelo Barão de Caxias, a revolta em Minas Gerais não obteve sucesso por conta das dissidências internas, do despreparo das tropas rebeldes e da não adesão de outras províncias à revolta. Depois de derrotar o levante em agosto de 1842, o Império restabeleceu a sua autoridade na província e, em 1844, anistiou os revoltosos.

UMA DISCUSSÃO SOBRE PEDRO II - Considerado como liberal e até mesmo republicano, D. Pedro II tomou inicialmente medidas voltadas à centralização e à restauração do poder monárquico¹⁶. Por que isso? Seria ele um mentiroso que só queria o apoio dos liberais? Ou será que ele ainda não tinha esses ideais, que só foram sendo criados ao longo de sua maturidade? Ou, ainda, será que nesses primeiros anos a monarquia foi governada por regentes, mesmo o jovem estando no poder? Em resumo, as interpretações associadas às contradições de D. Pedro II - um liberal a favor da escravidão e um monarca com ideais republicanos - ainda estão abertas, cabendo não somente aos historiadores a reflexão sobre esse tema.

PARLAMENTARISMO ÀS AVESSAS - Como vocês devem saber, sistemas de governo parlamentaristas têm como característica principal a preponderância do Legislativo sobre o Executivo¹⁷. A partir de 1847, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, o que instituiu o parlamentarismo no Brasil¹⁸. O presidente do Conselho, por sua vez, era nomeado pelo imperador após a realização de uma eleição entre os líderes do partido vencedor, ficando responsável por montar o gabinete ministerial. Depois de montar o Conselho de Ministros, a Câmara dos Deputados decidia se aprovava (ou não) os nomes escolhidos, cabendo ao imperador demitir ou dissolver o Conselho em caso de reprovação. Para facilitar a compreensão de vocês, leiam o excerto abaixo, que explica um pouco a contradição do parlamentarismo à brasileira:

¹⁶ Para apoiar a reflexão sobre a discussão, ver site: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-faceta-desconhecida-de-d-pedro-ii>>

¹⁷ No parlamentarismo, o parlamento que possui a prerrogativa de indicar o primeiro-ministro, chefe de governo e, portanto, comandante do poder Executivo. O monarca - que reina, mas não governa - é o chefe de Estado, mas não de governo.

¹⁸ Durante todo o Segundo Reinado, foram 36 gabinetes ministeriais, sendo 21 liberais e 15 conservadores. Entre 1853 e 1861, durante o “período da conciliação”, liberais e conservadores governaram conjuntamente. Apesar do “parlamentarismo às avessas”, o rodízio de poder entre os partidos liberal e conservador causou uma espécie de “ilusão democrática”. Contudo, o imperador, em última instância, ainda acumulava muitas atribuições, inclusive a de dissolver o Conselho de Ministros.

“Como o poder Moderador não havia sido extinto, o imperador podia impor o gabinete de sua preferência. Essa prerrogativa contrariava os princípios do parlamentarismo, sistema em que o poder Legislativo é quem detém a maior influência na formação dos governos e o monarca reina, mas não governa. Por isso, diz-se que tivemos um “parlamentarismo às avessas” (COTRIM, 2012, p.481).

REVOLTA DA PRAIEIRA (1848) - Ocorrida em Pernambuco, a Revolta da Praieira encerrou o período de rebeliões provinciais. Contrariados com a nomeação de um presidente conservador para a província, os membros do Partido da Praia - dissidentes do Partido Liberal de Pernambuco - intensificaram a disseminação de suas ideias através do jornal Diário Novo¹⁹ e iniciaram a Revolta. Em um documento intitulado Manifesto ao Mundo, os praieiros defendiam: a) voto livre e universal (fim do voto censitário); b) plena liberdade de imprensa; c) extinção do Poder Moderador; d) monopólio do comércio a varejo para brasileiros; e) estabelecimento de uma federação. Sem recursos militares e financeiros, os praieiros não conseguiram resistir às tropas imperiais, que sufocaram a rebelião ainda em 1848. Com isso, o Império reprimiu o último dos levantes regionais, garantindo a unidade territorial e a centralização monárquica.

TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

A partir de agora veremos como ocorreram as transformações sócio-econômicas durante o Segundo Reinado, de modo a compreender como estas se inserem no processo histórico brasileiro. Abordaremos assuntos que auxiliam a explicar a consolidação do eixo centro-sul como principal pólo da político e econômico do país.

A EXPANSÃO CAFEEIRA - A partir do século XIX, o café - anteriormente restrito ao consumo local - passou a ser consumido na Europa e nos Estados Unidos, aumentando o seu preço no mercado internacional. Considerando que o clima e o tipo de solo da região sudeste favoreciam o desenvolvimento da lavoura cafeeira, começou a acontecer um deslocamento parcial da mão-de-obra escrava para a cafeicultura (COTRIM, 2012, p.484). Assim, o cenário internacional favorável (aumento

¹⁹ O jornal localizava-se na rua da Praia, em Recife, dando origem ao nome “Partido da Praia”.

do preço do café internacionalmente) e a disponibilidade de recursos (mão-de-obra escrava e clima/solo favoráveis) contribuíram para que o café, desde a década de 1840, se tornasse o principal produto de exportação do país. Chegando aos 64,5% das exportações em 1890, a expansão cafeeira recuperou a economia brasileira, que desde a independência atravessava dificuldades econômicas.

VALE DO PARAÍBA - É importante vocês saberem que, inicialmente, a expansão cafeeira ocorreu no vale do rio Paraíba, que abrange territórios do Rio de Janeiro e São Paulo. As condições do solo e do clima, combinado à proximidade com Rio de Janeiro²⁰, proporcionaram um aumento da produção para exportação. Embora, desde 1831, o tráfico de escravos fosse considerado ilegal, a expansão cafeeira no Vale do Paraíba ocorreu mediante o emprego de mão-de-obra escrava, obtido tanto pela importação de escravos como pelo deslocamento de escravos de outras regiões (Minas Gerais, Nordeste, etc). Por fim, observem o excerto abaixo:

"Sem a existência de quadro interno que desse segurança política e jurídica aos senhores possuidores de africanos ilegalmente escravizados, decerto o Brasil não despejaria nos portos e armazéns do hemisfério norte as sacas de café com as quais dominou o mercado mundial do produto no século XIX" (MARQUESE e TOMICH, 2009)

OESTE PAULISTA - Em um segundo momento, sobretudo a partir de 1870, a produção cafeeira passou a acontecer na parte oeste da província de São Paulo, tendo em vista a existência de um solo bastante favorável para o cultivo do café: a terra roxa. Os grandes proprietários de cafezais do Oeste paulista ascendiam - política e economicamente - em um ritmo semelhante ao declínio da produção no Vale do Paraíba. Entre outras questões, isto ocorreu, porque os proprietários do Oeste paulista expandiram a produção de café em um momento histórico marcado pela necessidade de alternativas à mão-de-obra escrava. Desse modo, os principais investimentos dos produtores do Vale do Paraíba nas últimas décadas do século XIX destinavam-se à compra de escravos, ao mesmo tempo em que a expansão cafeeira no Oeste paulista proporcionava um contínuo processo de acumulação de capitais e diversificação econômica.

²⁰ A proximidade com o porto do Rio de Janeiro facilitava o escoamento da produção cafeeira para os mercados externos, a despeito da precariedade dos meios de transporte da época.

O FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVOS - Desde 1831, uma lei do Império definia que os escravos importados seriam considerados livres, contudo, essa legislação “não pegou”. Em 1845, a pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro se configurou em ameaça militar, visto que a promulgação do Bill Aberdeen previa o direito inglês de aprisionar navios negreiros – mesmo que em águas territoriais brasileiras – e julgar os seus comandantes. Com isso, o Império decretou a Lei Eusébio de Queiroz (1850), que aprofundava o rigor da legislação anterior, contribuindo para uma drástica redução na importação de africanos escravizados. Como efeitos dessa lei, é possível citar: a) o crescimento do tráfico negreiro interno, principalmente o deslocamento de escravos do nordeste para as plantações de café no sudeste; e b) o investimento de capitais em outros setores da economia.

MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA - O acúmulo de capitais proveniente da expansão cafeeira não foi aplicado somente na expansão da própria cafeicultura, mas também na instalação de indústrias e na modernização de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a promulgação da Tarifa Alves Branco (1844) favoreceu o crescimento industrial do país, pois impôs maiores taxas de importações – cerca de 30% – e, em alguns casos, podendo chegar a 60% – caso o produto importado fosse também produzido no Brasil. Sem dúvidas, essa medida protecionista estimulava o consumo de produtos nacionais e o investimento de capitais disponíveis na criação de indústrias, bancos, empresas de navegação, ferrovias, companhias de seguro, mineradoras, etc (COTRIM, 2012, p.486).

A IMIGRAÇÃO EUROPEIA - A imigração não era um fenômeno novo na História do Brasil, considerando, por exemplo, a fundação de cidades como Nova Friburgo (1808) e São Leopoldo (1824). Uma nova “onda” de imigrantes começou a chegar ao longo da década de 1850, contudo, apenas nas últimas décadas do Segundo Reinado, através do patrocínio do poder público e da criação de missões brasileiras no exterior, os imigrantes europeus começaram a chegar ao Brasil em maior número. Desmistificando o argumento de substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante, o crescente fluxo de migrantes foi direcionado tanto para atividades agrícolas como para serviços urbanos.

POLÍTICA EXTERNA

Agora estudaremos os principais acontecimentos relacionados à política externa do Império. Nesse sentido, estudaremos três importantes tópicos: 1) Questão Christie; 2) Questão Platina; 3) Guerra do Paraguai.

QUESTÃO CHRISTIE - Conforme sublinhado para vocês, a Tarifa Alves Branco (1844) impôs maiores taxas de importação, retirando as vantagens comerciais desfrutadas pelos ingleses. Insatisfeitos com o aumento das tarifas de importação, os ingleses, que desejavam o fim do tráfico negreiro e da escravidão²¹, passaram a colecionar atritos com as autoridades brasileiras. Mesmo após a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), o embaixador britânico William Christie passou a pressionar as autoridades brasileiras para que fossem investigados os casos de escravos que haviam ingressado no Brasil a partir de 1831, de modo a conceder a liberdade para estes. Somado a isso, houve episódios²² que estremeceram ainda mais as relações entre Brasil e Inglaterra, culminando inclusive na submissão dessas desavenças à arbitragem internacional²³. Resumindo, em 1863, o governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, visto que a diplomacia inglesa não realizou o que havia sido determinado pela arbitragem internacional: um pedido oficial de desculpas, devido à violação da soberania territorial brasileira. Por fim, após um pedido oficial de desculpas a D. Pedro II, as relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra foram retomadas em 1865.

QUESTÃO PLATINA - Desde o período colonial, o Brasil se envolveu diretamente na região do Prata, como ocorreu nos tratados assinados com a Espanha e na Guerra da Cisplatina. Durante o século XIX, a diplomacia brasileira preocupava-se com três aspectos relacionados à região: a) garantir o direito de navegação pelo rio de Prata, pois dava acesso à província do Mato Grosso; b) evitar os conflitos entre vaqueiros uruguaios e

²¹ É importante salientar que, a despeito de motivações humanitárias, o motivo pelo qual os ingleses queriam a adoção do trabalho livre e assalariado consistia em ampliar o mercado consumidor brasileiro.

²² É possível destacar dois episódios: o primeiro, ocorrido em 1861, foi o furto não esclarecido da carga presente no navio inglês Príncipe de Gales, que havia naufragado próximo à costa do Rio Grande do Sul; o segundo, ocorrido em 1862, foi a prisão de 3 oficiais ingleses, que, em trajes civis, estavam embriagados e provocando desordem nas ruas do Rio de Janeiro.

²³ A arbitragem internacional acontece quando existem pontos em disputa entre dois Estados. Nesse sentido, é convocado um representante de um terceiro estado - nesse caso o rei Leopoldo I da Bélgica - para mediar as negociações e oferecer uma sentença que, em tese, deve ser aceita pelas partes envolvidas.

estancieiros gaúchos; c) bloquear as tentativas de anexação do Uruguai ao território da Argentina. Desse modo, o Brasil se envolveu em conflitos contra Oribe e Rosas (presidentes do Uruguai e Argentina, respectivamente) e contra Aguirre (presidente do Uruguai). Como suposto desdobramento deste último, o Brasil envolveu-se em um conflito com o Paraguai, a chamada Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança.

INTERVENÇÃO CONTRA ORIBE E ROSAS (1851-1852) - Conforme dito, a diplomacia brasileira sempre esteve atenta às dinâmicas geopolíticas da região do Prata, como era o caso da proximidade do Partido Blanco - liderado por Manuel Oribe - com o presidente da Argentina - Juan Manuel Rosas -, que tinha a pretensão de anexar o Uruguai ao seu território. Temendo uma união entre Uruguai e Argentina, o Brasil passou a apoiar o Partido Colorado e, alegando conflitos com estancieiros gaúchos na região da fronteira, invadiu militarmente o Uruguai em 1851. O presidente argentino Rosas viu no conflito uma importante oportunidade para concretizar seus planos de anexar o Uruguai e, por conta disso, manteve seu apoio a Oribe. Contudo, Rosas não esperava que eclodissem revoltas nas províncias de Entre-Ríos e Corrientes. Aproveitando essa vulnerabilidade argentina, as tropas brasileiras, comandadas por Caxias, conseguiram derrotar o presidente uruguai (Oribe) e, ao apoiar as dissidências argentinas, também ajudaram a derrotar o presidente Rosas.

GUERRA CONTRA AGUIRRE (1864-1865) - Os anos 1850 presenciam uma continuidade das hostilidades entre os partidos Blanco e Colorado, ao mesmo tempo em que os conflitos entre fazendeiros gaúchos e blancos uruguaios também continuaram. O governo brasileiro, atendendo às demandas dos estancieiros gaúchos, realizou reclamações ao governo uruguai, que não foram atendidas pelo presidente Aguirre (Partido Blanco). Novamente aliando-se aos "colorados", que agora estavam sob a liderança de Venâncio Flores, as tropas imperiais invadiram o território uruguai por terra e mar em 1864. Um ano depois, após o suporte militar brasileiro, os colorados derrotaram Aguirre e colocaram na presidência Venâncio Flores. Aguirre, derrotado militarmente, solicitou apoio ao presidente do Paraguai, Solano Lopez, desencadeando uma aliança militar que, somado a outros fatores, culminou na Guerra do Paraguai.

GUERRA DO PARAGUAI I - Antes de tratar sobre o conflito, é interessante mencionar que, assim como outros eventos históricos, existem diferentes versões e interpretações a respeito da Guerra do Paraguai,

sendo algumas vinculadas à perspectiva dos “vencedores”²⁴, outras associadas à visão dos “vencidos”²⁵ e, ainda, interpretações relacionadas aos interesses externos. Em relação a esta última – que enfatizava a manipulação inglesa a favor de seus interesses – há o argumento que a principal potência da época não estava interessada no fortalecimento do modelo de desenvolvimento autônomo paraguaio. Produzida nas décadas de 1960 e 1970, essa perspectiva é muito ligada às críticas ao imperialismo produzidas pela esquerda latino-americana, que enxergava os problemas sociais e econômicos do continente como decorrentes quase que exclusivamente desse fenômeno. Sem descartar por completo os interesses externos, perspectivas mais atuais buscam reconhecer as motivações geopolíticas das partes envolvidas no conflito.

GUERRA DO PARAGUAI II - Para as autoridades brasileiras, a Guerra do Paraguai teve início após o aprisionamento, pelo governo paraguaio, do navio brasileiro Marquês de Olinda (1864). Após colecionar atritos diplomáticos e militares, os governos de Brasil e Paraguai romperam relações diplomáticas. Depois disto, os paraguaios avançaram sobre a província do Mato Grosso e sobre a província argentina de Corrientes, tendo como objetivo chegar aos territórios do Uruguai e da Argentina. Sem calcular adequadamente o cenário geopolítico, Solano López foi pego de surpresa com o apoio do Uruguai e da Argentina ao Brasil, que deu origem a Tríplice Aliança. Com a formação dessa aliança, o Paraguai, após ser cenário de cinco anos de conflito, teve grande parte de sua população dizimada e sua economia totalmente destruída. Apesar da vitória, veremos que o conflito teve mais efeitos negativos do que positivos para o Império brasileiro.

EFEITOS INTERNOS - Entre os efeitos internos da Guerra do Paraguai, é possível destacar dois pontos: 1) o aumento da dívida externa brasileira, que necessitou tomar empréstimos no exterior – sobretudo com banqueiros ingleses – para pagar os custos da guerra; e 2) o fortalecimento do exército enquanto instituição, que passou a desempenhar um papel

²⁴ No caso da historiografia brasileira, por muito tempo a guerra foi utilizada para exaltar a capacidade militar brasileira, vangloriar os líderes do exército – principalmente Caxias – e desdenhar a figura de Solano López.

²⁵ Na historiografia paraguaia, a guerra é vista como uma agressão dos vizinhos, que possuíam mais poder econômico e militar, contra um pequeno país recém-independente.

político cada vez mais relevante, bem como começou a defender a causa republicana e o fim da escravidão²⁶.

ABOLICIONISMO

ESCRAVIDÃO - É necessário trazer um dado à tona: entre 1801-1850, ingressaram no país cerca de 1,7 milhões de negros escravizados, o que corresponde a 42% da população total de africanos obrigados a virem para o Brasil desde o século XVI. Em larga medida, isso ocorreu, porque, assim como em Cuba e nos EUA, a escravidão no Brasil passou por uma nova fase, o chamado “novo escravismo” (MAMIGONIAN, 2013). No Brasil, essa nova fase está associada à expansão de novas culturas - sobretudo o café - e a necessidade de mão-de-obra para dar conta dessas novas atividades. Porém, é importante salientar que os negros escravizados eram utilizados não somente nos latifúndios, mas também para serviços urbanos de transportes, comércio nas cidades, serviços domésticos, etc (COTRIM, 2012, p.496). Por conta dessa dimensão, os escravos marcaram em profundidade os costumes, o imaginário, a cultura e até, através de uma intensa miscigenação, o próprio perfil étnico-racial de nossa população (REIS, 1988, p.245).

RESISTÊNCIA NEGRA - Como vocês já sabem, os negros escravizados não foram passivos em meio ao processo de escravidão, organizando formas de resistência como motins, revoltas ou formação de quilombos. Além disso, há estudos que apontam para a existência de negociações - assimétricas - entre as populações escravizadas e os proprietários rurais e as autoridades, constituindo outro elemento de resistência. Desse modo, os negros escravizados no Brasil, ao empreender diferentes formas de resistência, buscavam ou acabar com a sua condição social de escravo ou, pelo menos, atenuar a carga de opressão.

CAMPANHA ABOLICIONISTA - Principalmente após a Guerra do Paraguai, a Campanha Abolicionista (1870-1888) ganhou maior ímpeto, em parte por conta do apoio concedido por parlamentares, imprensa, militares, artistas e intelectuais. Entre alguns intelectuais abolicionistas é possível citar Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Raul Pompeia, Castro Alves, etc. Além disso, os abolicionistas contaram com a pressão internacional - exercida especialmente pelos ingleses - para acabar com o regime de

²⁶ Isso se explica pelo fato de que as tropas brasileiras, em grande parte, eram formadas por escravos negros e homens livres e pobres.

escravidão no Brasil. Por outro lado, é possível citar a criação de duas leis emancipatórias: a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários. Ambas as legislações, contudo, tiveram um alcance limitado, principalmente a Lei dos Sexagenários, tendo em vista que pouquíssimos escravos atingiam a idade de 65 anos.

A ABOLIÇÃO - Após anos de resistência negra, fortalecimento do movimento abolicionista e intensificação das pressões inglesas, a princesa Isabel, regente de D. Pedro II - que estava na Europa para tratamentos de saúde - decretou, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea. Essa lei extinguiu a escravidão por completo no Brasil. Porém, como é sabido, o governo brasileiro pouco ou nada fez para garantir aos ex-escravos oportunidades para esses se inserirem na sociedade, arranjarem empregos e conseguirem uma moradia digna. Naturalmente, a ausência de políticas públicas, somado aos séculos acumulados de escravidão, possuem graves implicações na sociedade brasileira contemporânea. Atualmente, a população negra é a mais atingida pela miséria, pela fome, pela falta de moradia e, não menos relevante, é aquela que possui maiores dificuldades no acesso à educação e saúde. Além disso, os negros no Brasil ainda recebem menores salários e cotidianamente sofrem com a discriminação e o preconceito racial, que ainda impera no país.

CRISE DO IMPÉRIO E FIM DA MONARQUIA

A partir de agora estudaremos os fatores que levaram ao fim do regime monárquico no Brasil, que aconteceu oficialmente em 15 de novembro de 1889, data da proclamação da República. Nesse sentido, abordaremos como as insatisfações de diferentes grupos, curiosamente, convergiram para a instalação da República. De modo geral, observaremos os conflitos da monarquia com a Igreja, o Exército e os grandes proprietários rurais - sobretudo aqueles do Rio de Janeiro -, e, não menos importante, a questão da abolição e o fortalecimento do republicanismo.

ABOLICIONISMO - Apesar de possuírem alcances limitados, as leis emancipatórias - como a Lei do Ventre Livre (1871) - desgastaram as relações entre os proprietários rurais e o Império, visto que os primeiros

sentiram-se “abandonados” pela monarquia. Em outras palavras, os senhores acreditavam que isso tirava a sua força moral, minava sua autoridade e, ademais, concedia aos escravos um suporte legal. Em resumo, os proprietários rurais, que foram o “sustentáculo” do Império durante muito tempo, romperam gradualmente suas relações com a monarquia até a promulgação da Lei Áurea (1888).

CONFLITOS COM A IGREJA - A Igreja Católica, que era a religião oficial do Estado brasileiro, tinha sua autoridade submetida ao Imperador pelo regime do padroado. O papa Pio IX, que condenava as “liberdades modernas”, ordenou que os bispos brasileiros adotassem posturas mais rígidas em alguns temas, como era o caso dos maçons. Seguindo essas ordens, os bispos de Olinda e Belém - D. Vital e D. Macedo, respectivamente - proibiram o ingresso dos maçons nas irmandades religiosas. Apesar de pouco numerosos, os maçons tinham influência nos círculos de poder, o que contribuiu para que D. Pedro II ordenasse a suspensão da punição dos bispos aos maçons. Depois de recusar as ordens do imperador, os bispos foram condenados a quatro anos de prisão. Apesar de perdoados pelo imperador em 1875, esse episódio proporcionou um profundo abalo nas relações entre a Igreja e a monarquia, constituindo um dos motivos para a crise desta última.

CONFLITOS COM O EXÉRCITO - O Exército, que desde a criação da Guarda Nacional (1831) não possuía participação política ativa, passou a se reforçar como corporação após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a realização de reformas nas Academias Militares. Antes mesmo da Guerra, os militares já colecionavam críticas à monarquia, defendendo uma maior ênfase na educação, na indústria, na modernização da infraestrutura e no fim da escravidão. Por outro lado, a Escola Militar da Praia Vermelha, inicialmente criada para os estudos militares, se tornou um centro de estudos de Filosofia, Matemática e Letras (FAUSTO, 2015). Com a influência do positivismo, os oficiais do Exército que frequentavam as Academias cada vez mais se convenciam dos ideais republicanos e das concepções de um projeto de modernização para o país. A partir de 1844, os conflitos entre o Exército e o Império ficaram mais latentes, como quando o então Ministro da Guerra proibiu que os oficiais do Exército dessem declarações públicas sobre política. Em 1887, ocorreu a formação do Clube Militar, que representava uma associação permanente para defender seus interesses. Desde então, a insatisfação militar à propaganda republicana começou a crescer de forma significativa, constituindo outro motivo que explica a fragilização do regime monárquico no Brasil.

AS FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA - Como visto, as forças armadas - e sobretudo o Exército - passaram a influir cada vez mais na esfera política. E esse processo se fortaleceu e recebeu novos contornos no transcorrer do processo histórico brasileiro, evidenciado na participação dos militares na Proclamação da República (1989), no Movimento Tenentista (1922), na Revolução de 30 (1930), na deposição de Vargas (1945), no golpe civil-militar (1964) e etc.

MOVIMENTO REPUBLICANO - Como vocês sabem, as ideias republicanas fizeram parte de inúmeros movimento ao longo da História do Brasil, porém, depois da Guerra do Paraguai, houve uma efetiva estruturação do movimento republicano. Em 1870, os líderes republicanos do Rio de Janeiro lançaram o Manifesto Republicano, que reivindicava o direito de ser “americano”, em alusão ao fato de que, na América, somente o Brasil possuía um regime monárquico (COTRIM, 2012). Os republicanos do Rio de Janeiro, ao contrário dos paulistas - que formaram o Partido Republicano Paulista (PRP) em 1873 -, não conseguiram formar um partido político durante esse período. Em resumo, o republicanismo teve diferenças no que diz respeito às agendas políticas e à representatividade política no plano regional, contudo, é possível afirmar que o crescimento das ideias republicanas constituiu outro motivo para o enfraquecimento do Império.

FIM DA MONARQUIA - O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores, sendo necessário pontuar para vocês que o peso desses fatores não é idêntico (FAUSTO, 2015). Nesse sentido, é possível afirmar que o Exército - sob a liderança de Deodoro da Fonseca e outros oficiais - e a “burguesia cafeeira” foram os atores de maior peso na queda da monarquia. Do primeiro surgiu a iniciativa de se revoltar contra a monarquia e ocupar o quartel-general do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889. Em relação aos cafeicultores, estes possibilitaram à nascente República uma sólida base social de apoio, sobretudo os proprietários de terra que pertenciam ao Partido Republicano Paulista (PRP). Na noite de 15 de novembro, constitui-se o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, que emitiu um comunicado para D. Pedro II, que estava na cidade de Petrópolis, para se retirar do país. Deposto, o Imperador embarcou com o restante da família para a Europa em dezembro, dando início à Primeira República no Brasil.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ Brasil: Uma Biografia. Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. 2015

O livro Brasil: Uma Biografia oferece uma perspectiva muito interessante a respeito da História do Brasil, sobretudo ao dar ênfase a temáticas relativas à formação da sociedade brasileira, não privilegiando apenas a linearidade e a cronologia dos fatos históricos e suas divisões. Em resumo, as autoras analisam uma variedade de temas e questões do processo histórico brasileiro a partir de uma narrativa agradável e com uma linguagem acessível.

Sites:

- ✓ Brasil Monárquico:

<http://www.multirio.ri.gov.br/index.php/busca?mult=&cat=45&tip=&proj=&txt=&ord=>

- ✓ Machado de Assis:

<http://machado.mec.gov.br/>

O site Brasil Monárquico pode ser útil para o complemento dos estudos sobre o Brasil Reinado, tendo em vista que o site oferece pequenos artigos sobre diferentes temas do período.

Apesar de não ter sido possível trazer à tona as obras de Machado de Assis ao longo da apostila, é possível acessar as obras desse importante escritor brasileiro através do link acima.

Filmes e documentários:

- ✓ Mauá: o imperador e o rei. Sérgio Rezende. 1999
- ✓ Era uma vez uma História. TV Bandeirantes. 2017

Apesar de não ter sido possível tratar sobre a trajetória do Barão de Mauá - um dos primeiros empreendedores industriais do Brasil - ao longo da apostila, fica a dica para complementar os estudos sobre aspectos políticos e econômicos do Segundo Reinado.

A TV Bandeirantes lançou esse ano uma série dedicada ao estudo da História do Brasil, denominada “Era uma vez uma História”. A série conta com a participação da historiadora Lilia M. Schwarcz, uma das autoras do livro “Brasil: uma biografia”.

REFERÊNCIAS

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840) In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

BRASIL MONÁRQUICO. A Regência Trina Provisória. 2017a. Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8929-a-reg%C3%AAnica-trina-provis%C3%B3ria> Acesso em 07.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Regência Una de Feijó. 2017b. Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8938-a-reg%C3%AAnica-una-de-feij%C3%BD> Acesso em 07.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Cabanagem: o movimento. 2017c. Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8940-a-reg%C3%AAnica-una-de-ara%C3%BAo-de-lima-2> Acesso em 07.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Revolta dos Malês. 2017d. Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8942-a-revolta-dos-mal%C3%AAs> Acesso em 08.05.2017

BRASIL MONÁRQUICO. A Revolta Liberal de São Paulo. 2017e. Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/8943-a-revolta-liberal-de-s%C3%A3o-paulo>

monarquico/92-governo-pessoal-de-d-pedro-ii/8955-as-revoltas-liberais-de-%C3%A3o-paulo-e-minas-gerais Acesso em 08.05.2017

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2012

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2015.

REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

_____. In: MOTA, Carlos Guilherme. Tiradentes e a Inconfidência Mineira. São Paulo: Ática, 1988.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 422.

SOUZA, Paulo César. A Sabinada. A revolta separatista da Bahia. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz. A liberdade no Brasil oitocentista. Afro-Ásia, n. 48, p. 395-405, 2013.

MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX In GRINBERG Keila e SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PARTE I

HISTÓRIA

08

GRANDES GUERRAS E SÉCULO XIX

meSalva!

GRANDES GUERRAS

E aí galera do Me Salva!, beleza ?

Neste material nós vamos entrar de cabeça em um século de grandes disputas imperialistas, momentos de tensões, crises econômicas cíclicas, revoluções, conflitos e regimes totalitários. Trata-se do período o final do século XIX até 1945. O século XX é considerado por grandes historiadores como a Era dos Extremos e a estudaremos primeira metade dele nesta apostila, então já vai se acostumando com o cheiro de pólvora e com o barulho de tiro, porrada e bomba.

Iniciaremos estudando o contexto da segunda metade do século XIX, caracterizada pela primeira grande crise do capitalismo, a corrida imperialista das grandes potências e o neocolonialismo na África e na Ásia. No segundo capítulo, acompanharemos o passo a passo das unificações tardias na Europa e suas consequências. No terceiro, vamos compreender as causas, as fases, o desfecho e as consequências da Primeira Guerra Mundial. O período entreguerras vem na sequência trazendo a Revolução Russa de 1917, a Grande Depressão de 1929, a ascensão dos regimes nazifascistas na Europa e o clima tenso dos anos de 1930. Por fim, encerraremos analisando a Segunda Guerra Mundial.

Lustra tuas botas, veste teu capacete e vamos em frente! *Blitzkrieg!*

SÉCULO XIX: NEOCOLONIALISMO E IMPERIALISMO

O capitalismo industrial atingiu seu apogeu a partir da segunda metade do século XIX. A Revolução Industrial modificava a sociedade e apresentava como consequência a utilização das máquinas, a divisão do trabalho, a urbanização, a evolução dos transportes e, é claro, o aumento da produção.

Esta produção estava concentrada em grandes indústrias e gerou grande disparidade de renda. Você deve se lembrar que a industrialização da economia europeia deu origem a duas novas classes sociais: a burguesia industrial e o proletariado urbano. A burguesia era formada pelos proprietários das fábricas, das máquinas e dos meios de produção em geral; o proletariado era formado por aqueles que possuíam apenas sua força de trabalho – eram os antigos camponeses que passaram a migrar para as cidades. As condições de trabalho nas fábricas eram marcadas por longas jornadas, baixos salários e péssimas condições de segurança e higiene. Além disso, havia a utilização de mão de obra infantil e feminina que recebia salários mais baixos que os trabalhadores homens.

A partir deste cenário decorreu a primeira grande crise do capitalismo, que teve o seu auge em 1870. De um lado a grande produção industrial e de outro uma massa de assalariados que não tinham condições de consumir esta produção. Quer saber duas consequências disso? Primeiro: muitas fábricas de médio e pequeno porte decretaram falência e fecharam as portas gerando desemprego. Segundo: as grandes indústrias dos centros urbanos europeus iniciaram uma corrida para buscar mercado consumidor fora da Europa.

Após o ano de 1870, para conter a crise, o capitalismo europeu passou por um processo de expansão econômica. Essa fase ficou conhecida como uma etapa imperialista.

O termo imperialista se refere à disputa das grandes potências capitalistas pelo controle econômico e político em regiões não industrializadas. Isso mesmo, a solução para a crise econômica foi dominar outros países e consolidar novas colônias.

NEOCOLONIALISMO

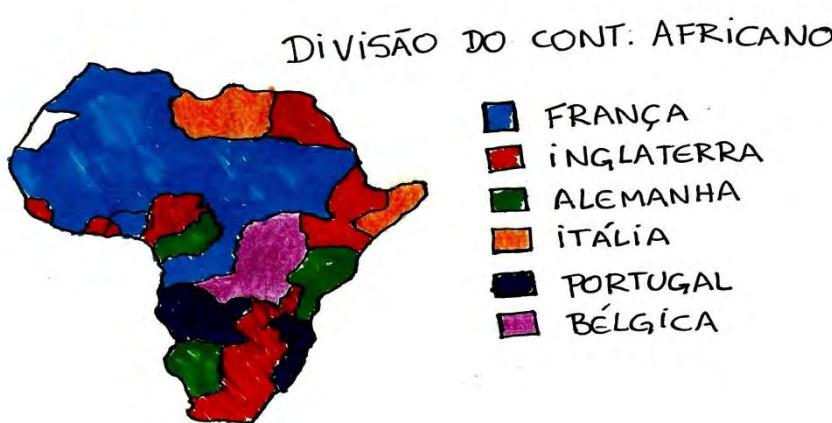
As nações europeias iniciaram uma corrida para conseguir o maior número possível de colônias para manter e expandir o complexo industrial, principalmente na Ásia e na África. O objetivo neocolonial era buscar os 3 Ms. 3 Ms? Sim, se liga nessa:

- Matéria-prima;
- Mão de obra barata;
- Mercado consumidor.

E por que chamamos esse processo de NEOCOLONIAL? É para diferenciar daquele tipo de colonização que ocorreu a partir da expansão marítima nos séculos XV e XVI. No quadro abaixo podemos ver algumas diferenças entre o colonialismo e o neocolonialismo:

	COLONIALISMO	NEOCOLONIALISMO
SEC.	XV AO XVIII	XIX
ECONOMIA	MERCANTILISMO	CAPITALISMO INDUSTRIAL MONOPOLISTA
POTÊNCIAS	ESPAÑA, PORTUGAL, INGLATERRA E HOLANDA	INGLATERRA, FRANÇA, BÉLGICA, ALEMANHA, ITÁLIA E JAPÃO
FOCO	AMÉRICA	ÁFRICA E ÁSIA
OBJETIVO	METAIS, ESPECIARIAS E MÃO DE OBRA ESCRAVA	MATÉRIA-PRIMA MÃO DE OBRA MERCADO CONSUMIDOR

A dominação ocasionada pelo neocolonialismo atingiu seu apogeu nos anos de 1884 e 1885, quando ocorreu a “Conferência de Berlim”, que resultou na partilha da África. Sem dúvidas o continente africano foi o que mais sofreu as consequências da ação exploratória do neocolonialismo. A Conferência de Berlim foi uma reunião internacional em que as potências discutiram um conjunto de regras para a consolidação de novas colônias e a divisão da África. Vamos ver no desenho abaixo a transformação do continente Africano:



A EXPLORAÇÃO NEOCOLONIAL

Conforme vimos nos tópicos anteriores, a expansão territorial está ligada ao domínio econômico de uma nação sobre outra. E como de fato acontecia essa exploração? Se liga nessa! Os colonizadores, ou seja, as grandes nações industrializadas, pagavam preços baixíssimos pelas matérias-primas que abasteciam as indústrias na Europa. E não para por aí. Já falamos que entre os 3 Ms estava a busca por um mercado consumidor, lembra? Pois é, eles vendiam os produtos industrializados a um preço elevado ao mesmo tempo em que proibiam as colônias de desenvolver o setor industrial. Desta forma as colônias da África e da Ásia se mantinham dependentes das matérias-primas exportadas e dos produtos industrializados que consumiam das metrópoles.

Embora a exploração fosse a grande marca do processo neocolonial, o modelo de administração dos territórios variava conforme a realidade de cada território. Vamos analisar as características dos modelos colonial e protetorados:

Modelo Colonial: as colônias eram aqueles territórios que dependiam diretamente da metrópole, ou seja, eram administradas por um órgão responsável pelas decisões políticas e econômicas. No caso francês, eram administradas por um governador-geral, responsável pela atividade colonial. Nas colônias inglesas, a administração ficava a cargo de um Escritório Colonial;

Modelo Protetorado: o modelo de protetorado mantinha certo grau de autonomia. As decisões eram tomadas por líderes locais e passavam por um supervisor que representava a metrópole;

As colônias inglesas eram muitas. É importante gravar que a Inglaterra foi a grande beneficiada da Conferência de Berlim, pois ficou com o maior número de territórios a serem explorados.

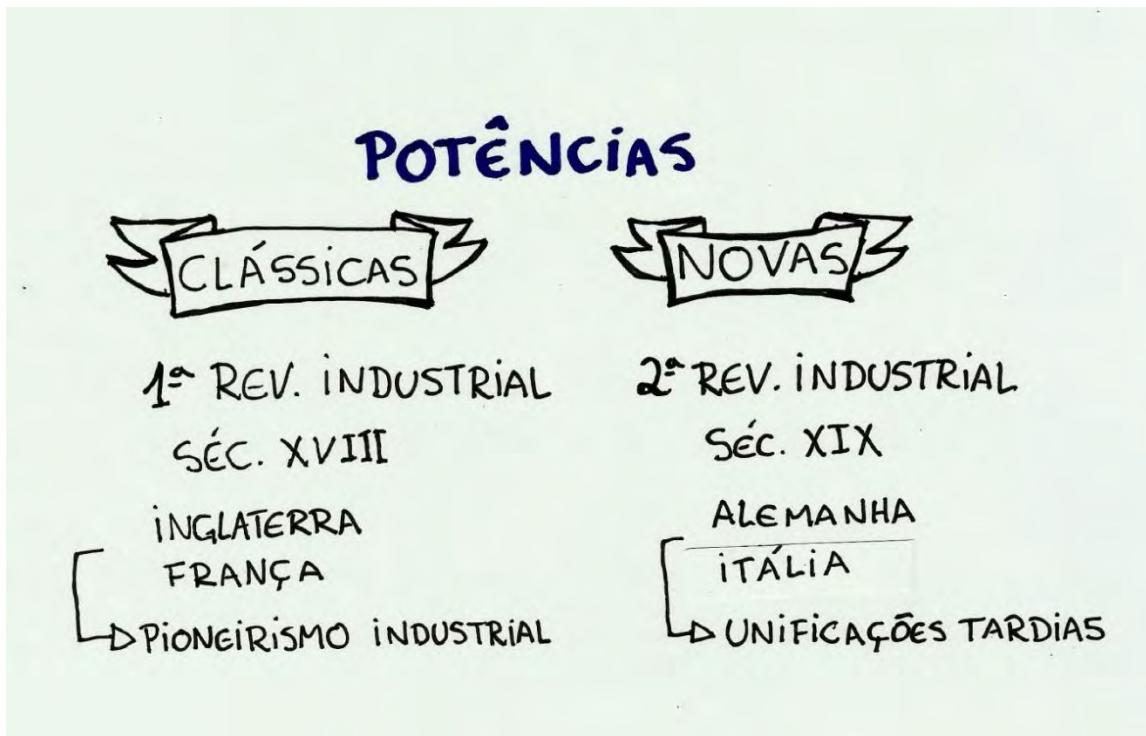
A posse das terras das colônias era concedida aos colonos e a grandes companhias; os primeiros tinham a missão de desbravar o território e fomentar a colonização, e as companhias eram responsáveis pelos grandes empreendimentos de extração de matéria-prima vegetal e mineral. Isso incluía a construção de grandes obras de infraestrutura como portos, estradas e ferrovias. Vale lembrar que estas obras estão relacionadas à segunda etapa da Revolução Industrial.

A penetração colonial gerou rupturas em relação ao sistema vigente anteriormente. A aquisição de terras pelos colonos e empresas se deu pela forma de expropriação e na maioria dos casos os colonos eram submetidos a trabalhos forçados.

É importante pensarmos que todo o processo de dominação territorial e econômica tem como base da imposição um conjunto de ideias que visa legitimar a exploração. No caso do neocolonialismo, a base ideológica para a sua expansão foi a teoria do darwinismo social em alta na Europa do século XIX. Essa teoria compreendia a ideia de que as sociedades poderiam ser classificadas em três estágios: bárbaras, primitivas e civilizadas. Desta forma, os europeus classificavam o continente africano como uma sociedade bárbara e o continente asiático como primitivo. Nessa visão europeia caberia, portanto, uma missão civilizatória da Europa para que os demais continentes alcançassem o estágio de civilização.

OS CONFLITOS ENTRE POTÊNCIAS E AS UNIFICAÇÕES TARDIAS

Nesta conjuntura de corrida em busca de colônias na África e na Ásia ocorreram disputas entre as nações. De um lado estavam as potências clássicas e de outro estavam as chamadas novas potências ou potências emergentes. Vamos observar as características:



A UNIFICAÇÃO ITALIANA

A Itália pré-unificação era constituída em uma região formada por vários reinos governados por monarquias, em sua maioria despóticos e de origem estrangeira. Podemos imaginar que não existia uma Itália nessa época, pelo menos não como a conhecemos hoje. Tratava-se de uma região geográfica que foi dividida

pelo Congresso de Viena em 1814 e, a partir de então, diversas dinastias passaram a exercer o controle da região.

O que foi o Congresso de Viena?

Foi uma reunião diplomática ocorrida na cidade de Viena em 1814 e que contou com a participação das potências que haviam derrotado o projeto expansionista da França de Napoleão.

Qual o objetivo desse Congresso?

Essas potências buscavam restaurar as monarquias absolutistas e redefinir o mapa político Europeu.

Quais eram essas potências?

Áustria, Reino Unido, França, Prússia, Império Russo, Reino da Suécia e outros reinos que formavam o continente Europeu, Reino de Sardenha e Gênova.

Se liga nos tópicos abaixo para entender como estava dividido o território italiano!

- O Reino Lombardo-Veneziano era governado pela família Habsburgo, de origem austríaca;
- Os Ducados de Toscana, Módena e Parma também eram administrados sob influência da Áustria;
- A região de Nápoles, onde se localizava o Reino das Duas Sicílias, era controlada pela dinastia dos Bourbon, descendentes dos reis franceses;
- No Norte localizava-se o Reino de Piemonte-Sardenha, controlado pela poderosa dinastia de Saboia. É importante observarmos que esse reino era o único independente, ou seja, não sofria influências estrangeiras;
- Não podemos esquecer dos Estados Pontifícios, domínio da Igreja e do Papa.

Quanta divisão, né? Achou complicado? Vamos observar o mapa abaixo:



Entendida essa divisão, vamos ao que interessa! O movimento de unificação vai começar.

Nós observamos que o Reino de Piemonte-Sardenha era o Estado mais independente de todos. Outro elemento importante era que ele concentrava grande parte da classe burguesa. Assim, fica claro entendermos que a região norte foi pioneira no desenvolvimento industrial e já contava com centros urbanos maiores os das demais regiões. Era interesse desta burguesia a formação de um mercado nacional para ampliar o consumo de seus produtos, bem como para facilitar as transações comerciais com outras nações que já haviam realizado as suas unificações e formado um Estado Nacional.

O rei Carlos Alberto de Piemonte-Sardenha declarou guerra à Áustria em 1848, antes da luta pela unificação começar de fato, e acabou derrotado. Este fato é importante porque a dinastia de Savoia percebeu a partir de então que era necessário ter um aliado forte para concretizar a expulsão dos austríacos da Itália. Foi sob o comando do rei Vítor Emanuel II, herdeiro do trono de Savoia, que tudo começou. Ele enviou o primeiro-ministro, conde de Cavour, para negociar com Napoleão III o apoio da França ao movimento de unificação.

A guerra teve início em 1859, quando os piemonteses, com apoio da França, conquistaram as regiões de Magenta e Solferino. Não durou muito tempo o apoio da França ao movimento, pois Napoleão III foi pressionado pela Prússia e por Católicos franceses que não viam com bons olhos a causa da unificação da região. Com isso o movimento perde força? Tarde demais, pois uma série de movimentos populares começaram a se espalhar em diversos reinos e o maior deles conseguiu ocupar o Reino das Duas Sicílias. Esse movimento era chamado de “voluntários camisas vermelhas” e foi liderado pelo revolucionário Giuseppe Garibaldi, aquele mesmo que antes disso havia lutado na Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul durante o período regencial. Em 1861 aconteceu a tomada dos Estados Pontifícios e a formação do Reino da Itália. Só faltava, então, anexar as regiões de Veneza e Roma. Vamos analisar o que se passava nessas duas regiões:

- Veneza era protegida pelos Austríacos;
- A França protegia o Papa Pio IX e, consequentemente, Roma.

A tomada de Veneza foi possível porque nesse meio tempo ocorreu uma guerra entre a Prússia e a Áustria e estes foram obrigados a ceder o território. Em 1870, a Prússia entrou em uma nova guerra, agora contra a França. A França convocou às pressas as tropas que ocupavam Roma para o conflito, deixando o caminho livre para os italianos realizarem o “gran finale” de sua unificação.

A UNIFICAÇÃO ALEMÃ

O mesmo Congresso de Viena que havia dividido a região da Itália dividiu também o território alemão em 39 Estados que passaram a formar a Confederação Germânica. Ao contrário da Itália, os Estados que pertenciam à Confederação Germânica eram administrados por dois impérios, o Império da Prússia e o Império Austríaco.

Até aí tudo bem, só que em 1834 a Prússia criou uma política de liberdade aduaneira que ficou conhecida como Zollverein. Boa parte dos Estados participou desse acordo e é claro que a Áustria não só não gostou como também boicotou a associação. Os anos se passaram e lá por volta de 1860 já se notava os resultados da política econômica do Zollverein. As cidades se transformaram em distritos industriais ligados por ferrovias que transportavam minérios, como ferro e carvão, e alimentavam as indústrias siderúrgicas – e as indústrias mecânicas e metalúrgicas, mas tarde. Diante do desenvolvimento industrial da região pertencente à Prússia, a Áustria até tentou rever sua posição e fazer parte da associação, mas já era tarde.

Em 1862 foi nomeado como primeiro-ministro da Prússia Otto Von Bismarck, um fiel defensor dos princípios militaristas e partidário da unificação das duas

regiões. Para que isso viesse acontecer, Bismarck reorganizou militarmente a Prússia, aumentando o efetivo do exército e ampliando o poder bélico.

O processo de unificação da Alemanha passou por três etapas, ou melhor, por três conflitos. Vamos entender cada um deles?

Guerra dos Ducados (1864): a Confederação Germânica – isto é, Prússia e Áustria – conquistaram os ducados de Schleswig e Holstein nesse primeiro conflito. Os dois ducados eram habitados por alemães, mas estavam sob o domínio da Dinamarca, que acabou cedendo a região;

Guerra Austro-Prussiana (1866): os ducados conquistados foram divididos, ou seja, cada lado da Confederação ficou responsável por um. A Prússia ficou insatisfeita com a divisão e declarou guerra à Áustria, que foi facilmente derrotada. A Prússia conseguiu o que queria, ficou com os dois condados e a derrota austríaca resultou na concessão de Veneza à Itália (lembra da unificação italiana?). Outros territórios que pertenciam ao domínio da Áustria aderiram à Prússia, formando a Confederação Germânica do Norte (1867), presidida, é claro, pelo rei da Prússia, Guilherme I;

Guerra Franco-Prussiana (1870): o desenvolvimento econômico da Prússia, somado ao desejo de unificação de todo o território germânico, não foi visto com bons olhos pela poderosa França. Claro, a unificação alemã representava uma ameaça à hegemonia econômica e militar francesa na Europa Continental. Napoleão III bolou um plano diplomático para intervir na região, de maneira bem-educada e tranquila solicitou à Prússia que os territórios do Sul não fossem unificados com o norte, pois o sul deveria ser concedido para a área de influência francesa. É claro que Guilherme I e Bismarck usaram essa proposta para unir todas as regiões germânicas contra o inimigo.

A guerra ainda não tinha começado, faltava um estopim. Em 1870 o trono da Espanha tinha vagado por causa de uma revolução interna e a sucessão foi oferecida a Leopoldo de Hohenzollern, príncipe parente do rei prussiano Guilherme I. Napoleão III pulou de raiva e exigiu à retirada da candidatura, mas a exigência não foi atendida. Agora temos o estopim; a França declarou guerra.

O poderoso exército de Bismarck estraçalhou o exército imperial francês e fez de Napoleão III seu prisioneiro. No ano de 1871, Guilherme I foi proclamado imperador da, agora unificada, Alemanha. O ponto mais importante dessa história ocorreu com o Tratado de Frankfurt, que foi um acordo de paz após o conflito. A França, além de pagar uma amarga indenização, foi obrigada a ceder o território de Alsácia-Lorena, rico em jazidas minerais, para a Alemanha. Esse fato fomentou o revanchismo francês e se constituiu em um dos principais motivos para o estopim da Primeira Guerra Mundial.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Antes de analisarmos os conflitos e o desenrolar da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), vamos fazer um panorama do que já estudamos até aqui para conhecermos e esquematizarmos as causas deste terrível e grande confronto.

Já vimos que as grandes potências europeias estavam em uma acirrada corrida imperialista que objetivava a conquista de novas colônias na África e na Ásia. Essa exploração colonial ampliou os lucros e a concentração de capitais que contribuíram para a formação de grandes cartéis e trustes.

CARTEL: grandes empresas que produzem mercadorias semelhantes e elaboram acordos para estipular preços e dominar mercados evitando concorrência.

TRUSTE: fusão de diversas empresas em uma única organização. Geralmente são constituídos de empresas que se envolvem no mesmo ramo do processo de produção, ou seja, da produção de matéria-prima até a finalização do produto industrializado.

Vimos também que surgiram algumas divergências nessa disputa por colônias e mercados. Essas disputas econômicas, somadas aos nacionalismos europeus que surgiam em função dos conflitos e pequenas guerras neste território, foram as grandes causas da Primeira Guerra Mundial. As potências clássicas e as novas potências organizaram-se em dois blocos, que se engajaram em uma corrida armamentista: Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) e Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália). A causa mais imediata do confronto foi o assassinato do herdeiro do trono da Áustria, o arquiduque Francisco Fernando, em 1914, na Bósnia (região dos Balcãs). Detalhe: o território se constituía em área de influência da Áustria, mas era pretendida pela Sérvia, aliada da Rússia. Para entendermos melhor, vamos observar o quadro abaixo:



AS FASES DA GUERRA

O clima esquentou com o assassinato do arquiduque:

- A Rússia mobilizou seu exército e avisou que estava pronta para encarar qualquer conflito;
- A Alemanha, em resposta, declarou guerra contra a Rússia e a França e invadiu a Bélgica;
- A Inglaterra declarou guerra à Alemanha;
- O Império Austro-Húngaro fechou com a Alemanha e também declarou guerra à Rússia.

A partir destes acontecimentos o mundo passou a viver o maior conflito já visto até então. Vamos observar as etapas desta grande guerra:

Primeira Fase (1914): muitos historiadores caracterizam essa fase como sendo uma guerra de movimentação, porque diversas batalhas ocorreram a partir da rápida movimentação dos exércitos das grandes potências. Foi nessa fase que a Alemanha lançou a ofensiva contra a Bélgica e conseguiu invadir o Norte da França. Só o Norte? Sim, os franceses contaram com o apoio da Inglaterra e conseguiram se reorganizar. Os russos também tentaram invadir a Prússia, aliada da Alemanha,

mas acabaram derrotados. Desta fase podemos concluir que ambos os lados obtiveram vitórias e derrotas, caracterizando um equilíbrio de forças;

Segunda Fase (1915-1916): o equilíbrio demonstrado na fase anterior resultou na chamada guerra de trincheiras. Trincheiras eram valas profundas escavadas no chão e que contavam com túneis com quilômetros de extensão. Elas protegiam as tropas dos ataques inimigos. Nesta fase as indústrias das potências envolvidas desenvolveram diversos instrumentos de guerra para abastecer as frentes, como a metralhadora e o gás mostarda. Isso representou grande perda de contingentes de soldados por ambos os lados. Outro ponto importante dessa fase ocorreu quando a Itália rompeu com a Alemanha e passou a apoiar a Tríplice Entente. É claro que o país recebeu a promessa de aquisição territorial em colônias alemãs, caso esta fosse derrotada;

Terceira Fase (1917-1918): o ano de 1917 foi decisivo, pois aconteceram alguns fatos de grande importância para os rumos do conflito. Vamos entendê-los:

- A Rússia era castigada, além de sua estrutura atrasada, por uma grave crise econômica decorrente da baixa produção de alimentos durante a guerra. Internamente o país passou por um processo revolucionário em 1917, ao destituir o czar Nicolau II e levar ao poder os comunistas organizados, sob a liderança de Lenin, do Partido Bolchevique. Os revolucionários assinaram um tratado de paz com a Alemanha e se retiraram da guerra;
- Ao mesmo tempo em que a Entente perdeu um grande aliado, ganhou outro. Os Estados Unidos da América entraram na guerra devido às parcerias comerciais com as potências clássicas da Europa e contribuíram para desequilibrar o conflito.

A guerra chegou ao final no ano de 1918. As linhas da Alemanha com os demais países da Tríplice Aliança foram interrompidas e forçaram os alemães a recuarem. A Itália derrotou as tropas da Áustria e impôs um tratado de paz. Era o fim: os oficiais do exército alemão informaram que ganhar a guerra era impossível e a culpa dos conflitos caiu sobre Guilherme II, forçado por uma rebelião interna a abdicar o trono. A Alemanha virou uma República nesse processo, a República de Weimar, e foi obrigada a aceitar todas as imposições dos Aliados.

O DESFECHO E AS CONSEQUÊNCIAS

Os países que integravam a Tríplice Entente elaboraram uma série de tratados que visavam penalizar as nações derrotadas. Esses tratados foram elaborados em Paris e, é claro, não contou com a presença da maior derrotada, a Alemanha. Vamos ver os dois principais tratados?

Tratado de Versalhes: este foi o principal deles, pois impôs à Alemanha diversas penalidades. A primeira delas foi ter que ceder a região da Alsácia e Lorena à França e mais outros territórios à Bélgica, Polônia e Dinamarca. As colônias foram entregues à Inglaterra, Japão, Bélgica e França. Além disso, a Alemanha assinou a responsabilidade pelos prejuízos da guerra, sendo obrigada a pagar elevadas indenizações às nações vitoriosas;

Tratado de Saint-Germain: proibia a Áustria de se aliar à Alemanha.

O fim dos conflitos da Primeira Guerra Mundial está intimamente ligado aos motivos que deram origem à Segunda Guerra Mundial. Alguns historiadores até argumentam que são duas fases de um mesmo conflito. Vamos observar que a Alemanha não só saiu derrotada, mas foi obrigada a assinar tratados que representavam perante ao mundo uma grande humilhação. No chamado período entreguerras (1918-1939) a Alemanha vivenciou a ascensão de um forte movimento nacionalista, liderado por Adolf Hitler, que tinha como objetivo desenvolver uma política revanchista de expansionismo militar e que pregava a supremacia da raça ariana. Vamos analisar isso mais adiante.

PERÍODO ENTREGUERRAS

A REVOLUÇÃO RUSSA

Falamos que a Rússia se retirou da guerra no ano de 1917 devido a um conflito interno que repercutiu no mundo inteiro. Vamos analisar esse longo processo.

Antes da revolução de 1917, a Rússia era governada por um poder absoluto exercido por um imperador, o Czar Nicolau. A estrutura social e econômica do país era essencialmente agrária e atrasada, ou seja, 85% da população vivia no campo. A partir desta realidade, existia uma nobreza proprietária das terras e uma massa de camponeses que viviam em péssimas condições, sujeitos ao frio, fome e doenças.

As condições de trabalho no campo eram atrasadas, ainda se usavam instrumentos medievais de colheita e pouca tecnologia. Existiam algumas indústrias nas cidades, mas estavam nas mãos das grandes potências como Inglaterra, Alemanha e Bélgica. O modo de vida dos operários urbanos não se diferenciava dos camponeses. Em resumo, o sistema russo era marcado pela desigualdade social extrema e pelo autoritarismo com que governavam os Czares.

1905: “ENSAIO GERAL”

O agravamento dos problemas iniciou quando a Rússia perdeu a Guerra Russo-Japonesa para o Japão (óbvio que Russo-Japonesa seria contra o Japão, né?). Os problemas que já eram graves passaram a ser gravíssimos e o descontentamento com o imperador passou a ser geral. Surgiram diversos movimentos grevistas e o maior deles aconteceu em um domingo de janeiro de 1905. Os revoltosos pretendiam entregar ao Czar um documento que continha as reivindicações dos grevistas – e é claro que a recepção não foi das melhores. A galera foi recebida com nada mais nada menos que tiros de fuzis. Não é à toa que esse episódio ficou conhecido como “Domingo Sangrento”. O grande líder da revolução que iria explodir em 1917, Vladimir Lenin, se referiu ao acontecimento como o ensaio geral da revolução.

Para tentar melhorar sua imagem, o Czar criou a Duma, que deveria funcionar como um parlamento para representar os setores descontentes. É claro

que isso era só fachada, pois ele exercia total controle e pressão sobre a assembleia recém-criada.

A OPOSIÇÃO

Após 1905, as greves e as manifestações de camponeses e operários começaram se tornarem corriqueiras. A partir da organização política dos movimentos de oposição ao regime czarista surgiu o Partido Social Democrata Russo, que contava com duas alas internas. Eram elas:

Mencheviques: termo que significa “minoria”. Defendiam o amadurecimento do capitalismo na Rússia contra a política absolutista dos Czares. Acreditavam no papel da Duma na realização de reformas, visando uma transição lenta e pacífica para o socialismo;

Bolcheviques: Termo que significa “maioria”. Tinham forte influência das teorias do socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels. Defendiam a aliança entre operários e camponeses para a derrubada do Czar, bem como a implantação de um modelo socioeconômico socialista.



A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO (1917)

Em uma manifestação em março de 1917, os soldados do exército russo se recusaram a seguir as ordens do Czar, não fazendo nada para reprimir o movimento. Sem as forças armadas, o Império russo perdeu sua força política, abrindo caminho para a primeira fase da revolução, que ficou conhecida por diversos nomes: Revolução de Fevereiro, Revolução Branca ou Revolução Burguesa. Uma nova estrutura política se formou após fevereiro; o Czar abdicou do trono, a Duma conquistou autonomia política e surgiram os Soviets, uma espécie de conselhos formados por trabalhadores urbanos, camponeses e soldados. Até aqui estava indo tudo bem, mas o governo provisório, liderado pelo Ministro de Guerra, Kerensky, cometeu um grave erro ao decidir manter o país na Primeira Guerra Mundial e, ainda, preparar uma ofensiva contra a Áustria-Hungria.

Agora vamos pensar juntos: os camponeses, que já passavam por inúmeras dificuldades, foram recrutados pelo exército durante a guerra. Isso significava queda na produção e o agravamento da fome e da miséria, afastando as massas do governo provisório.

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1917)

Com a permanência da Rússia na guerra, os bolcheviques não demoraram a organizar a oposição para uma nova tomada do poder. O principal líder dos bolcheviques, Vladimir Lenin, havia voltado do exílio (fora expulso pelo Czar) e defendia os interesses das camadas mais pobres no processo revolucionário. Entre fevereiro e setembro de 1917, os bolcheviques conquistaram maioria absoluta nos sovietes e passaram a organizar uma insurreição sob o lema “Todo poder aos Soviets!”. Lenin foi um dos principais revolucionários do século XX, pois conciliou a teoria marxista à prática revolucionária e escreveu inúmeras obras como “O Estado e a Revolução” e “Que fazer?”.

O principal Soviete era o de Petrogrado, onde se localizava a maior concentração de operários. Nessa altura do campeonato, apesar da forte repressão às manifestações, os bolcheviques contavam com mais de 200 mil partidários que ocupavam espaços de liderança nas fábricas e nos conselhos.

O fracasso da invasão à Áustria-Hungria levou os bolcheviques a tomarem pontos estratégicos de Petrogrado e, consequentemente, a chegarem ao poder. Kerensky, sem apoio dos soldados, foi obrigado a fugir. A revolução dos bolcheviques convocou um grande Congresso, instituindo o Conselho de

Comissários do Povo como poder central da Rússia. Vamos observar as primeiras medidas do Conselho:

- Retirada da Rússia da guerra; um tratado de paz com a Alemanha foi assinado;
- Fim definitivo do poder dos Czares e do Antigo Regime;
- Substituição da propriedade rural privada para o controle de comitês agrários sob controle dos camponeses;
- As fábricas passaram a ser controladas por conselhos de trabalhadores;
- Criação da Guarda Vermelha, o braço armado de defesa do regime.

As medidas tomadas pela revolução geraram descontentamento em setores ligados ao Antigo Regime, que passaram a formar o Exército Branco. Antigos oficiais do exército do Czar e proprietários, com ajuda de tropas dos países europeus, organizaram uma insurreição que durou três anos, a chamada Guerra Civil. Nesse conflito, os revolucionários bolcheviques conseguiram reorganizar o exército russo a partir da criação da Guarda Vermelha, sob a liderança de Léon Trotsky. Trotsky foi um dos principais líderes bolcheviques; era um intelectual e teórico autor de inúmeras obras que se revelou um estrategista militar ao liderar a derrota do Exército Branco.

A Guerra Civil gerou inúmeros problemas para a revolução: queda da produção, fome e declínio do comércio. O governo, então, lançou duas medidas, uma econômica e outra política:

NEP (Nova Política Econômica): foi um plano econômico que consistiu em um recuo tático na implantação do modelo socialista de produção. Para promover investimentos nos setores mais importantes da economia, foi permitido a pequena propriedade privada e alguns investimentos estrangeiros. Dessa forma, ocorreu a importação de maquinário e os investimentos estatais concentraram-se na produção de energia e de matérias-primas. Os camponeses passaram a se organizar em grandes cooperativas com metas de produção. No pensamento de Lenin, essa política significava um passo atrás para no futuro dar dois adiante. Os resultados econômicos da NEP foram positivos, a produção agrícola e industrial cresceu e o comércio apresentou melhorias;

URSS: quando aconteceu a revolução, em 1917, os diversos Estados que integravam o grande Império Russo acabaram se separando devido à instabilidade do processo. Em 1922, essas regiões passaram novamente a integrar a Rússia e formaram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As frações dos bolcheviques que após a vitória da revolução de 1917 haviam criado o Partido

Comunista de Toda a Rússia, com a fundação da URSS modificaram o nome para Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

STALINISMO

Com a morte de Lenin, no ano de 1924, teve início uma disputa interna no PCUS. Dois líderes importantes da revolução e muito próximos de Lenin passaram a disputar a liderança do partido para conduzir os rumos da União Soviética. Os dois líderes eram Joseph Stálin e Léon Trotsky (aquele mesmo da Guarda Vermelha), cada um com visões táticas diferentes: Stálin acreditava que primeiro deveria ocorrer a consolidação e o fortalecimento do socialismo na União Soviética para depois exportá-lo para outros países. Já Trotsky era adepto da Teoria da Revolução Permanente, ou seja, segundo ele, a URSS deveria incentivar as revoluções socialistas em todos os países.

Joseph Stálin venceu a disputa e deu início ao período conhecido como “Stalinismo”, que durou de 1928 até 1953. Esse nome faz referência ao seu apelido, Stalin, que significa “homem de aço”. Nesse período, a URSS passou elaborar um projeto de desenvolvimento a longo prazo; surgiram os planos quinquenais (metas de produção a cada cinco anos) e o incentivo à indústria.

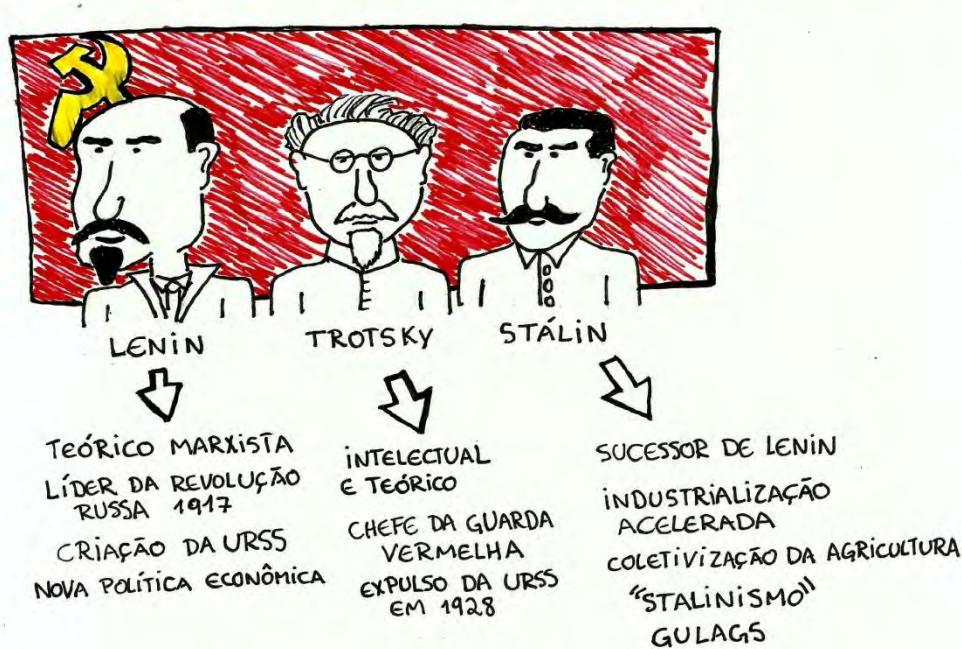
Na agricultura, o governo criou fazendas coletivas (Kolkhozes) e estatais (Sovkhozes), onde os camponeses vendiam a produção a preço de custo para o Estado e ficavam com parte do excedente.

O planejamento econômico estatal focou na construção de grandes obras de infraestrutura e no estímulo às indústrias de aço, petróleo, bélica, maquinários e de energia. Com isso, a URSS viveu nas décadas de 1930 e 1940 um processo de industrialização acelerada, tornando-se uma grande potência no período entreguerras.

A economia planificada era caracterizada pela produção padronizada conforme as necessidades básicas da população. Desta forma as lojas eram estatais e havia pouca variedade de produtos.

Vale lembrar que esse processo de industrialização não ocorreu de forma pacífica; o governo utilizou forte repressão e **perseguição aos opositores**. Eram considerados traidores todos aqueles que teciam críticas ao modelo de coletivização da agricultura, à burocracia estatal e ao centralismo político. Um dos mais famosos perseguidos foi León Trotsky que, por construir um movimento contra Stalin, acabou expulso da URSS e assassinado no México em 1940. Outro elemento

que marca a forte repressão eram as prisões dedicadas ao trabalho forçado, conhecidas como Gulags.



Precisamos entender que Revolução Russa de 1917 é tão importante quanto a Revolução Francesa para compreendermos a contemporaneidade. Tratou-se da construção da primeira experiência socialista da história e a partir dela toda a Europa passou por um processo de grande transformação.

OS ESTADOS UNIDOS E A CRISE DE 1929

Durante a Primeira Guerra Mundial, os EUA viveram um crescimento econômico extraordinário. Isso porque o país era o principal parceiro comercial da Europa, que apresentava queda de produção durante a guerra. Dessa forma, não só assumiram a liderança econômica mundial no pós-guerra, como também atingiram um estágio de prosperidade durante a década de 1920. Vamos pensar juntos: se a Europa estava arrasada economicamente, quem abastecia o seu mercado? A indústria norte-americana.

É nesta década de 1920 que os Estados Unidos disseminam o seu “American way of life” (estilo de vida americano), que consistia em uma produção em larga escala para o consumo em massa. Nesse modelo, o consumo de bens industrializados como carro próprio, eletrodomésticos, comida enlatada e refrigerante significava a felicidade da família norte-americana.



Porém, essa era de ouro teve o seu declínio no final da década. Durante toda a década de 1920, a Europa foi reconstruindo sua economia e recuperando seus índices de produção. Com isso, a importação de produtos americanos baixou e o acúmulo de estoque nas indústrias americanas foi inevitável. A situação agravou-se com a demissão de trabalhadores, queda na produção e falências. Mas tudo iria piorar em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Isso ocorreu porque diversos acionistas venderam suas ações na Bolsa, provocando uma queda assustadora dos preços. Estes foram os anos da Grande Depressão, quando muitas fábricas e bancos foram à falência e o desemprego atingiu milhares de trabalhadores.

As medidas para superar a crise foram tomadas pelo presidente Franklin Roosevelt, eleito em 1932. Seu governo elaborou o *New Deal* (Novo Acordo), que se constituía em um plano de recuperação econômica inspirado nas ideias do economista John Maynard Keynes. Vamos observar alguns pontos do plano:

- Empréstimos para o setor produtivo quitar as dívidas;
- Construção de obras de infraestrutura (pontes, estradas, rodovias, etc.) para gerar empregos;
- Controle dos preços dos produtos pelo governo;
- Estímulo ao aumento do consumo a partir de vendas a prazo.

A partir deste plano, os Estados Unidos estimularam o mercado interno e conseguiram superar a crise e a Grande Depressão. Outro ponto importante é que este modelo introduziu o modelo de bem-estar social nos EUA, também implantado em diversos países da Europa.

TOTALITARISMO: O NAZIFASCISMO

Você já parou para imaginar a situação da Europa após a Primeira Guerra Mundial? A indústria europeia estava arrasada, a produção rural estagnada e a fome e a miséria se espalhavam pelo continente. Descontentes com os regimes democráticos, a resposta de boa parte da Europa à crise se deu com a ascensão de regimes totalitários. A crença de que só um governo forte, militarizado e sob comando de um líder carismático poderia reorganizar o país ganhou força em países como Alemanha, Itália, Espanha e Portugal. Vamos analisar esse trecho da reflexão do historiador Eric Hobsbawm sobre o surgimento dos regimes totalitários:

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com revolução social, mas não de fato com posição de realizá-la.

Podemos perceber outro elemento importante: no leste Europeu se consolidava uma alternativa ao capitalismo, era a ascensão da organização do movimento operário nos sovietes russos, a chegada dos bolcheviques ao poder, a formação da União Soviética e a sua industrialização acelerada. Essa ascensão das ideias marxistas, como alternativa à democracia liberal em crise, era vista como ameaça aos valores tradicionais em países como Alemanha e Itália.

Desta forma, podemos definir a conjuntura europeia no período entreguerras como uma era de extremos. De um lado havia uma esquerda representada por sindicatos de trabalhadores, partidos comunistas e movimentos anarquistas; de outro, movimentos de direita ultranacionalistas, conservadores, representados pelo Partido Nazista na Alemanha e o Partido Fascista na Itália. Vamos observar as características do nazismo e do fascismo?

Nacionalismo e Militarismo: exaltação dos símbolos e valores da pátria e de um Estado voltado para a defesa e a guerra. Em consequência disso, na Alemanha, diferente da Itália, surgiu a política de supremacia e dominação da “raça ariana” sobre aos povos considerados inimigos, como os judeus, asiáticos, russos e latinos. Decorre também a política expansionista, que visou reconquistar os territórios perdidos durante a Primeira Guerra.

FASCISMO NA ITÁLIA

O grande líder do fascismo, Benito Mussolini, ex-combatente da Primeira Guerra, recebeu apoio de grandes industriais e proprietários para a chegada ao poder. Em 1922, o movimento fascista se organizava em um grupo paramilitar (grupo civil armado) chamado “camisas negras”. Era comum ocorrerem confrontamentos dos Camisas Negras com os membros do Partido Comunista Italiano em manifestações de rua e greves operárias. Em outubro deste ano, os fascistas realizaram a “Marcha sobre Roma” e conseguiram ocupar a cidade sem reação da polícia e do governo. Sob regime de monarquia parlamentarista, Mussolini foi convidado para compor o ministério do Rei Vitor Emmanuel III, momento em que conquistou forte apoio da sociedade italiana.

Nas eleições de 1924, o Partido Fascista conquistou $\frac{3}{4}$ da votação no pleito eleitoral, alcançando a maioria das cadeiras do parlamento. Em 1925, consolidou-se o novo regime. A constituição foi reformada. Foram dissolvidos o Senado, a Câmara e o primeiro ministro. Mussolini recebeu o título de Duce, tornando-se ditador absoluto da Itália.

NAZISMO NA ALEMANHA

Como já vimos, a ascensão do nazismo na Alemanha resultou da crise econômica do pós-guerra, da reação ao crescimento das ideias marxistas e do sentimento nacionalista e revanchista devido à humilhação do país com o Tratado de Versalhes.

A primeira tentativa de chegar ao poder foi através do Putsch, em 1923, que foi uma espécie de manifestação paramilitar na cidade de Munique. Na ocasião, o líder do movimento, Adolf Hitler, acabou preso e condenado a cinco anos de prisão. Na prisão, escreveu sua principal obra: "Mein Kampf" (Minha Luta), na qual divulgou as ideias políticas e filosóficas que serviram de base para a doutrina nazista.

O crescimento do Partido Nazista era acelerado tanto nas ruas como nos pleitos eleitorais no final da década de 1920 e início de 1930. As reuniões do partido se constituíam em paradas militares abertas, com uma militância uniformizada que exaltava o "grande líder" Adolf Hitler.

Nas eleições de 1933, Hindenburg venceu Hitler por uma margem apertada de votos, mas a popularidade do líder nazista não parava de crescer. Segundo o próprio presidente alemão, era impossível governar sem ou contra Hitler. Nas eleições para o parlamento, os nazistas obtiveram 44% dos votos. Foi então que Hitler foi nomeado chanceler do governo. Em 1934, Hindenburg faleceu e novas eleições não aconteceram. Hitler acumulou os cargos de chanceler e chefe de Estado, tornando-se o Führer (condutor). Iniciava, assim, o totalitarismo na Alemanha.

A política nazista se voltou para a perseguição política aos adversários; foram proibidos os sindicatos, as greves e o Partido Comunista alemão. Os estrangeiros, principalmente os judeus, passaram a ser responsabilizados pela corrupção e pela crise econômica e, portanto, foram perseguidos pelo regime. Com o incentivo à qualidade técnica dos operários, a produção industrial da Alemanha acelerou nas áreas de produtos químicos, têxteis e principalmente na produção de armas. Em 1939, a economia da Alemanha já era a segunda do mundo e o país estava



preparado para realizar uma política expansionista e dar sustentação a uma nova guerra.

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Com o término da Primeira Guerra, acreditava-se que a recém-criada Liga das Nações (1919) seria responsável pelo fim dos conflitos bélicos ao propor diálogo internacional. Estavam todos equivocados. O período entreguerras (1918-1939) se demonstrou um estágio de preparação para um novo conflito bélico mundial. Vamos analisar a conjuntura: forte unidade entre Inglaterra e França firmando poder hegemônico sobre as questões diplomáticas e econômicas na Europa. A Alemanha militarizada buscando expansão territorial e revanche da humilhação sofrida pelo Tratado de Versalhes. A URSS consolidando um modelo alternativo ao capitalismo e influenciando movimentos operários e revoluções sociais para além do seu território. Os EUA conquistando status de primeira economia do mundo e postura de neutralidade. O clima era de hostilidade por todos os lados.

O primeiro ensaio da Segunda Guerra se deu na Espanha, quando a Itália e a Alemanha apoiaram o general Francisco Franco na luta contra o governo em vigor, formado por forças de esquerda. Nesse conflito, os alemães e italianos testaram seu poder bélico ao utilizar armamentos, tanques e aviões. A Guerra Civil Espanhola durou de 1936 a 1939, quando o general Franco tomou o poder e implantou um regime próximo ao fascismo de Mussolini. A formação do bloco internacional nazifascista iniciou também com Guerra Civil Espanhola, em 1936, quando foi acordado o Pacto Anti-Komintern (Anticomunista), assinado por Alemanha, Itália e o Japão, para evitar que a revolução bolchevique se espalhasse. Nascia, assim, o Eixo.

BLITZKRIEG: AVANÇO DO EIXO

O plano de expansão da Alemanha fundamentado na “doutrina do espaço vital” visava à integração das comunidades alemãs espalhadas pela Europa como Áustria e os Sudetos (região da Tchecoslováquia) e também a conquista da Polônia e Ucrânia. O plano foi calculado por etapas que começaram a ser cumpridas em 1938, com a anexação da Áustria, processo conhecido como Anschluss. Em seguida reivindicou a anexação dos povos germânicos que viviam nos Sudetos. A Conferência de Munique foi realizada neste mesmo ano para evitar futuros conflitos.

Nesta reunião, Inglaterra e França defenderam posições de apaziguamento e – sem interferir – aceitaram a Anschluss e a anexação dos Sudetos.

Em 1939, Hitler e Stalin assinaram um pacto de não agressão entre Alemanha e URSS. Com isso, ambas as nações ganharam tempo para se preparar para futuros confrontos que pareciam inevitáveis. Na sequência, a Alemanha invadiu a Polônia, que não teve chances de resistir ao poderio bélico do inimigo. Detalhe importante: a Polônia era aliada da Inglaterra, que era aliada da França! Por obviedade, as duas potências, que tinham adotado posições pacíficas até então, declararam guerra à Alemanha e, assim, começou a Segunda Guerra Mundial.

A Alemanha não parou por aí. O exército adotou a tática da Blitzkrieg (ataque-relâmpago), que consistia em ataques fulminantes por todas as frentes possíveis e atacou a Noruega, Bélgica, Holanda, Dinamarca e parte da França. Achou pouco? Tem mais: a Alemanha auxiliou a Itália na invasão à Grécia e aproveitaram a oportunidade para dominar a Iugoslávia. O bonde do Eixo Roma-Berlim-Tóquio (Itália-Alemanha-Japão) estava formado.



REAÇÃO DOS ALIADOS

O exército alemão tentou invadir o território inglês, mas foi derrotado e perdeu boa parte de sua força área. Surpreendido na Inglaterra, Hitler se voltou contra a URSS, quebrando o pacto de não agressão.

Ocorreram dois fatos importantes em 1941: a invasão da Alemanha na URSS e o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. Os EUA eram até então, nas palavras do presidente Franklin Roosevelt, o “arsenal das democracias”, pois davam auxílios econômicos e militares aos parceiros da Inglaterra e França. Outro bonde então se formou, o dos Aliados (Inglaterra, França, URSS e EUA).

A invasão do exército alemão na URSS foi cruel e implacável. A partir desse momento já podemos falar em “Guerra Total”, que significa que os conflitos se estenderam a todos os recursos, isto é, contingentes humanos de soldados e também civis, setor industrial, agrícola e tecnológico. Todos os setores estavam mobilizados para a guerra. A ordem da Alemanha era a invasão para a destruição de tudo e de todos. No início, a invasão se deu por três rotas, em direção ao norte para ocupar Leningrado, ao sul para controlar os campos e destruir a produção agrícola e ao centro para invadir Moscou. Antes de cada rota chegar ao destino, Hitler ordenou que todas as fileiras se reunissem para atacar Moscou. A resistência dos soviéticos foi bem-sucedida em Moscou. A opção foi marchar para Stalingrado, que era a região mais industrializada da URSS. Ao chegar na cidade, as tropas nazistas foram cercadas pelo exército soviético, que conseguiu bloquear as rotas invadidas e evitar a chegada de reforços alemães. Era o cerco de Stalingrado e a rendição do exército alemão. Podemos perceber que a Batalha de Stalingrado e a virada Soviética foram decisivas para o declínio do Eixo e o desfecho da Segunda Guerra.

Percebemos que os Aliados viraram o jogo a partir de 1942 e o Eixo passou a acumular derrotas. Em 1943, o exército alemão foi recuado pelo exército soviético até Berlim. Em 1944, os Aliados desembarcaram na Normandia, costa norte da França, para expulsar as tropas do Eixo. Era 6 de junho e o dia ficou conhecido como Dia D, de decisivo. A missão foi bem-sucedida e a Alemanha e a Itália sofreram novas derrotas, agora pela frente ocidental. Ainda em 1944, ocorreu a “libertação de Roma” e Benito Mussolini tentou escapar. Antes que o líder conseguisse fugir de fato, grupos antifascistas italianos o capturaram e fuzilaram em praça pública. Em 1945, as forças soviéticas e americanas encravaram o exército nazista e ocuparam a Alemanha. Em 7 de Maio, a Alemanha rendeu-se por definitivo e Adolf Hitler cometeu suicídio.

Faltava ainda o Japão. Os EUA e a Inglaterra ocuparam a região em 1945, após a realização dos bombardeios atômicos nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Era o fim do Eixo e, consequentemente, o fim da Segunda Guerra Mundial.

O DESFECHO

Conferência de Ialta: os Aliados reuniram-se em Ialta, na URSS, para redefinir o mapa mundial no pós-guerra. A Alemanha foi dividida em zonas de influência da Inglaterra, EUA e URSS;

Conferência de Potsdam: a Alemanha rompeu com o nazismo e, sob acordo com os Aliados, criou-se o Tribunal de Nuremberg para julgar os crimes de guerra.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a humanidade pensou que iria viver tempos de paz e tranquilidade. Doces ilusões: as duas grandes potências vencedoras do conflito, EUA e URSS, iriam iniciar um novo tipo de conflito mundial. De 1945 até 1991, o mundo viveu o período da chamada Guerra Fria. Mas isso fica para outro momento. Até a próxima!

PARA SABER MAIS!

Filmes e documentários:

Redescobrindo a Segunda Guerra. *National Geographic*, 2009.

Série de 6 episódios sobre o grande conflito mundial denominado Segunda Guerra Mundial. Você encontra fácil no Youtube!

O Grande Ditador. Charles Chaplin, 1940.

O filme é uma comédia dramática escrita e dirigida por Charles Chaplin. A sátira aborda a ascensão do jovem soldado da Primeira Guerra Mundial, Adolf Hitler, até tornar-se o Grande Ditador da Alemanha nazista. Prepare-se para rir e chorar! Corre pro Youtube! Lá você encontra a trama completa!

Tempos Modernos. Charles Chaplin, 1936

De novo ele, Chaplin! Ao contrário do que muita gente pensa esse filme satiriza a sociedade norte-americana durante a Grande Depressão de 1929 e não a Revolução Industrial da Europa. Aqui, Chaplin aborda temas como exploração do trabalho, desigualdade social, estilo de vida americano, capitalismo... O legal é que nessa trama, Chaplin é o clássico personagem Carlitos. Também tem no Youtube!

Círculo de Fogo. Jean-Jacques Annaud, 2001

O personagem principal do filme é um jovem atirador do Exército Soviético que se torna um ícone da propaganda do regime de Stalin durante a Segunda Guerra Mundial. Lembra da batalha de Stalingrado e da virada dos soviéticos sobre a Alemanha? Então, é sobre isso que o filme trata.

Bastardos Inglórios. Quentin Tarantino, 2009.

Segunda Guerra Mundial. Os nazistas ocuparam parte da França. Soldados judeus querem vingança. O contexto histórico é real e o diretor dispensa comentários. Se você optar por assistir, serão 2 horas e 44 minutos bem aproveitados.

A Lista de Schindler. Steven Spielberg, 1993

Um comerciante que era membro do Partido Nazista, mas que deixou seu lado humano falar mais alto. Não vamos falar mais para não dar spoiler. O filme é pesado, mas também é um clássico do cinema, vale a pena ver!

Libertárias. Vicente Aranda, 1996

O tema é Guerra Civil Espanhola, aquele conflito pré-Segunda Guerra, lembra? Mulheres anarquistas organizam um contingente chamado "Mujeres Libres" para defender a República contra as forças nazifascistas de Francisco Franco. Trata do papel das mulheres e do feminismo no movimento revolucionário espanhol.

A Queda: As últimas horas de Hitler. Oliver Hirschbiegel, 2005

O título já é autoexplicativo. O III Reich virou um simples abrigo subterrâneo, são os últimos dias de Hitler.

REFERÊNCIAS

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995

PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. *História e vida: da Idade Moderna à atualidade*, vol. 4, Ed. Ática, 1997.

SILVA, Francisco de Assis. *História do Brasil – Segundo Império e República*, vol. 3, Ed. Moderna, 1994.

<http://brasilescola.uol.com.br/historiag/neocolonialismo> consultado em 23/05/2017.

<http://brasilescola.uol.com.br/historiag/new-deal.htm> consultado em 24/05/2017.

<http://www.infoescola.com/historia/periodo-entreguerras/> consultado em 24/03/2017

meSalva!